



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Anna Carolina Land Corrêa


**O refúgio entre a lei e a mídia: análise discursiva da construção da
imagem de refugiado(a) na Lei 9.474/1997 e em notícias *online* do
jornal Folha de São Paulo**

Rio de Janeiro

2018

Anna Carolina Land Corrêa

**O refúgio entre a lei e a mídia: análise discursiva da construção da imagem de
refugiado(a) na Lei 9.474/1997 e em notícias *online* do jornal
Folha de São Paulo**



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Deusdará

Rio de Janeiro

2018

Anna Carolina Land Corrêa

O refúgio entre a lei e a mídia: análise discursiva da construção da imagem de refugiado(a) na Lei 9.474/1997 e em notícias *online* do jornal Folha de São Paulo

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 24 de setembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bruno Deusdará (Orientador)

Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha

Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Ariane Rego de Paiva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

*A todas as pessoas que têm a coragem de cruzar fronteiras
e suportar as adversidades de uma vida à deriva.*

AGRADECIMENTOS

Se cheguei até aqui, não devo isso apenas a minhas próprias pernas. Foram cerca de dois anos e meio de estudo e pesquisa, conversas intensas entre pares e familiares, até que, finalmente, este texto nascesse. No percurso, houve momentos difíceis, em que as cores pareciam esmaecer; em outros, tudo fluiu de maneira *mais ou menos estável*. Não me inscrevo (por não acreditar) em um discurso de que o resultado das próximas páginas deu-se apenas por mérito meu; devo honras e glórias a todas as pessoas que compartilharam comigo cada momento, pensamento e palavra que aqui se eternizam. Este não é outro, senão resultado de um trabalho em conjunto ao qual me dediquei com suporte de muitas pessoas. Sem elas, nada disso teria sido possível. Por isso, faço questão de agradecer a cada uma das pessoas que tornou esse momento possível. “De gente bien nacida es agradecer los beneficios que reciben y uno de los pecados que más (...) ofende es la ingratitud.” (Dom Quixote)

Primeiramente e acima de tudo, a **Anna Luisa Land Corrêa**, por apoiar minha decisão de retornar à casa, pelos momentos de reflexão em diversas etapas da composição não apenas deste trabalho, como também das demais atividades acadêmicas às quais me dediquei. Sei que nem sempre foi fácil, especialmente na reta final, por isso seu carinho e compreensão foram fundamentais para que eu conseguisse desenvolver a escrita das páginas que seguem. Obrigada por tudo, mãe. Te amo do fundo do coração!

Ao meu orientador, **Bruno Deusdará**, por aceitar compartilhar momentos únicos da vida acadêmica, acreditar no potencial de orientandas e orientandos, estar sempre disponível a debates e sugestões, além de aceitar embarcar nas mais variadas empreitadas.

À **Universidade do Estado do Rio de Janeiro** pois, a despeito dos desmandes dos governos estadual e federal, ainda se mantém como um centro de pesquisa de renome e ambiente propício à produção técnico-científica de qualidade graças à perseverança de seus profissionais, os quais se empenham em manter uma educação pública de excelência. #UerjResiste

Ao **grupo de pesquisa em Análise do Discurso e aos companheiros que tive a honra de conhecer durante a pós-graduação**, por todo apoio, solidariedade

e por tornarem essa jornada mais suave e prazerosa. Agradecimentos do fundo da alma a **Morgana Pessoa** e **Juliette Vasconcellos**, por compartilharem comigo tantas histórias e me permitirem ser parte também das delas, embaladas por áudios de desespero e risos de nervosismo no *WhatsApp*, brigadeiros, artigos e cafés. *Veni, vidi, vici!*

À toda minha família, pelo incrível suporte nos momentos de necessidade e pela ajuda e compreensão durante os momentos em que o percurso foi árduo. **Flávia Land**, por ser a prima-irmã de uma vida e compartilhar tantos momentos únicos, sem os quais o caminho seria tão mais obscuro. Te amo com toda minha alma; **Lucia Land**, por ser a avó-coruja que confia em mim e me lembra do caminho mesmo quando eu já nem me entendo; **Gilda Land**, pelo colinho amoroso e as palavras de afago quando a vontade é de estar distante de tudo; **Desirée Land**, por apostar que a educação pode mudar o mundo; **Carlos Laerte**, por ser um padrinho excepcional e fonte de inspiração para cada movimento; a **Claudio Luiz Madeira Miranda** (*in memoriam*), **José Machado Sobrinho** (*in memoriam*) e **Ney Land** (*in memoriam*) pelo afeto, carinho, amizade e aconchego sempre que precisei, momentos que a saudade não cessa de me lembrar. Sou grata à vida por ter me permitido dividir esse momento e tantos outros com vocês!

A **Edson Pereira Júnior**, pela amizade incomensurável, pelas memórias mais doces da infância, pelo zelo quando tudo ao redor é ácido. Faltam palavras para dizer o que sua presença significa na minha vida – nessas horas, o sentimento transborda, não cabe em mim. “A gente corre o risco de chorar um pouco quando se deixa cativar...” (Saint-Exupéry)

Às famílias que me receberam de braços abertos, cujas ajuda e empolgação com cada pequena conquista foram essenciais para chegar até aqui: **Claudia Pereira, Rachel Romano, Maria Isabel de Castro Fernandes Sampaio, Ricardo Sampaio**. Vocês são fonte de inspiração na minha vida e contribuíram de formas distintas, marcantes e imprescindíveis para que eu conseguisse fôlego para ir tão longe. Obrigada por tudo, para sempre!

RESUMO

CORRÊA, Anna Carolina Land. *O refúgio entre a lei e a mídia: análise discursiva da construção da imagem de refugiado(a) na Lei 9.474/1997 e em notícias online do jornal Folha de São Paulo*. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Do contato com alunos(as) do curso de Português para Refugiados na UERJ, em 2016, surgiu uma inquietação: apesar de a Lei 9.474/1997 garantir, a quem é reconhecido enquanto refugiado(a), o acesso aos direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos, redações compostas pelos(as) alunos(as) expõem situações adversas à referida garantia, transformando-se em espaços de reivindicações e apontando falhas nas políticas de integração no âmbito do refúgio. Enquanto professores(as) e pesquisadores(as) em língua, nossas limitações frente a essas demandas nos levou a buscar espaços em que esses embates aparecessem e a partir dos quais houvesse maiores chances de solução. Partindo de uma linha teórica de base dialógica (BAKHTIN, 2003; 2006) e reconhecendo a mídia como um dos principais ambientes de debate públicos e construções acerca do social, sendo o jornal Folha de São Paulo aquele com maior circulação em todas as atuais plataformas de divulgação (mídia impressa, *online*, aplicativos para telefones celulares e *tablets*, etc), conforme pesquisa da Associação Nacional de Jornais divulgada em 2016, buscamos, no dito jornal, notícias que versassem sobre a realidade de refugiados(as) no contexto brasileiro. Isso nos motivou a voltar nossa atenção para o caderno Cotidiano, que traz assuntos pertinentes a São Paulo. Da perspectiva que adotamos, o jornal é não apenas uma fonte de conhecimento, mas também a materialização linguística de discursos correntes em uma sociedade. Isso decorre da sua aproximação à “rede institucional” (SOUZA-E-SILVA, ROCHA, 2009) da qual fazem parte. A linguagem em esfera midiática reflete uma determinada prática discursiva (MAINGUENEAU, 2008) ao passo que a coloca para funcionar dentro de uma determinada comunidade de enunciadores que se sentem representados por aqueles discursos e que os fazem reverberar – a esse grupo, Maingueneau (2008) dará o nome de “comunidade discursiva.” Assim, tem-se a estreita relação entre linguagem e a manutenção de uma determinada posição acerca de um tema ou a quebra deste paradigma. Voltamos nossos olhares para as estruturas que introduzem vozes em textos jornalísticos, em especial os verbos *dicendi* a partir da inscrição de discursos relatados (MAINGUENEAU, 2004). Os resultados revelam alguns apagamentos de atores importantes do processo de integração de pessoas refugiadas no Brasil. Como exemplo, cite-se instituições não-governamentais ou religiosas trazendo, em suas afirmações, dados do Ministério da Justiça, sem, no entanto, citar fonte; ou ações da sociedade civil para a promoção de emprego para a população refugiada. Se, por um lado, discursos diretos ou indiretos colocam em evidência o estatuto do enunciador sobre o enunciatório, conferindo maior ou menor distância entre discursos citados e citantes (MAINGUENEAU, 2004) e, destarte, projetando um possível leitor “ideal”, as diferentes modalizações para inserção de vozes autorizadas a falar sobre o refúgio no contexto jornalístico podem indicar que assuntos de esferas governamentais têm sido elaborados a partir de atores da sociedade civil, descentralizando a força política da máquina estatal através da linguagem e enfatizando as ações da sociedade civil enquanto agente do processo de garantia dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Análise do discurso. Refúgio. Mídia. Folha de São Paulo.

ABSTRACT

CORRÊA, Anna Carolina Land.. *Refuge between the Law and the media: discursive analysis on the representation of the refugee in Brazil's Federal Bill 9.474/1997 and in online news from Folha de São Paulo newspaper*. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

From the contact with students from the Portuguese for Refugees course came a worry: despite the Federal Bill no. 9.474/1997 guaranteeing, to those recognized as refugees, access to constitutionally established fundamental rights, essays produced by the students exposed situations contrary to the aforementioned guarantees, transforming the text productions into spaces for demands and pointing out flaws in the integration policies in the scope of refuge. As language teachers and researchers, our limitations before these demands have inspired us to seek spaces in which these clashes would appear and from which there would be better odds of finding a solution. Starting from a dialogical theoretical basis (BAKHTIN, 2003; 2006) and recognizing media as one of the main arenas for public debates and constructions regarding the social sphere, being the newspaper Folha de São Paulo the one with the biggest circulation across all platforms (printed media, online, through phone and tablet apps, etc), according to research done by the National Newspaper Association published in 2016, we looked for news, in the mentioned newspaper, which addresses the reality of refugees in Brazilian context. This has led us to the Cotidiano Editorial, addressing important information about São Paulo's daily life. From the perspective adopted here, the newspaper is not only source of instruction, but also the linguistic materialization of discourses which flow in a society. This happens due to the proximity to the "institutional net" (SOUZA-E-SILVA, ROCHA, 2009) of which they are part. Language in the media sphere reflects a certain discursive practice (MAINGUENEAU, 2008) as it makes this same practice work in a community of enunciators that feel represented by those discourses and, therefore, make them reverberate – such group will be named "discursive community" (MAINGUENEAU, 2008). Hence, here there is the close connection between language and the preservation of a specific position about a certain theme or the collapse of such paradigm. We turned our attention to the structures which introduce voices in journalistic texts, specially the *dicendi* verbs, as they are often used in related speech (MAINGUENEAU, 2004). The results we have come across show the erasing of some important actors in the process of integrating refugee people in Brazil. As examples, we might mention non-governmental institutions or religious institutions explaining Ministry of Justice's data without citing the source of such information; or even some initiatives promoted by the civil society in order to provide jobs to the refugee population. However, if direct and indirect speeches put the enunciator and coenunciator status on evidence, assigning a higher or smaller distance between cited and citing discourses (MAINGUENEAU, 2004) and, therefore, projecting a source of an "ideal" reader, the modalization differences to authorize the discursive voices about refuge in the media context might indicate that themes from governmental domain have arisen out of civil society, decentralizing the political strength of the State administrative machinery through language and emphasizing the civil society as a role playing agent in the process of guaranteeing Human Rights.

Keywords: Discourse analysis. Refuge. Media. Folha de São Paulo newspaper.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações que emanam dos Artigos 43 e 44 da Lei 9.474/1997.....	52
Quadro 2 – Reportagens sobre refugiados no Editorial Cotidiano entre janeiro de 2015 e março de 2018	73
Quadro 3 – Inscrição de vozes na notícia 2	76
Quadro 4 – Vozes e recursos de modalização na notícia 2	79
Quadro 5 – Inscrição de vozes na notícia 4	82
Quadro 6 – Vozes e recursos de modalização na notícia 4	85
Quadro 7 – Inscrição de vozes na notícia 5	87
Quadro 8 – Vozes e recursos de modalização na notícia 5	92
Quadro 9 – Inscrição de vozes na notícia 6	95
Quadro 10 – Vozes e recursos de modalização na notícia 6	98
Quadro 11 – Inscrição de vozes na notícia 7	102
Quadro 12 – Vozes e recursos de modalização na notícia 7.....	105
Quadro 13 – De destemido a desafortunado	114
Quadro 14 – Projeções enunciativas na notícia 1	115
Quadro 15 – Inscrição de vozes na notícia 1	116
Quadro 16 – Inscrição de vozes na notícia 3	129
Quadro 17 – Vozes e recursos de modalização na notícia 3	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Como são definidas as notícias em “Cotidiano” conforme a plataforma de buscas <i>Google</i> ?	109
Figura 2 – Que notícias aparecem no “Cotidiano” da Folha?.....	110
Figura 3 – De quem fala “Minha História?”	112

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EJ	Enunciador-jornalista
ONU	Organização das Nações Unidas
UNHCR	<i>United Nations High Commissioner for Refugees</i>

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZANDO	12
1.1	Como chegamos até aqui?	12
1.2	Objetivos	22
1.2.1	Objetivo geral	22
1.2.2	Objetivos específicos	22
2	REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DIALÓGICA DE BAKHTIN	24
2.1	A importância da integração linguística no contexto do refúgio	26
2.2	Coerções e construções de si e do <i>Outro</i> a partir da linguagem no âmbito da Lei 9.474/1997	34
3	INSCRIÇÃO DE VOZES SOBRE O REFÚGIO NO ÂMBITO MIDIÁTICO ...	54
3.1	Olhares sobre a inscrição de vozes em textos de comunicação	57
3.2	Vozes do refúgio na mídia	73
3.2.1	Debates em cena	75
3.2.1.1	Notícia 2 – Festival no MIS reúne bandas formadas por refugiados em SP; conheça.....	75
3.2.1.2	Notícia 4 – Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP	81
3.2.1.3	Notícia 5 – Projeto une refugiado e empregador usando “máquina de currículos” em SP	87
3.2.1.5	Notícia 7 – Cariocas formam fila em “esfirraço” em homenagem a refugiado agredido	101
3.2.2.	Vozes familiares na construção (da história) de refugiado(a)	109
3.2.2.1	Notícia 1 – Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em São Paulo.....	109
3.2.2.2	Notícia 3 – Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe	127
	REFLEXÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	149
	ANEXO A - Notícia 1	154
	ANEXO B - Notícia 2	159
	ANEXO C - Notícia 3	162
	ANEXO D - Notícia 4	167
	ANEXO E - Notícia 5.....	171
	ANEXO F - Notícia 6.....	175
	ANEXO G - Notícia 7	179

1 CONTEXTUALIZANDO

1.1 Como chegamos até aqui?

Nem todas as pesquisas são lineares, com uma sequência de acertos do início à conclusão. Especialmente na área de ciências humanas, o principal desafio de pesquisadores e pesquisadoras talvez seja a própria vida. Explico: ela é repleta de situações inesperadas e reformulações; a todo momento nos coloca à prova ou força ações as quais se espera que idealmente não sejam tomadas – a necessidade de se refugiar talvez seja um dos exemplos que mais intensamente ilustram essa inconstância. Propor-se a trabalhar com questões que impactam ou impactaram a vida de outras pessoas significa considerar também que trazer alguns desses elementos à tona pode ser desconfortável às pessoas que convidamos para participar da pesquisa em andamento. Por consequência, isso traz impactos à própria atividade científica, já que é preciso adaptar-se às novas situações apresentadas a partir da conjuntura que tenha se formado. Isto será explicado mais profundamente no decorrer deste capítulo introdutório. Essa conjuntura de mudanças é complexa e desafiadora, porque requer do(a) pesquisador certa “elasticidade” para seguir em frente com seu objetivo; por outro lado, isso é ainda mais instigante e abre possibilidades de outros questionamentos diversos por parte de pesquisadores(as).

Porém, parece-me oportuno elucidar que essas dificuldades têm sido cada vez mais comuns no âmbito científico devido ao próprio caminhar da produção científica na atualidade. Em tempos em que as pesquisas acadêmicas têm buscado em outras áreas subsídios para compor um quadro de análise que vise contribuir mais profundamente para a compreensão de um determinado tópico (como é o caso da teoria adotada aqui: uma análise no campo dos estudos linguísticos em muito influenciada pela psicologia e pela história), nem sempre é possível manter uma regularidade quanto à análise do *corpus* ou mesmo quanto ao próprio *corpus*. Foi assim, frente a algumas reformulações necessárias, que este trabalho ganhou corpo. As dificuldades que se apresentaram serão explicadas no decorrer deste capítulo introdutório.

Parece também primordial trazer, aqui, fazer uma mudança na forma com que esse texto será apresentado. Até este momento, tenho usado, aqui e acolá, verbos conjugados na primeira pessoa do singular por entender que a pesquisa apresentada nas próximas páginas é o resultado de um exercício de dois anos produzido por mim – e, desde os idos da graduação, tenho minhas ressalvas quanto ao uso da terceira pessoa, esse apagamento do “eu” no texto me deixava incomodada. No entanto, foi a partir das reflexões acerca do dialogismo, cuja perspectiva será exposta mais à frente, e como resultado também de muitas conversas e trocas de experiências que essa pesquisa inteira foi sustentada. Ela, inclusive, só foi possível a partir disso. Portanto, por mais prestigiosas que possam ser as orientações desta Universidade no que compete ao estilo necessário para a entrega de uma dissertação final de Mestrado, especificamente quanto ao não uso de verbos em terceira pessoa do plural para indicar impessoalidade, tal opção não contemplaria os requisitos necessários para que toda essa pesquisa fosse possível. Deste modo, a desinência número-pessoal *-mos* ao longo do texto não se configura enquanto uma estrutura de impessoalidade, mas, sim, uma marca linguística que denota uma parte essencial do fazer científico para este trabalho – uma tentativa de acesso constante à dimensão coletiva.

Começamos, pois, por aquilo que primeiro nos chamou a atenção. Em 2016, quando fui aprovada para o Mestrado em Linguística da UERJ, havia uma grande quantidade de pessoas pedindo refúgio no Brasil – segundo o relatório do ACNUR publicado em 2017, a quantidade total de solicitações de refúgio em 2015 havia sido 28.670. A princípio, minha motivação era pesquisar sobre impactos de discursos intolerantes dentro do ambiente político nacional, mas o tema do refúgio era cada vez mais presente nos debates nas esferas acadêmica, profissional e pessoal. Uma vez na UERJ, tomei conhecimento do curso de Português voltado para pessoas refugiadas, que acontece naquela Instituição sob coordenação da Professora Poliana Arantes. Ele traz uma proposta inovadora para a área, com atividades baseadas em uma proposta enunciativa dos estudos da linguagem (motivação também explicada de forma mais aprofundada nas próximas páginas). Isso contribuiu para que eu buscasse orientar minha pesquisa para o âmbito do refúgio. Isso também foi primordial para que eu observasse algo em comum entre minha motivação para conduzir pesquisas acadêmicas e o grupo de orientação do qual faço

parte: o desejo de contribuir para e com pesquisas e projetos que possam responder a demandas atuais da sociedade.

Nessa perspectiva, voltamos nossos olhos para a questão dos refugiados no Brasil e as dificuldades enfrentadas por eles, a fim de entender as formas de representação desse grupo a partir de discursos existentes na sociedade. Quanto ao processo de refúgio neste país, embora, desde 2016¹, a assistência social tenha incluído as pessoas refugiadas como suas beneficiárias, “[a] inclusão do refugiado remete a uma rede de assistência social não plenamente assegurada a todos” (ARANTES; DEUSDARÁ; BRENNER, 2016, p. 1200). A rede de assistência faz parte de uma política pública maior, que é a seguridade social, organizada a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988. Ela atua sobre serviços básicos, cuja realização deveria dar conta das necessidades de moradores e cidadãos dentro do território brasileiro, abrangendo áreas de educação, saúde e segurança. O refugiados e imigrantes têm acesso a tal assistência graças à combinação do que é previsto na Constituição e também na Lei 9.474/1997. No entanto, a rede de políticas de assistência encontra-se deficitária em muitos aspectos. Os impactos dessa situação na área do refúgio costuma ser elaborada em alguns veículos de notícias como a reportagem abaixo, publicada no Jornal Nacional, do dia 12 de outubro de 2015:

Conseguiu abrir um pequeno restaurante, mas transferência de faculdade para o filho mais velho é quase impossível. Tão difícil quanto aprender português é alugar um imóvel. “Fala com dona, por favor. Aí paga três meses. Disse ‘não, precisa fiador’. Sou refugiado. Não tem”, conta.

Os pedidos de ajuda têm se multiplicado principalmente de 2013 pra cá, mas as dificuldades ainda são grandes, e desde a chegada. Muitos refugiados não falam português, não entendem os avisos e placas, não têm amigos no Brasil. Nas rodovias, portos e aeroportos, nem sempre tem alguém pra receber e orientar. (JORNAL NACIONAL, 2015)

A própria escolha de inscrição de vozes aponta para uma composição que suscita questionamentos: no que compete à explicação das demandas do refugiado, há inclusão de discurso direto, como se o próprio enunciador-refugiado estivesse vindo a público expor tais reivindicações, de cunho financeiro. Já o enunciador-jornalista aparece como elemento de autoridade elencando outras necessidades: estudo, trabalho, domínio de português, entrosamento.

¹ A assistência da seguridade social foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal, sob o Recurso Especial 587980. Vide: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22939186/recurso-extraordinario-re-587970-sp-stf>. Acesso em 03 nov. 2018.

O acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia, são asseguradas pela Lei 9.474/1997, que inscreve o Estado como provedor de direitos dos refugiados, ressaltando seu alinhamento com as declarações e os acordos internacionais em prol de pessoas refugiadas. A referida Lei também abarca outros setores da sociedade para que observem e coordenem estratégias a serem desenvolvidas pelo governo ou pela sociedade civil voltadas para o bem-estar da pessoa em condição de refúgio. Por esse motivo, insere o refúgio em um quadro interministerial, ao qual são agregados membros da sociedade brasileira através de Organizações Não-Governamentais – ONG (por exemplo), e que têm a intenção de colaborar para a efetivação da legislação vigente sobre refugiados. Nesse sentido, espaços como a Cáritas Arquidiocesana, entidade sem fins lucrativos coordenada pela Igreja Católica, podem oferecer apoio àqueles que se deslocam de suas terras originárias involuntariamente, a fim de integrá-los de maneira mais efetiva à comunidade brasileira. Em certa instância, é possível observar um papel importante do ponto de vista estrutural nesta questão, já que ela denota a proximidade entre Estado e sociedade civil organizada em fazer com que este Estado esteja adequado às suas necessidades.

O paradoxo do papel fundamental do Estado, descrito acima, evidencia sua polêmica no momento em que as frágeis políticas públicas dão margem à precariedade de um sistema de governo que deveria atender a todos que estão sob seu cuidado. Sob essa égide, a relevância da Cáritas na integração de refugiados e refugiadas no Brasil é de extrema importância. Além de auxiliar essas pessoas com a documentação necessária para obter a condição de refúgio e encontrar moradia, também é responsável por direcionar tais pessoas a cursos de ensino de língua portuguesa.

O material usado pela Cáritas-RJ para o ensino do referido idioma era uma cartilha denominada “Pode Entrar².” Em busca de avaliação do material, os Departamentos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Faculdade de Educação, e de Estudos da Linguagem e de Línguas Anglo-Germânicas, do Instituto de Letras da Uerj (ARANTES; DEUSDARÁ, 2015; SOARES, 2018³) foram consultados. A principal queixa apresentada teria sido muita evasão dos alunos

² Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Pode_Entrar_ACNUR-2015.pdf.

³ Trata-se de pesquisa de doutorado em desenvolvimento na área de Linguística, inscrita no Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ.

(ARANTES, DEUSDARÁ, 2015). Em resposta a essa demanda, um grupo de professores buscou entender mais a fundo as dificuldades enfrentadas por alunos e alunas da ONG.

Para tal, Arantes e Deusdará (2015) entrevistaram aprendizes do idioma na Cáritas-RJ, bem como professores voluntários que ministravam as aulas, a fim de mapear a maneira com que o ensino acontecia e o interesse dos alunos na proposta apresentada. Os resultados apontaram alguma discrepância entre o que se apresentava e o que se esperava acerca do curso:

Nesse contexto, observamos que os professores praticavam um ensino prescritivo da língua portuguesa, baseado em uma progressão gramatical linear sugerida pelo livro didático que fora adotado. Nas falas dos professores voluntários, bem como no relato de alguns alunos, observou-se a necessidade expressa que os aprendizes apresentaram em querer se comunicar para resolver questões cotidianas, tais como: fazer compras, pegar ônibus ou preencher um formulário. Ademais, os alunos pareciam estabelecer um vínculo mais profícuo com os professores que lhes davam voz, que se mostravam interessados em conhecer seus hábitos de vida, suas motivações para a saída do país de origem, suas relações e estranhamentos com os hábitos brasileiros, dentre outros. (ARANTES, DEUSDARÁ, 2015, p. 48-49)

Isso gerou inquietação no grupo de professores e pesquisadores que têm proposto atividades para as aulas de português, motivando-os a pensar em formas alternativas de aproximar ensino de línguas ao uso que de fato elas têm em contexto nacional, distanciando-se do modelo prescritivo e apostando em atividades que prezassem os diferentes modos de se comunicar, a fim de facilitar a compreensão da língua efetivamente utilizada em situações concretas de troca verbal, realidade próxima daquela que o(a) refugiado(a) enfrenta na sociedade.

A necessidade de oferecer aos alunos acesso a estruturas linguísticas que visem atender a demandas urgentes pode ser entendido como uma resposta à própria condição de refúgio, a qual é caracterizada como uma “situação desfavorável” (BRASIL. Lei 9.474) pelo governo brasileiro. Aquele que precisa refugiar-se em decorrência de “fundado temor de perseguição” (ONU, 1951; BRASIL. Lei 9.474/1997). Sua chegada em um novo país não é programada com antecedência. O indivíduo precisa adequar-se a uma nova cultura, um novo modo de comunicação, uma nova burocracia. Precisa aprender a vivenciar o contexto do local de acolhida durante sua estadia. Aprende o idioma enquanto aprende a chegar à sala de aula ou ao escritório em que receberá orientação sobre seu pedido de refúgio. Com relação à inscrição da vida na sociedade brasileira, Arantes, Deusdará

e Rocha (2017) afirmam que, para além do ensino de idiomas para suprir necessidades individuais dos alunos, “uma recente alteração no perfil do grupo de refugiados exigia discussão a respeito de temáticas como gênero, infância, convívio familiar, entre outras” (2017, p.169), temas que pertencem à esfera cultural, imprescindíveis para o convívio com locais e residentes no Brasil. Essas são questões não totalmente abrangidas pelo ensino estrutural do idioma e colocam os materiais de ensino de português como segunda língua pouco eficientes para o ensino a pessoas acolhidas no Brasil sob a condição de refúgio, uma vez que

os materiais destinados ao ensino de LP como língua estrangeira não se organizam a partir de necessidades concretas de diferentes grupos, o foco está em compreender o sistema de regras e suas diversas manifestações, o que se acaba sobrepondo ao papel comunicativo do uso da língua. Além disso, as atividades são semiestruturadas (não há incentivo à produção autônoma dos alunos), descontextualizadas das situações de uso e o que é ainda pior: não dialogam com a memória discursiva dos alunos. (ARANTES, DEUSDARÁ, ROCHA, 2017, p.172)

Entendemos que a habilidade em se comunicar na língua de acolhimento (ARANTES; DEUSDARÁ; BRENNER, 2016; DEUSDARÁ; ARANTES; ROCHA, 2017; SOARES, 2017) é uma necessidade do indivíduo em situação de refúgio, porque facilita a interação com nativos do local de acolhida, mostra-se uma ferramenta importante para o atendimento em diversas instituições governamentais (por exemplo, em hospitais, descrevendo sintomas para os médicos e compreendendo orientações, ou escolas, participando de reuniões entre pais e professores ou retomando os estudos) e promove confiança para que o refugiado possa acompanhar seu processo sem a necessidade de um(a) intérprete para auxiliá-lo. Em outras palavras: comunicar-se na língua do local de residência é um importante elemento para a consolidação dos Direitos Humanos (ONU, 1948), conforme estabelece também a Declaração de Barcelona (1996):

é necessária uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que permita corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como factor fundamental da convivência social (ONU, 1996)

Até aqui, temos aclarado o refúgio conforme a lei, em seguida os desafios do ensino de línguas para esse grupo, situações que moldaram o caminho que nos permitiu dar os primeiros passos rumo a uma experiência concreta de pesquisa. Inicialmente, a fim de contribuir para pesquisas em torno das práticas de ensino de

Português como Língua de Acolhimento (doravante PLA), acompanhamos algumas aulas do curso ministrado na UERJ e alguns encontros do grupo de professores e pesquisadores que, juntos, têm pensado em propostas de produção de material didático como alternativa ao “Pode Entrar.”

As aulas são divididas de acordo com a língua de origem dos alunos (há turmas de pessoas cujo idioma em comum é o francês, inglês, espanhol e árabe) e são ministradas majoritariamente em língua portuguesa, mas, ao longo dos encontros que acompanhamos, percebemos que, quando há alguma dúvida, é possível que o professor ou a professora responda na língua de domínio da turma. Ademais, a proposta de compor turmas a partir da língua em comum dos alunos torna algumas salas mais heterogêneas, abrangendo originários de diversos países e favorecendo o intercâmbio cultural. Essa situação foi observada em turmas cujo idioma de domínio é o inglês, em que havia alunos oriundos de diversos continentes, e naquelas cujo idioma central é o francês, em que há predomínio de diversas etnias do continente africano.

Durante uma das reuniões do grupo de professores e pesquisadores para elaboração de material didático, foi levantada a necessidade de receber um retorno dos alunos sobre o material adotado. O objetivo era entender se o formato do curso estava atendendo às necessidades de comunicação dos estudantes. Tal proposta pressupunha o vínculo entre o curso de línguas e as redes de acolhimento, visto que o curso fora conduzido por uma ONG voltada para o zelo e bem-estar de indivíduos refugiados no Brasil.

Optou-se por fazer tal verificação através de um texto que deveria ser escrito pelos alunos(as), preferencialmente em língua portuguesa. Era possível escrever na língua de domínio da turma, caso não conseguissem expressar suas ideias em português. O tema da produção textual era: “De que forma as aulas de Português para Refugiados podem te ajudar?” Ela foi propositalmente pensada para ter um significado mais amplo, a fim de abarcar todas as possíveis demandas comunicacionais dos alunos as quais tivessem surgido ao longo do período em que estão na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, nossa expectativa era de receber comentários com relação ao ensino de estruturas que facilitassem sua locomoção na cidade, compreensão de seus processos na justiça, temas relativos à cultura local, dentre outros elementos (que nós julgávamos) importantes para a integração do refugiado à sociedade local.

E retomo aqui o “nós julgávamos” porque foi mesmo um pré-julgamento que orientou a escolha do título; o que não esperávamos eram respostas totalmente distantes do nosso objetivo. Essa falta de estabilidade entre o que fora enunciado pelo grupo de pesquisadores e aquilo que recebemos em retorno é uma constância própria do contato com coenunciadores diferentes, e isso já havia sido descrito por Revuz (1998) ao pensar sobre a instabilidade da compreensão que decorre do contato entre falantes de diferentes origens:

O que se estilhaça ao contato com a língua estrangeira é a ilusão de que existe um ponto de vista único sobre as coisas, é a ilusão de uma possível tradução termo a termo, de uma adequação da palavra à coisa. Pela intermediação da língua estrangeira se esboça o descolamento do real e da língua. O arbitrário do signo linguístico torna-se uma realidade tangível, vivida pelos aprendizes na exultação... ou no desânimo. (REVUZ, 1998, p. 223)

Em termos bakhtinianos, a própria formulação da pergunta já estava latente de respostas a enunciados anteriores. Não cogitamos outras possíveis interpretações da proposta de redação porque não nos colocamos no lugar do outro com o qual nos relacionamos. Pensamos ser possível haver apenas uma interpretação sobre o que fora enunciado. Se não esperávamos pelo que recebemos, é porque tivemos uma concepção prévia, aquela que surge sem que se inscreva no contexto de produção do que é julgado, sobre a situação que colocamos aos alunos e às alunas do curso. Contextos como este proporcionam mesmo essas surpresas – ou, em ciência, essas mudanças de percurso.

A redação foi aplicada em uma turma de falantes de francês. Cerca de dez alunos responderam à tarefa, a maioria em língua portuguesa; outros, usaram a língua francesa; duas pessoas pediram para que a professora escrevesse por elas (neste caso, houve mistura de línguas portuguesa e francesa). Esta atividade fora pensada para compor apenas um instrumento metodológico que auxiliasse o trabalho dos professores voluntários e dos professores pesquisadores do grupo que produz material didático para as aulas de Português para Refugiados. Por não havermos pedido previamente autorização do Comitê de Ética para trazer os resultados dessa atividade com os alunos para o contexto desta pesquisa, optamos por não incluir as redações que recebemos. Dessa forma, protegemos aqueles que se disponibilizaram para a atividade, resguardando sua integridade moral e física⁴.

⁴ Um dos motivadores para o pedido de refúgio é a perseguição contra uma pessoa ou grupo de indivíduos. Em alguns lugares, como o Conselho Português para Refugiados (CPR), em Lisboa,

Nossa primeira dificuldade para entrar no campo de pesquisa do refúgio começou nas respostas ao exercício proposto. A abrangência do título levou muitos alunos a comentarem, em tom de desabafo, sobre sua experiência no Brasil (uma velha conhecida de todas nós), mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Houve críticas às políticas públicas voltadas à população: atendimento precário nos hospitais e falta de remédios, escassez de emprego, escolas com poucas vagas para as crianças estudarem, moradia precária ou inacessível.

No entanto, outros fatores chamaram a atenção de maneira mais intensa: alimentação precária para adultos e crianças, preconceito em ambiente de trabalho ou em entrevistas de emprego e o requisito de fluência em língua portuguesa (em um caso, requisito de nacionalidade brasileira) para trabalharem. A redação trazia à tona atos de fala: pedidos de ajuda, pedidos de emprego... pedidos de comida. Diante desse cenário, os textos que chegaram até o grupo de PLA são um espaço para que os alunos e as alunas peçam ajuda – uma das produções, inclusive, deixava esse pedido explícito: “Por isso me ajude porque as crianças vão à creche porque eu trabalho para ajudá-los.”⁵ Esse contexto demonstra uma transformação do sentido atribuído pelos(as) alunos(as) à sala de aula, implicando-a com outras redes de acolhimento e de inserção de direitos sociais. Nessa perspectiva, a instituição *sala de aula* e seu coenunciador *alunos refugiados* aparecem com objetivos distintos: enquanto os enunciados de um vibravam o ensino de idioma, nos outros os enunciados eram expectativas de integração às políticas públicas – segundo os textos, ausentes no âmbito da condição de refugiado(a).

Os elementos encontrados nas redações impactaram-nos sobremaneira, principalmente considerando que direitos básicos devem ser assegurados pelo Estado; preconceito é caracterizado como crime; e a condição de refugiado, estabelecida em Lei, concede a tais indivíduos os mesmos direitos que toda e qualquer pessoa residente no Brasil tem. Em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a dignidade da pessoa humana é também regida constitucionalmente pelo acesso à alimentação, moradia, saúde,

muitas das pessoas refugiadas são perseguidas. Inclusive, para evitar conflitos e resguardar a segurança daqueles que estão sob sua tutela, o CPR impõe rígidas condições para visitas: é preciso fornecer detalhes sobre a motivação da visita e aguardar a marcação de dia e hora para a ida.

⁵ No original: “C’est pour cela aide moi que les enfants alle [sic] au crèche pourque moi je travail [sic] pour eux aides [sic].”

segurança e trabalho, itens que aparecem em forma de solicitação nas respostas recebidas.

Isso nos levou a uma outra situação: as respostas não têm como objetivo responder a uma pergunta. Há uma dimensão performativa em colocar as necessidades mais básicas da condição de refúgio na redação. Para aquela comunidade de estudantes, a ajuda que eles querem é a resolução dos problemas que os impedem de se integrar efetivamente à sociedade brasileira – e, nesse aspecto, a questão que aparece em todas as redações é a inserção em situações de troca verbal: a obrigatoriedade de falar português aparece em todos os textos. Essa articulação remete a um contexto em que há uma enunciação que provoca uma resposta, quer esse retorno seja aquele previsto pelo enunciador ou não; baseado nisso, Bakhtin (2003) elaborou a teoria dialógica da linguagem, que norteará o estudo que aqui se apresenta e a qual será melhor definida no capítulo a seguir.

Assumindo uma visão dialógica acerca dos mecanismos que regem a situação de comunicação, passamos a ver as redações como um espaço em que as demandas dos refugiados foram colocadas à mostra – nossa incapacidade de prevêê-los e resolvê-los também. Enquanto professores de língua, estamos restritos em nossas atividades e nem tudo o que foi pedido pelos estudantes está a nosso alcance. De que maneira expressões a serem usadas em um consultório médico podem ser úteis quando não há médicos para atender os pacientes? Fazer um currículo no modelo brasileiro e preparar-se para uma entrevista de emprego podem maquiar o fato de que os empregadores requisitam fluência na comunicação oral em língua portuguesa? Talvez não tenhamos respostas para essas perguntas porque nossas habilidades acadêmicas e profissionais têm uma fronteira que não abrange essas conjunturas.

O paradoxo entre a condição ideal do indivíduo refugiado nos âmbitos jurídicos brasileiro e internacional e a realidade apresentada por tais indivíduos motivou-nos a voltar esta pesquisa para fora da sala de aula, para outros espaços de integração social entre refugiados(as) e sociedade brasileira.

Entendemos que uma dada comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 1997) é o espaço enunciativo que “supõe a presença de um grupo específico sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento de ‘porta-vozes” (MAINGUENEAU, 1997, p. 54), mas um resultado do enlaçamento de diversas tensões. Essa comunidade tem seus discursos sustentados por um determinado

grupo de enunciadores e compõe o lugar do qual é possível enunciar. Como destrincharemos mais adiante, concebemos esta conjuntura como um palco em que subjetividades e sentidos afloram. Sob uma perspectiva dialógica, esse palco é constituído pela e se projeta a partir da relação de alteridade entre os sujeitos envolvidos em um processo de compreensão de enunciados e respostas a eles (BAKHTIN, 2003), o que motiva tensões, aproxima enunciadores ou os distancia. A partir destes elementos, é possível entender de que maneira ocorrem as relações entre enunciadores e coenunciadores em uma determinada situação de comunicação.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

A partir de contribuições da Análise do Discurso de linha francesa, debruçando-nos principalmente sobre os trabalhos de Maingueneau (1997, 2004, 2008) e Bakhtin (2003, 2006), o objetivo deste trabalho é investigar como o debate acerca da integração de refugiados no contexto brasileiro é colocado em funcionamento no âmbito das notícias do jornal Folha de São Paulo.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os modos de inscrição de vozes acerca da integração de refugiados nas notícias de jornal;
- Observar quais efeitos de sentido são colocados em funcionamento no âmbito do discurso jornalístico a partir dos elementos presentes nas cenas que se apresentam ao coenunciador do jornal;
- Analisar os modos de subjetivação quanto ao sujeito refugiado nas notícias em questão.

Apesar de já haver alguma produção acadêmica nos campos do Direito e das Relações Internacionais voltada à integração de pessoas refugiadas em países de acolhida, observamos um desenrolar ainda tímido das pesquisas voltadas à questão linguística associadas ao tema do refúgio. Por este motivo, espera-se que esta Dissertação possa contribuir para o campo dos estudos linguísticos, sobretudo no âmbito da Análise do Discurso. Também pretendemos colaborar positivamente para estudos que têm sido e/ou venham a ser realizados em outras linhas ou áreas de pesquisa e que dialoguem com o acolhimento a refugiados no Brasil.

2 REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DIALÓGICA DE BAKHTIN

Neste capítulo, pautados pela ideia de que a condição de refugiado bem como sua integração à sociedade de acolhida são normatizados segundo o aparelho do Estado, através de leis, decretos e outros documentos legais, discorreremos sobre a relação entre os sentidos gerados pela Lei 9.474/1997 e o mecanismo que sustenta tais sentidos no âmbito da integração do refugiado.

Refugiar-se é inscrever-se em um ambiente linguístico por excelência, já que se refugia aquele que busca acolhimento em uma outra cidade, um outro estado ou mesmo Estado em virtude de grave violação de seus direitos individuais (ONU, 1951; BRASIL. Lei no. 9.474/1997). A fim de se adaptarem aos diversos aspectos que compõem a vida na sociedade brasileira, é possível encontrar uma parcela significativa de congoleses, sírios e marfinenses (a título de exemplo do grupo de refugiados que têm buscado acolhimento por aqui) com necessidade de ter aulas de português. Sem o domínio do idioma local, é de grande complexidade encontrar atividades laborais (reivindicação frequente nas redações que recebemos), mas também há outros elementos imprescindíveis à vida em sociedade a partir da integração de cunho linguístico: compreender indicações básicas sobre transportes, entender recomendações médicas e ter acesso à educação em qualquer nível.

Ademais, a burocracia institucional do processo de solicitação de refúgio requisitará diversas etapas de comunicação, que podem ser resumidamente apresentadas pelo seguinte modo: ao solicitar refúgio, é preciso explicar o motivo para sua solicitação e apresentar documentação comprobatória (quando houver) para sustentar sua justificativa, o que será colocado em análise com o objetivo de averiguar se o depoimento é passível de credibilidade. Aqui já se vê alguma tensão no que compete à recepção e análise dos depoimentos (sempre elaborados em formulário⁶, de maneira escrita), bem como da necessidade de se expressar de maneira clara: o(a) solicitante pode expor seus motivos em português, espanhol, inglês ou francês – é, ainda, concedido(a) um(a) intérprete para auxiliar nesse processo. Em outros momentos, nos quais o(a) depoente não apresente domínio

⁶ A versão em português pode ser acessada no link: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/refugio/RN24FORMULRIODESOLICITADERECONHECIMENTODACONDIODEREFUGIADOPORTUGUS.pdf>

das línguas supracitadas, é preciso encontrar alguém com domínio do idioma do(a) solicitante para que a solicitação possa ser efetivada. O papel da interpretação no processo do refúgio é fundamental, porque concede aos agentes da Polícia Federal e do Ministério da Justiça os dados de que precisam, no idioma que lhes é próprio, para que avaliem a situação de solicitação da maneira mais democrática possível. Embora não seja o foco desta pesquisa refletir sobre o papel do(a) intérprete nesse contexto, entendê-lo como outro exemplo de como a adaptação linguística faz parte da condição de refugiado. Em seguida à análise dos depoimentos, há elaboração do protocolo de solicitação de refúgio, que será submetido à aprovação ou recusa, decisões para as quais o(a) solicitante pode pedir revisão através da elaboração de um pedido formal junto às instâncias governamentais. Este deve ser feito pelo próprio indivíduo, inscrevendo-o novamente em uma situação na qual o uso de um idioma compartilhado pelas instâncias do governo brasileiro seja primordial. Tal pedido será validado pelo Ministério da Justiça e não permite que o refugiado recorra da decisão final. Por isso, o ambiente do qual o refugiado faz parte é, de um lado, delimitado pelo uso da linguagem verbal em instâncias sociais imediatamente ligadas à sua experiência naquele local (transporte público, saúde, educação, relacionamentos pessoais, dentre outros) e pela necessidade de compreender sua condição jurídica e acionar os atores jurídicos necessários para atender às suas demandas.

Assim, o refúgio é não apenas institucionalmente regulado, como também linguisticamente orientado. Porém, a necessidade do uso da língua não é exclusividade do processo de acolhimento humanitário, haja vista que “[t]odas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua.” (BAKHTIN, 2003, p.279) Isso supõe inscrição do indivíduo em um determinado ambiente de produção e circulação de textos, ideia que será melhor debatida nas páginas a seguir.

É com base na ideia de que a língua é um plano de inscrição do indivíduo nas práticas sociais que desenvolveremos, nas próximas páginas, reflexões acerca de como se dá a relação entre esses dois campos (a linguagem e o social) no que compete aos assuntos do âmbito do refúgio. Dentro desse quadro, a teoria dialógica de Bakhtin nos parece um elemento-chave para compor a análise apresentada nas próximas páginas.

2.1 A importância da integração linguística no contexto do refúgio

Neste item, buscaremos elucidar, à luz das contribuições bakhtinianas, a importância da linguagem no contexto da integração a refugiados. Para tal, elaboraremos conceitos básicos acerca da teoria dialógica que o autor russo elaborou e buscaremos entender de que maneira a linguagem é importante para promover a integração do indivíduo refugiado.

Em uma crítica aos estudos linguísticos predominantemente estruturais de sua época, Bakhtin (2003) explica que se tomava a linguagem “do ponto de vista do locutor como se estivesse *sozinho*, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2003, p. 289). Nessa perspectiva, a língua seria a ponte entre um enunciador, isolado no processo comunicacional, e seu receptor, igualmente isolado, uma determinada mensagem. Bakhtin observa que esse entendimento era unilateral: tomava a comunicação como um evento no qual uma enunciação qualquer existiria previamente ao indivíduo, que a colocaria em operação para que um outro indivíduo a compreendesse e, apenas então, seriam postos em circulação outros enunciados). Aos olhos de Bakhtin, isso não contemplaria todo o processo de comunicação. Para o autor, não há inscrição de um sujeito qualquer antes ou depois do processo de comunicação já que é esse mesmo processo que inscreve subjetividades. Comunicar, para ele, seria o próprio ato em que dois indivíduos participam da troca verbal em um mesmo momento. A enunciação poderia, pois, pré-existir à situação de enunciação. O filósofo russo, então, repensa o modelo anterior, indicando uma relação intrínseca entre enunciador e receptor da mensagem - esta, veiculada através da língua. Para o autor, a materialidade da língua se dá por meio “de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.” (BAKHTIN, 2003, p.279) Agora, enunciador e receptor não ocupam lugares isolados, mas, fazem parte de um mesmo processo de produção de enunciados. Nessa nova configuração, eles serão redefinidos pelo autor como locutor e ouvinte.

A nomenclatura adotada por Bakhtin (2003) tem importância inegável para estudos variados, o da linguagem dentre eles. No entanto, parece que, para o autor, a produção de qualquer enunciado ainda supunha a existência de um locutor e um

ouvinte, – por mais que ouvir denote uma ação somente possível no momento em que há alguma eloquência para tal.

Em busca de uma definição que aflorasse o contato entre enunciador e seu outro parceiro da enunciação, de modo que ambos participassem ativamente do mesmo momento, deparamo-nos com o uso que Maingueneau atribui, em *Gênese dos Discursos*, aos parceiros da interação enunciativa: enunciador, co-enunciador e coenunciador. Essa diferenciação permite constituir parâmetros diferenciados para entender a subjetivação pelo uso da linguagem: enquanto locutor e ouvinte são dois aspectos distintos do fazer comunicacional cujas posições se alternam no momento da enunciação, enunciador, co-enunciador e coenunciador são constituídos pelo próprio instante de enunciação.

Assim, a opção de distanciarmos dos termos locutor e ouvinte é motivada pelo nosso interesse em buscar alternativas lexicais que se aproximem da proposta dialógica de Bakhtin e que reflitam diversos papéis atribuídos linguisticamente aos pares constituídos no momento da enunciação.

A situação de enunciação entre coenunciadores decorre, pois, de dois processos simultâneos e que configuram determinados efeitos de sentido no fazer comunicacional: um de compreensão e um de resposta.

O ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso (...). A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (...) toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa no ato real da resposta (...) subseqüente (BAKHTIN, 2003, p.290)

Para Bakhtin (2003), a compreensão responsiva ativa é um processo que ocorre ao longo da enunciação e que torna possível organizar a reação a uma enunciação previamente realizada: a essa réplica, ele deu o nome de atitude responsiva ativa. A compreensão consolida-se na resposta. No entanto, a compreensão e a atitude responsivas ativas não se dão *no momento* da resposta, senão antes dele e durante ele: a enunciação tem sempre alguma expectativa – aguardamos um complemento, uma resposta, uma pergunta; talvez uma ação, como

sair ou entrar, beijar ou se afastar de alguém. O ato de enunciar pressupõe um enunciador anterior e antecipa uma resposta. Dessa forma, a *compreensão responsiva ativa* é única para cada sujeito participante do ambiente de comunicação e torna-se equivalente a *responder*, já que depende deste mesmo ambiente (bem como de suas relações entre coenunciadores) para fazer sentido; igualmente única é a *atitude responsiva ativa* de um dos enunciadores. Por este motivo, o que for enunciado em resposta à compreensão também é único. Vem daí a noção de que todo enunciado é irrepetível: ele só é construído a partir de processos de compreensão e respostas dependentes do contexto da enunciação para que seus sentidos possam aflorar.

À guisa do conceito de discurso, faz-se importante trazer o que entendemos por ele. Tome-se, aqui, a consideração foucaultiana para o termo, que reconhece discurso como

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1997, p. 136)

Ao compartilharem de uma determinada configuração de sentidos, enunciador e coenunciador enunciam a partir de uma espacialidade e um tempo determinados, e produzem aquilo que lhes é possível dentro da conjuntura na qual se encontram. A existência do discurso está condicionada, também, aos signos que são usados para lhe sustentar. Nessa perspectiva, Bakhtin entende o signo como um palco de “representação simbólicas e de ornamentos” (BAKHTIN, 2006, p.30). Uma representação simbólica, por exemplo, seria a conotação de que a foice e o martelo juntos remetem ao discurso comunista – os ditos símbolos descontextualizados não têm essa mesma simbologia, precisam estar combinados para que essa memória acerca de enunciação anteriores, que remetiam à mesma combinação de símbolos, seja ativada. Para Bakhtin (2006), todo símbolo é ideológico – e aqui ampliamos esse debate à esfera linguística: toda inscrição verbal tem um significado; é no contato com outras expressões que novas representações são formadas e, embora possam se mascarar de uma determinada conotação, o conjunto da enunciação à qual pertencem pode mostrar novas faces e acepções.

Posicionamentos contrários ou partidários de uma determinada simbologia inscrevem os enunciadores de tais produções enquanto coenunciadores do fazer

comunicacional. Essa alteridade é característica da comunicação e também diz muito sobre ela: por gerar enunciações, seja enunciador ou coenunciador, entende-se o ato de se inscrever em uma enunciação para refutá-la ou concordar com ela. Qualquer que seja o ponto de encontro dos enunciados, não se enuncia sem a intenção de fazê-lo. Enunciar é, em si, performativo; projeta uma resposta que, por sua vez, provoca outra. Enuncia-se para colocar o discurso que baseia aquela enunciação em funcionamento, para trazer à tona todo um sistema de representações acerca do mundo. Não se deve distanciar a enunciação ou o discurso ao qual pertence de um caráter político; inscreve-se enquanto performatividade pela linguagem, instaura determinados significados no âmbito do que é enunciado e promove o contato, entre enunciadores, com toda uma representação simbólica através da linguagem. Por isso, “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 7). Daí, entendemos que a relação entre o simbólico do signo e os processos de resposta que surgem da inscrição dele em uma dada situação refletem a dimensão dialógica da linguagem.

Pelo viés discursivo, a linguagem é o elo entre os sujeitos envolvidos em um discurso. Os sentidos de seus discursos serão atribuídos no momento da interação enunciativa, ou seja, decorrem de

uma relação de alteridade, noção, aliás, fundamental à compreensão de dialogismo. Nessa perspectiva, é condição *sine qua non* considerar o papel do “outro” na constituição do sentido (CAVALCANTE FILHO & TORGA, 2011, p.3)

A alteridade não se esgota no contato do outro em relação ao que é enunciado por um sujeito, mas também pode ser entendida como respostas do sujeito a um evento enunciativo ou discursivo anterior.

Assim, nessa perspectiva, falar de “discursos comunistas” só ganha sentido quando, no interior de um dado campo, outros tantos “perfis discursivos não comunistas” seriam possíveis, não como mera presença de um real naturalizado, mas precisamente como aquilo que abre a possibilidade de sua constituição como alteridade no plano enunciativo (RODRIGUES; ROCHA [2010] *apud* ROCHA, 2014, p.622)

Dessa forma, o momento da enunciação marca tão somente uma parte de um processo em que enunciados são trazidos à tona, refutados ou aceitos por um sujeito que responde a tais produções e, então, são transformados em novos

enunciados. Devido a isso, tem-se que o enunciado é o resultado de um emaranhado de posicionamentos, constituinte de um ambiente polifônico:

“um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo”. O texto é tecido polifonicamente por fios dialógicos de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras. CAVALCANTE FILHO & TORGA, 2011, p.3)

A pluralidade de vozes não deve ser tomada como uma possibilidade de escolha, senão como o resultado de um conjunto de fatores anteriores ao próprio fazer enunciativo; são respostas a silêncios ou outras vozes anteriores à enunciação.

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores — emanantes dele mesmo ou do outro — aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles) (BAKHTIN, 2003, p.291)

Portanto, tem-se que os enunciados são respostas a enunciações anteriores, quer elas tenham acontecido ou não. Se não houver enunciação anterior, é colocada em operação, no enunciador, a necessidade de tornar essa não existência real: ele é movido a enunciar devido a um processo de *compreensão responsiva* à não existência do que se pretende enunciar e isso o leva a uma *resposta ativa*, o próprio ato de enunciar, que também espera uma *resposta ativa* de um outro, o co-enunciador no processo dialógico. O ineditismo da enunciação, aqui, resulta diretamente da quebra do silêncio que até então abarcava aquele determinado contexto. Já no caso de um enunciado (chamêmo-lo de *y*) ser uma resposta a um outro (*x*), existente, que projetava um co-enunciador específico (*y*), então *enunciado y* deve ser entendido como inédito também, por compor, em relação a *x*, uma resposta ativa oriunda de um processo de *compreensão responsiva* dentro dos parâmetros únicos que lhe são possíveis.

Por isso, a alteridade da enunciação reside na *existência* ou *não existência* de um enunciado em resposta a outro. Isso denota certa historicidade a partir do momento em que identifica a existência de um enunciador anterior a um dado enunciado ou ao enunciado que é esperado em resposta a ele e, ao fazer isso, retrata o caráter de alteridade do processo dialógico.

A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a

composição, os enunciados sempre possuem, como unidades da comunicação verbal, características estruturais que lhes são comuns, e, acima de tudo, *fronteiras* claramente delimitadas. E neste problema das fronteiras, cujo princípio é essencial, que convém deter-se com vagar.

As fronteiras do enunciado concreto, compreendido como uma unidade da comunicação verbal, são determinadas pela *alternância dos sujeitos falantes*, ou seja, pela alternância dos locutores. Todo enunciado - desde a breve réplica (monolexêmica) até o romance ou o tratado científico - comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes (BAKHTIN, 2003, p.294-295)

Logo, não cabe, na perspectiva discursiva que se adota neste trabalho – com contribuições de Foucault (1997, 2014), Maingueneau (2004; 2008; 2012) e Bakhtin (2004; 2006) – dizer que o processo comunicacional não seja dialógico. Ao contrário: ele pressupõe um *Outro* implícito na enunciação. A linguagem, fundamental para a enunciação, é constitutiva do sujeito (produtor de um determinado enunciado) e primordial para refletir sobre/entender/produzir um enunciado. Este, por sua vez, “é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 2003, p.291), essenciais para que ocorra a comunicação.

A complexidade da cadeia de enunciados evidencia a possibilidade de comunicação efetiva entre enunciador e coenunciador. No contexto da integração local do indivíduo refugiado, a adaptação linguística caracteriza-se enquanto um fator essencial para a vida em sociedade, já que pressupõe a capacidade de *compreender* outros enunciados e *respondê-los* ativamente, atribuindo-lhes, ao longo desse processo intersemiótico, os posicionamentos constituintes do sujeito enunciador.

Quando se aborda, aqui, a questão da adaptação linguística, referimo-nos a uma das maneiras pelas quais o indivíduo refugiado encontrará uma solução adequada para sanar suas demandas durante o período em que a condição de refugiado(a) for aceita. Para tanto, conhecimento da língua de acolhida é primordial para que ele possa assumir o papel de “enunciador da sua própria enunciação.”

Neste ponto, faz-se importante explicar o termo entre aspas. Compõe um dos direitos dos solicitantes de refúgio o acesso a um(a) intérprete público(a) para auxiliar o(a) solicitante durante o processo de análise de seu pedido junto aos

mecanismos governamentais. Isso significa que toda comunicação entre instituição (sob a figura do agente de Polícia Federal) e indivíduo solicitante ocorre através de um processo de compreensão ativa por parte do(a) intérprete, que projeta uma resposta ativa dessa compreensão e codifica informação de um enunciador ao outro. Isso aloca o papel de tradutor/intérprete como um mediador-participante do processo comunicacional (SOBRAL, 2008, p.89).

No entanto, o processo de compreensão em uma língua de origem e produção em uma língua de destino demonstra o funcionamento de uma enunciação, motivo que levou Silva (2011, 2013) a entender esse procedimento como uma re-enunciação. Ela, por sua vez, traz aspectos característicos da enunciação do(a) intérprete para o contexto da interpretação.

É neste ponto que parece oportuno pensar a integração linguística dos refugiados enquanto uma possibilidade de resistência dos discursos que esse grupo pode produzir. Fazer com que os próprios refugiados possam produzir enunciados (e, conseqüentemente, discursos) em língua portuguesa elimina a necessidade de mediação, não apenas empoderando um grupo de pessoas à margem do contexto social brasileiro, mas também possibilitando que elas possam trazer seus próprios contextos de produção ao contexto de enunciação. Isso será de extrema importância para a consolidação de práticas discursivas e, em virtude disso, ao pertencimento à sua comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 2008). A relação entre a teoria dialógica de Bakhtin e o conceito de prática e comunidade discursivas será consolidada mais à frente.

Voltemos à questão do ensino de língua portuguesa enquanto possibilidade de integração, motivador inicial para esta pesquisa. Entendemos que o aprendizado de um novo idioma leva tempo, exige anos de dedicação, realidade que não costuma encontrar referentes no processo de refúgio. No contexto de acolhimento emergencial, o aprendizado de uma nova língua mostra-se, para além de uma necessidade, uma barreira, que, quando solucionada, capacitará o indivíduo a relacionar-se melhor com o ambiente à sua volta. Por isso, não parece arbitrário pensar que

o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (...). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade destas) num dado contexto concreto (...) para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. (BAKHTIN, 2006, p.93)

Por outro lado, Bakhtin (2006) pontua que o lado do locutor, apenas, não é suficiente para que haja estabelecimento de comunicação efetivo na “comunidade linguística” (*idem*, 2006, p.94) em que se encontre, isto é, em um grupo de indivíduos que compartilhem dos mesmos sistemas de significações em âmbito linguístico. A fim de que essa inscrição seja feita de maneira satisfatória, é preciso, também, pensar o lado do outro, aquele com quem se dialoga. Assim, o domínio da forma linguística (estrutura) mostra-se ainda menos importante, já que a ênfase passa a ser *descodificar* o conteúdo enunciado, isto é, *compreendê-lo* em um contexto tal que seu conteúdo faça sentido. Quanto a isso, Bakhtin (2006) afirma que

o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. (BAKHTIN, 2006, p.94)

O autor discute que a simbologia nos enunciados não é apreendida de maneira simples. Para Bakhtin (2006), um sujeito inscreve-se plenamente em uma comunidade linguística específica quando descodifica seus signos, assimilando-os. É nessa complexa teia de processos semânticos que se encontra a dificuldade da adaptação linguística:

No processo de assimilação de uma língua estrangeira, sente-se a “sinalidade” e o reconhecimento, que não foram ainda dominados: a língua ainda não se tornou língua. A assimilação ideal de uma língua dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão. (BAKHTIN, 2006, p.94-95)

Para além do conhecimento de estruturas lexicais e gramaticais, a integração linguística está relacionada com a capacidade de produzir e entender sentidos através da linguagem. Os sentidos atribuídos aos enunciados estão diretamente relacionados com posicionamentos subjetivos, oriundos de respostas a enunciações anteriores. Isto nos leva à seguinte reflexão: o signo linguístico é potencialmente uma marca de seu enunciador e seu significado aflora quando em uma situação dialógica – composta por respostas ativas a compreensões acerca do signo, então descodificado. Assim, o enunciado evidencia seu caráter individual, podendo “refletir a identidade de quem fala” (BAKHTIN, 2003, p.283) – ou, dentro da perspectiva aqui adotada, de quem enuncia.

2.2 Coerções e construções de si e do *Outro* a partir da linguagem no âmbito da Lei 9.474/1997

Observamos que uma das primeiras definições acerca do termo *refugiado* está previsto em lei no Brasil. Tal documento é um ambiente textual, pensado para apresentar uma única voz enunciativa e que destaca normas a pessoas que morem no Brasil. No âmbito da Lei 9.474/1997, as normativas são referentes à entrada e estadia de pessoas cujo temor de perseguição tenha motivado sua solicitação de refúgio neste país. Por este motivo, debateremos, neste item, a relação entre a teoria dialógica de Bakhtin e o ambiente da lei enquanto uma formatação que gera sentidos e práticas aos seus coenunciadores.

Nosso interesse pelo texto legal deu-se a partir do contato com situações de desrespeito aos direitos fundamentais do grupo de refugiados atendidos pelo Curso de Português para Refugiados da UERJ. Recorremos, então, à Lei principal do processo de refúgio no Brasil, 9.474/1997, para entender a regulamentação da condição de refúgio neste país.

O ambiente de produção de uma lei é polêmico por essência: envolve definições conceituais, debates, votações, emendas. Nas páginas a seguir, explanaremos um pouco melhor quais são as etapas do fazer legislativo e de que maneira o texto da lei é resultado de um processo dialógico, a despeito de todo o esforço em tentar compor um texto ao qual se tenha tentado atribuir uma voz única

O sistema legal brasileiro foi construído a partir de importantes contribuições de teóricos e filósofos ao longo de séculos de história da humanidade. Essa organização, em especial, remete ao direito romano, mas foi no trabalho de Hans Kelsen, *Teoria Pura do Direito* (1934), que o Brasil se baseou para elaborar o seu aparato legal recente. O referido jurista inovou a forma de entender o ordenamento jurídico ao propor que o Direito fosse visto como uma ciência, com metodologias específicas de análise. A ciência jurídica deveria poder explicar a política, já que a segunda seria inerente à primeira.

A Teoria Pura do Direito é uma teoria do Direito Positivo – do Direito Positivo em geral, não de uma ordem jurídica especial. É teoria geral do Direito, não interpretação de particulares normas jurídicas, nacionais ou internacionais. Como teoria, quer única e exclusivamente conhecer o seu próprio objeto.

Procura responder a esta questão: o que é e como é o Direito? Mas já não lhe importa a questão de saber como deve ser o Direito, ou como deve ele ser feito. É ciência jurídica e não política do Direito. (KELSEN, 2006, p.1)

Para tornar tal explicação mais lógica, Kelsen elaborou uma hierarquia do Direito, cujo objetivo, segundo Botelho (2016), era “resguardar a sociedade e o indivíduo da subjetividade, da imprecisão conceitual, da improvisação, da surpresa e da insegurança jurídica presentes no jusnaturalismo” (p.116-117). O filósofo preocupou-se, então, em demonstrar de que maneira a sociedade deveria ser organizada para que os objetivos do Direito, de justiça e igualdade, fossem atingidos – consequência obtida quando da “independência da ciência jurídica diante das injunções do poder” (BOTELHO, 2016, p.117).

Segundo a teoria de Kelsen, a coerção sobre os indivíduos instaura-se de acordo com uma hierarquia de poder. O autor postulou essa organização sob a forma de uma pirâmide, posteriormente conhecida como Pirâmide de Kelsen, definida como uma estrutura composta por

uma série de ordenamentos subordinados a uma hierarquia de graus sucessivos de extensão e eficácia decrescentes (normas que emanam umas das outras) ou escalonamento, desde o ordenamento internacional até o Estado. (RAMIRO, HERRERA, 2015, p.239)

A pirâmide de Kelsen pressupõe um constante diálogo entre instâncias de governo. Considere-se, de forma apenas embrionária, uma produção de um texto legislativo qualquer enquanto uma enunciação possível. Ela já é, em si, a resposta a uma determinada situação: uma demanda que emana da sociedade em relação a um tema específico. Esse texto ainda precisa passar por algumas instâncias até que seja considerado apto para ser aplicado. Essas instâncias analisam o texto proposto a partir de outros textos, anteriores à produção mencionada. Com isto, tem-se que o texto legal inscreve-se em um contexto em que há uma não-existência enunciativa e visa justamente preencher essa lacuna, mas ele precisa estar condicionado a outras existências anteriores, que o validam ou refutam. A título de exemplo desse condicionamento, trazemos a explicação de Pacheco (2013) a respeito do processo de desenvolvimento de uma lei:

Se imaginarmos, por exemplo, todas as leis brasileiras como partes de uma pirâmide hierárquica de normas, a Constituição Federal estará no topo, no comando, não podendo nenhuma outra norma do sistema estar em desacordo ou mostrar-se incompatível com seu conteúdo, sob pena de ser considerada “inconstitucional” e não ter sua validade jurídica reconhecida.

Logo abaixo da Constituição estão posicionadas, na pirâmide imaginária, as chamadas *leis complementares*, que tratam de assuntos específicos (...). No nível imediatamente subsequente localizam-se as espécies *lei ordinária*, *lei delegada*, *medida provisória*, *decreto legislativo* e *resolução*, destinadas, cada uma por meio de um processo próprio de elaboração e aprovação, a regular assuntos e temas variados que a Constituição, direta ou indiretamente, atribui a uma ou outra. Finalmente, na base do sistema jurídico como um todo ficam os atos normativos considerados inferiores, que são aqueles destinados a detalhar, a esmiuçar normas muito genéricas ou a complementar vazios e lacunas deixados pelas espécies mencionadas anteriormente. São eles os *decretos*, as *portarias*, as *instruções* e toda uma série de atos editados pelos órgãos do Estado, em especial o Poder Executivo, no exercício de sua função típica, que é administrar o país e executar suas leis. (PACHECO, 2013, p.12-13)

Botelho (2016) reitera que o objetivo de Kelsen ao demonstrar a estrutura dos mecanismos de coerção de uma determinada sociedade não era outro senão fazer com que as normas jurídicas fossem claras, objetivas, gerais, oriundas de um processo legislativo regular” (p.117). A clareza estrutural não aparece apenas na organização social, mas também no próprio texto de Lei – isto é, a proposta da pirâmide busca aproximar sociedade e texto legal, como se um fosse imprescindível à existência do outro, porque o é mesmo, já que é em busca de soluções para uma determinada situação apresentada pela sociedade que o texto legal tem sua motivação de existir. A língua também aparece como fator decisivo nesse processo, conforme Lei Complementar número 95, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.” Em seu Artigo 11, há orientações para que a redação do texto legal seja clara, precisa e coesa, observando questões estruturais da língua.

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;
- b) usar frases curtas e concisas;
- c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;

g) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes;

III - para a obtenção de ordem lógica:

a) reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens. (BRASIL. Lei Complementar nº 95)

O processo de objetividade e clareza das normativas legislativas é, também, uma nova instância para refutar ou aprovar o texto de uma lei. Mas, para além disso, existe uma norma maior a ser seguida, isto é, uma voz que regula toda e qualquer produção que vise organizar a sociedade: segundo Manuel Hespanha, jurista português, esta voz apresenta-se sob o texto constitucional⁷: “a validade de uma

⁷ É válido também, ressaltar, que a nossa atual Constituição, datada de 1988, com o objetivo de consolidar ideais democráticos, é uma resposta a vozes anteriores, inscritas em discursos produzidos

norma jurídica depende sempre de uma norma superior, que estabelece a competência e o processo para editar as normas inferiores. Empiricamente, esta norma é a Constituição.” (HESPANHA *apud* RAMIRO, HERRERA, 2015, p.240) Ela é a Carta Magna de um Estado e documento soberano no fazer legislativo.

Até este ponto, reitera-se uma característica dialógica no âmbito da lei: esta traz não-explicitamente a voz do texto constitucional em si como fonte de sua validade. A voz é retomada pela necessidade de validação se tratar de uma condição própria da existência da lei. Isso deixa à mostra uma importante ferramenta para o analista do discurso: o funcionamento do gênero ao qual uma dada enunciação se inscreve. É a partir das ferramentas de que dispõe o gênero para validar ou refutar determinados enunciados ou para inscrever vozes no ambiente discursivo que será possível desvendar os sentidos dos textos e enunciados.

A organização interna do Estado brasileiro (dividido em Casas Legislativas) também requer olhar atento, pois em muito nos ajuda a entender o processo de análise de uma lei. O Brasil é, por definição, uma federação. Nesse sentido, abarca diversos estados associados a um mesmo governo central, ao qual cabe validar normas que sejam válidas a todo o território nacional. Cada estado, no entanto, tem necessidades próprias, às quais seu ordenamento jurídico deve se adequar. Como exemplos, citamos aqui escassez ou não de água, o que requer maior ou menor intervenção local no tocante à distribuição desse bem à população; ou a necessidade de implementação de unidades de policiamento ostensivo em algumas capitais que apresentem índices de violência alarmantes, situação que não se mostra necessária em cidades cujos índices sejam menores. No entanto, todas as leis específicas de cidades ou estados precisam respeitar a norma maior a fim de que haja uma sociedade igualitária.

Outrossim, a Constituição também confere a cada Casa Legislativa a autonomia necessária para a criação de normas internas, que determinam os processos a serem seguidos para o andamento do trabalho desempenhado nelas. Essas Casas são a representação máxima do Poder Legislativo, “a principal fonte do poder parlamentar” (PACHECO, 2013, p.16), e dividem-se de acordo com o âmbito de atuação:

nos períodos anteriores ao período democrático. Ela é uma voz de resistência, uma enunciação em resposta à demanda da sociedade brasileira daquele momento, e projeta uma expectativa de enunciados que sigam esses mesmos ideais democráticos que ela instaura.

Federal: Senado e Câmara dos Deputados;

Estadual: Assembleias Legislativas;

Municipal: Câmaras Municipais;

Distrital: Câmara Legislativa do Distrito Federal. (INTERLEGIS, 2013)

Todas as Casas e decisões que delas surjam inscrevem-se nos parâmetros previstos pela Carta Magna. Além disso, os procedimentos internos de validação ou refutação das normas colocadas em análise permitem a identificação de processos necessários de comunicação entre as Casas. O Congresso Nacional, por exemplo, é composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, cada um com seus procedimentos e normas internos; são regidos, no entanto, pela Constituição, que defende a atuação em conjunto das duas instituições para determinados cenários:

Dependem de apreciação conjunta das duas Casas os projetos de leis relacionados a matéria orçamentária, como o projeto de lei do orçamento anual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e o projeto de lei do plano plurianual (PPA). Também os vetos presidenciais apostos a projetos de lei são apreciados conjuntamente pelas duas Casas. (PACHECO, 2013, p.18)

Resumidamente, isso significa que a validade das normas em escala nacional precisa ser aceita por ambos os espaços – e, na possibilidade de que um refute determinada proposta de lei, o documento retorna ao outro, é modificado e enviado novamente à apreciação. A partir deste momento, o relator da Casa redige um parecer com seu posicionamento acerca da proposta. É, então, aberto um espaço de debates, que, por fim, é seguido de votação. De maneira análoga, ocorrem as definições acerca das leis de cada município ou cidade.

Essa situação não suscita questionamentos apenas de ordem dialógica, mas também exemplifica uma outra dimensão dos estudos discursivos, relacionada ao dialogismo próprio da linguagem. Tal dimensão projeta uma gama de coerções e prescrições pela linguagem. A composição dos tipos de textos mencionados nas últimas páginas inscreve ações languageiras que se voltam à sociedade, modificando-a de certa forma. Esse movimento demonstra duas metades de uma mesma característica enunciativa: uma de cunho social; outra, verbal.

O primeiro a formular um nome para esse encontro foi Foucault (1997). Para ele, prática discursiva é um enquadramento que abrange diversas áreas da sociedade relacionadas ao uso que se faz da linguagem com os fins a que se destinam; ou, nas palavras do próprio autor:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1997, p. 136).

Já Maingueneau e Charaudeau (2004) entenderão esse conjunto como uma condição essencial para o fazer enunciativo, identificando-a como “as condições institucionais de legitimação da enunciação” (p.396). Essa perspectiva faz com que Maingueneau tome a prática discursiva por um ambiente em que há “reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso” (MAINGUENEAU, 1989, p. 56).

Esta nova formatação identifica o discurso enquanto produto de um determinado grupo; trata-se de um enlaçamento paradoxal, em que não apenas se supõe a instauração de sentidos, como também se contribui para ela. E, tomando os conceitos de enunciado, enunciação e coenunciadores da teoria de Bakhtin (2003, 2006), fica nítida a relação entre essa nova perspectiva de discurso e a concepção dialógica da linguagem: a produção de um enunciado é resultante da inscrição da possibilidade de enunciação em um contexto de produção de discursos de um determinado grupo, que, por sua vez, compartilha de uma determinada característica, a qual permite a composição de enunciados em comum. Essa composição dá origem a discursos variados, inscritos dentro daquela mesma possibilidade de enunciação. Essa conjuntura gera comunidades discursivas (MAINGUENEAU, 2008), que sustentam e propagam discursos e enunciados produzidos dentro de seus limites. Dessa forma, enunciações são consideradas válidas quando se inscrevem nas possibilidades de enunciação dos grupos dos quais fazem parte e são, em contrapartida, refutadas quando enunciados produzidos por elas ou em relação a elas não são contemplados pelas fronteiras enunciativas que regulam os referidos grupos.

Essa “interdependência de uma produção de textos e da formação de uma comunidade que dá à luz esses textos, ao mesmo tempo em que deles também recebe visibilidade” (ROCHA, 2013, p.158) deve ser tomada como um ambiente de potencialidades performativas, haja vista o que ocorre nos ambientes de composição dos textos legais: colocadas à análise, validação; instaurando ações que afetam a sociedade por meio da linguagem; determinando procedimentos. Em outras palavras: o conceito de prática discursiva

rejeita a existência de uma instância enunciativa que se configure previamente à produção de textos. (...) Nesses termos, o social deixa de ser o cenário do encontro de individualidades previamente constituídas e passa a ser pensado como dimensão que se configura a partir de um arranjo sempre provisório de forças, do qual o indivíduo emerge como efeito. Dessa forma, a produção de sentido dos textos não pode mais se apoiar na ilusão apaziguadora de uma origem individual. A atribuição de sentido é processo que remete ao campo de forças que a própria emergência do texto e a de suas leituras posteriores acionam. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2013, p.126)

Logo, a Lei 9.474/1997 é um ambiente dialógico, pois é produzido em resposta a demandas sociais e também se molda a partir de diversos embates sociais; simultaneamente, configura-se enquanto uma prática discursiva: delimita quem é considerado refugiado (e, a partir dessa definição e supondo um co-enunciador para esta enunciação, quem não o é), dispõe dos mecanismos para solicitação de condição de refugiado, instaura instâncias governamentais para a análise desses pedidos (como é o caso do Comitê Nacional para Refugiados), descreve ações a serem conduzidas em caso de indeferimento do pedido...

Até aqui, demonstramos a dinâmica para composição do texto legislativo a partir da relação entre a estrutura atual do sistema legislativo brasileiro e a teoria dialógica de Bakhtin (2003; 2006), trazendo à tona as implicações discursivas desse contexto. Enquanto um conjunto de diferentes enunciações materializadas em um mesmo documento legal, a lei se constitui enquanto um sujeito plural, consolidado ao final de um longo processo de propostas, pareceres, debates e votações. Um sujeito clivado na interação com diversas enunciações, que, juntas, formam um conjunto específico e sustentam outras enunciações de simbologia similar.

Depreende-se dessa situação que as vozes presentes em um contexto parlamentar são plurais: no momento de debates anteriores à eleição, as vozes de parlamentares e eleitores são trazidas em um ambiente de embate, em que haverá processos de aproximação de ideias ou discordância delas. No momento em que o candidato é votado pela maioria da população, há um processo de resposta ativa às enunciações proferidas pelos candidatos baseada na afinidade ideológica entre eleitorado e candidato. Essa etapa vai culminar na aproximação entre vozes de eleitores e candidatos, agora parlamentares. Assim, quando assumem suas cadeiras nas Casas Legislativas referentes aos cargos para os quais foram eleitos (deputados, nas Câmaras; senadores, no Senado; etc), há uma pluralidade de vozes colocada em evidência e isso se consolidará na elaboração de textos legislativos, dentre eles as leis, que serão baseadas nas vozes que levaram aquele indivíduo

àquele cargo. No entanto, quando há distanciamento das vozes que levaram tal indivíduo ao cargo parlamentar em questão, não se pode dizer que há um processo de resposta ativa a uma demanda específica, uma vez que tal posicionamento é contrário àquele defendido no momento da eleição.

Portanto, pode-se entender o cargo parlamentar como, idealmente, um ambiente de compreensão e respostas ativas a demandas sociais. Essa condição é imprescindível para compreender a multiplicidade de vozes nos textos elaborados em ambiente legislativo. A historicidade presente nestes refere-se não apenas a um passado identificado na composição de vozes que levaram tal parlamentar a ocupar o cargo em questão e, em consequência, elaborar um determinado documento, mas também se refere às próximas vozes que comporão e validarão os textos apresentados (Constituição Federal, debates nas instâncias legislativas e, por fim, aval presidencial).

Nos parágrafos anteriores, optamos por apresentar uma versão mais simplificada do aparato legal a fim de buscar uma explicação mais objetiva para a questão que colocamos: a lei representa a consolidação de uma resposta a uma demanda social específica e também configura, por discursos variados, consolidados a partir de um processo dialógico extensivo de debates, avaliações e normatizações apresentadas por vozes diversas – as quais, finda a votação da lei, compõem um mesmo texto legislativo. A lei é pensada para a sociedade e é feita, em alguma medida, por ela (ou, mais especificamente, por seus representantes). Por isso, a multiplicidade de vozes que dão origem a seu texto leva a crer que ela segue uma regra clara da democracia: deliberação por maioria de votos. Apesar disso, trata-se de uma composição com requinte de autoridade:

Lei é um preceito formulado pela autoridade constituída que se torna norma geral obrigatória imposta coercitivamente à obediência geral. A escritura da lei é constituída de seqüências discursivas com aparência de um texto neutro e com a finalidade de promover a ordem e o desenvolvimento. (...)Na perspectiva da Análise do Discurso, a lei é um gênero discursivo (GREGOLIN, 2005) do tipo autoritário (ORLANDI, 2003), que se caracteriza por uma relação impositiva entre o enunciador e o enunciatário. (MARQUEZAN, 2008, p.465)

É importante frisar que não é apenas o parlamentar que propõe leis ao debate democrático: a organização civil e o Poder Executivo também têm as condições legais para propor a criação de um projeto de lei – tais atos são chamados,

respectivamente, de ato (ou iniciativa) popular e ato do executivo e estão constitucionalmente regulados:

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Art. 61, §2)

As pessoas refugiadas não têm direito a voto para escolher representantes que atuem na esfera política em prol de suas necessidades. Sem isso, suas demandas são marginalizadas, pouco disseminadas ou ouvidas. O espaço de vocalização em que os refugiados se encontram recebe uma carga maior de burocratização se comparado com o espaço dos indivíduos que podem compor o eleitorado; isso se dá porque, para conseguir propor um projeto a ser debatido pela Câmara, o(a) refugiado(a) precisará que um membro do eleitorado, o qual veja legitimidade nas propostas, esteja à frente do processo de vocalização.

Emana a seguinte situação: pessoas refugiadas expõem uma situação *x*, a qual precisa ser modificada. Os pares que pertençam ao eleitorado brasileiro avaliarão o conteúdo que se reivindica e, chegando em um acordo entre as partes, buscarão estabelecer a ponte entre o que é exigido e os demais membros do eleitorado. Caso a proposta seja aceita para debate, entra em cena a organização dos parlamentares da Câmara, do Senado e outras instâncias mais que, proventura, possam participar da aceitação e promulgação de lei. Logo, a demanda parte de um determinado grupo, cujo direito à representação política é negado, e é preciso ser representado politicamente por alguém que não pertença ao grupo marginalizado com o objetivo de que seus pedidos tenham valor. Não apenas a marginalização política de indivíduos refugiados é colocada em evidência nas tensões ao redor da concessão de direitos a tais indivíduos, como a necessidade de colocar à frente do “estrangeiro” um membro com direitos políticos de “brasileiro.”

Atribuimos essa organização (ou *normatização, estruturalização*, termos que mais abrangentemente dão conta de refletir o caráter altamente institucionalizado que é a proposta de uma lei) a uma tentativa de assegurar os interesses econômicos do Estado. Essa explicação tomará mais forma ao longo da leitura das análises de notícias, no próximo capítulo, e retomarei este assunto na conclusão de maneira mais consistente. Mesmo assim, adianto-me, em um esclarecimento para tentar

explicar o que parece ser o *gatilho* da necessidade de haver um *símbolo nacional*⁸ à frente dos interesses de estrangeiros.

No modo de produção capitalista, em que o lucro é o principal objetivo das relações de produção, o dualismo entre aquele que detém os meios de produção (burguesia) e aquele que atua com esses meios (trabalhador assalariado) sucinta tensões da ordem da hierarquia social: o trabalhador subordina-se à burguesia, pois precisa obter recursos financeiros para seu sustento e não detém o meio pelo qual é possível consegui-los. Já a burguesia parece tentar evitar ao máximo que o trabalhador tenha acesso a esses meios, uma vez que isso significaria redução da quantidade de trabalhadores e, conseqüentemente, redução nos lucros obtidos. A relação de desigualdade entre as classes sociais que emergem do modo de produção capitalista é a sustentação desse modelo de produção⁹.

Enquanto um país que se propõe a acolher refugiados(as), apátridas e estrangeiros de origens e motivações diversas para terem chegado aqui, e estando inscritos em uma *comunidade discursiva* (conceito elaborado mais à frente) que compartilha do foco de que um indivíduo deve se manter constantemente em situação mais confortável financeiramente do que outro, é compreensível que haja inclinação em resguardar os interesses dos naturais e naturalizados para, então, poder oferecer aos demais grupos os direitos que, diz-se, serão dados a todos: educação, saúde, segurança, cultura, etc. Neste contexto, a relação de poder entre classes sociais do capitalismo apresenta uma releitura: não há tanto uma relação de poder econômico, porque não há obrigatoriedade da relação de trabalho entre *burguesia* e *proletariado* entre indivíduos refugiados e não-refugiados. Nesse

⁸ Findos os tempos do horror, que silenciaram o país de 1964 a 1985, sentiu-se a necessidade de evitar outro momento de ameaça às liberdades e direitos individuais e de grupos. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) nasceu com o propósito de garantir a soberania do Estado brasileiro. Para entender como o enunciado “soberania do Estado brasileiro” se relaciona com os discursos materializados no âmbito dos debates à criação da CF/88, é preciso discutir conceitos como os de identidade, Estado e nação, mas, devido aos limites que a ocasião nos apresenta, optou-se por não aprofundar essa discussão. Apesar de disso, sucintamente ressaltamos a importância de entender a CF/88 como um movimento responsivo de defesa contra uma política de supressão de direitos. Assim sendo, assegurar a soberania nacional passa pelo respeito aos direitos individuais – dentre eles, está o respeito aos elementos que identificam o povo brasileiro diferenciando-o de outros. A partir do momento que um não-nacional ou não-naturalizado tem direito a voto, é uma potencial ameaça à soberania nacional, pois pode eleger um indivíduo que não compactue com os valores compartilhados para caracterizar o povo brasileiro. Dessa forma, compreender o conceito de identidade nacional parece ser uma peça fundamental para refletir sobre as relações entre comunidade de acolhida e condição de refúgio.

⁹ A teoria sobre como funciona e se estrutura o capitalismo foi alvo de centenas de pesquisas no mundo todo, nas mais diversas áreas (linguagens, sociologia, filosofia, economia...), sendo a obra “O Capital” (1867), de Karl Marx, a primeira a tratar do tema.

contexto, o conceito marxista da *luta de classes*¹⁰ expande-se: há aqueles em posição de privilégios (a proposição de um projeto de lei é um dos elementos que mais precisamente traduzem essa condição) enquanto seu *Outro* está em posição menos privilegiada, dependente de quem detém as condições necessárias à representação política para que possa vocalizar suas demandas.

Logo, entende-se que aquele não contemplado pela classificação de eleitorado pode ser entendido como um *desequilíbrio potencial* em relação à estrutura econômica ou social do local de acolhida. Exercer seu direito a voto é um passo importante para que a classe desprivilegiada possa ser representada por um indivíduo ou um grupo de indivíduos que a valorizem. No jogo democrático, essa é uma participação importante e daí vislumbramos outra notável projeção da Lei 9.474/1997: concedeu maior integração entre pessoas refugiadas e as nacionalizadas ou naturalizadas convivendo em solo brasileiro.

Retornando à relação de poder (encontrada na e) instaurada pela lei, surgem sujeitos do fazer enunciativo: um desses sujeitos é representado pela figura do Estado, que determina, pela aprovação da lei, orientações acerca de um tema específico; de outro lado, a lei sugere coenunciadores para esse sujeito-Estado, sendo eles os coenunciadores que compactuam com os ditames do texto legal (construindo, diante disso, uma comunidade de sustentação dos enunciados presentes no texto da lei) e aqueles que não compactuam com ele (os quais serão submetidos aos processos cabíveis). Isto posto, a lei prevê regular ações sociais para que o próprio Estado possa desenvolver-se dentro de um conjunto de práticas aceito pela sociedade e imposto a ela.

Desta forma, pode-se dizer que o texto legal é um ato institucional, resultado de processos de *compreensão responsiva ativa* e *atitude responsiva ativa*, os quais colocam em operação um conjunto de regulamentos aceitos socialmente, respondendo às necessidades do Estado e regulando sua ação. Ao fazê-lo, coloca em evidência sentidos compartilhados pela maioria dos sujeitos envolvidos no processo democrático e se apresenta dentro de uma estrutura imperativa a qual visa silenciar os processos polêmicos que teriam dado origem ao documento legal.

¹⁰ Primeiramente descrito por Karl Marx (1867), em "O Capital", e refere-se à desigualdade necessária ao funcionamento do capitalismo. Marx tensiona essa balança, questionando a eficácia de um modo de produção que busca cada vez mais lucros em detrimento da força de trabalho da qual ele precisa para obtê-los.

Ao tomar a lei enquanto a materialização de enunciados variados e que inscrevem sujeitos e sentidos em um mesmo ambiente discursivo, buscamos identificar como se dá a reverberação de sentidos referentes à integração de refugiados e refugiadas à sociedade brasileira. Assim, chegamos à Lei 9.474/1997, que regula o processo de solicitação de refúgio e determina outras providências. Para entender o que deu origem aos discursos que culminaram em sua promulgação, é preciso entender o histórico da ajuda humanitária internacional.

As primeiras discussões acerca de asilo humanitário em outros países começaram após a Revolução Russa de 1917, que deixou uma grande quantidade de pessoas refugiadas e desnacionalizadas, impossibilitadas de retornar a seus países. Neste contexto, nasce a Liga das Nações, em 1919, com o objetivo de evitar conflitos humanitários e auxiliar a encontrar novas formas de tratamento aos então refugiados (SOBREIRA, 2015, p. 50). Frente à Segunda Guerra Mundial, a Liga é dissolvida e, em 1945, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), com formatação e objetivos muito parecidos com os da anterior. Um dos pontos positivos da ONU na questão da assistência humanitária é a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a 10 de dezembro de 1948. Este documento assegura formas de tratamento humanitário a fim de que todos os seres humanos tenham direito a condições mínimas de sobrevivência em qualquer território geográfico, inclusive quando pedidos de asilo são protocolados. A partir dele, dois documentos de estimada relevância foram estabelecidos: a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (doravante Convenção de 1951) e o Protocolo Relativo à Condição de Refugiados de 1967 (Protocolo de 1967).

Cada país-membro da ONU ou que aceite a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção de 1951 tem uma espécie de escritório regional do setor da ONU responsável pela implementação de políticas de assistência a refugiados (*United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR*). No Brasil, ele é representado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR. Seguindo as mesmas orientações do UNHCR e da DUDH, o objetivo do ACNUR é garantir que as políticas de assistência a refugiados desenvolvidas em território brasileiro sejam realizadas dentro dos padrões definidos em acordos internacionais.

Em consonância com as propostas do ACNUR e em conformidade com a Constituição Federal, em 1997, junto com a Lei 9.474, que regulamenta mecanismos

para a concessão de refúgio, foi instituído o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), uma comissão interministerial vinculada ao Ministério da Justiça. Compete ao CONARE “orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados” (BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997), garantindo, aos que forem aceitos enquanto tal, “a cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem” (*idem*), já determinados em instrumentos internacionais.

A Lei 9.474/1997 estabelece conexão entre diversos setores da sociedade brasileira, sendo composta por um componente internacional (ACNUR); outro, nacional, de caráter público (Polícia Federal e Ministérios da Justiça, Relações Internacionais, Saúde, Trabalho e Educação e Desporto); e setores da sociedade civil que atuam no atendimento e assistência a refugiados (no Rio de Janeiro, o principal deles é a Cáritas Arquidiocesana). Diante disso, a lei é considerada inovadora e referência para outras da América Latina, pois, além de englobar diversos setores da sociedade em vistas de uma mesma causa,

admite como causal do instituto do refúgio a aplicação do conceito de *grave e generalizada violação de direitos humanos*. Este conceito nasceu a partir de uma realidade específica do continente africano e foi incorporado na normativa da América Latina a partir da Declaração de Cartagena de 1984. Esta Lei é a base da harmonização legislativa no âmbito do Mercosul acerca do refúgio. (...) nota-se que o Brasil, muito mais do que uma legislação atualizada possui uma política de Estado em matéria de refúgio que está fincada em sólidos preceitos conceituais e normativos vanguardistas. (BARRETO, 2010, p. 73)

Outra característica emblemática presente na Lei 9.474/1997 é que ela apresenta um ar progressista, já que busca equilibrar necessidades individuais, nascidas de um contexto inusitado, e as possibilidades do Estado brasileiro em conceder os meios pelos quais as pessoas refugiadas poderão exercer seus direitos em território brasileiro. Essa orientação parece estar baseada no Estado de Bem-Estar europeu, forma de organização de um governo em que o Estado é o agente regulamentador do território, garantindo que a população tenha acesso de qualidade a serviços essenciais, como saúde, educação, moradia, saneamento básico, segurança e serviços públicos. Nem todos os países do bloco europeu têm as mesmas características para esta estrutura, embora os objetivos converjam ao bem da população. Em seu trabalho sobre as diferenças entre as tipologias e estruturas do Estado de Bem-Estar Social europeu, Wolf e Oliveira (2016) explicam que, em alguns modelos, o Estado tem ação mínima, garantindo a sobrevivência de grupos

específicos, em situação de vulnerabilidade social (caso anglo-saxão); n'outros casos, como na Europa continental, o mercado tem menos importância do que o Estado, que depende da arrecadação de impostos para custear os benefícios concedidos – no entanto, a família ainda aparece como principal provedor das necessidades básicas. Há, ainda, o modelo escandinavo, em que Estado e mercado estão centralizados politicamente, sugerindo taxas elevadas para custeio a toda a população; porém alguns serviços essenciais independem de taxas para o uso e são geridos unicamente pela arrecadação de impostos – é o caso dos serviços de saúde. No último caso analisado, o do modelo mediterrâneo, o Estado tem mais força política do que o mercado e alguns benefícios sociais dependem de contribuição, mas outros são geridos pelo pagamento de impostos.

A explicação acima torna mais claro o caráter progressista da lei do refúgio: em diálogo com a Constituição Federal de 1988, o acesso aos direitos que a Lei 9.474/1997 assegura é feito sem custos. A lei está baseada em um modelo que coloca os membros de um determinado grupo como agentes provedores dos direitos concedidos pelo Estado, garantindo que o Estado não seja sobrecarregado com os processos decorrentes de cada caso. Com isso, passa para a sociedade civil a incumbência de atuar em algumas frentes que não dependam da emissão de documentos certificados pelo Estado – por exemplo: ONGs e escolas ou centros de ensino têm flexibilidade para aceitar matricular estudantes refugiados(as), contanto que estes apresentem o protocolo de solicitação de refúgio). Esse modelo descentralizado, próximo daqueles em que a comunidade tem mais importância do que o Estado para a aplicação de direitos, também prevê uma maior integração entre membros da comunidade de acolhida e refugiados(as).

No entanto, no estudo conduzido por Wolf e Oliveira (2016), a análise levantada trouxe elementos imprescindíveis para pensar o lugar das políticas de concessão de direitos no âmbito do refúgio no Brasil. Primeiro, os autores comentam sobre a fragilidade dos Estados de Bem-Estar Social europeus, com índices de miséria e vulnerabilidade social em diversos níveis (p.671-672). Ainda, o bem-estar não parece se basear no investimento financeiro desprendido para subsidiar o acesso a tais serviços, mas sim em algumas características sociais, haja vista que “sociedades que apresentam graus semelhantes de desenvolvimento das forças produtivas possuem sistemas de proteção social muito diferentes entre si” (WOLF; OLIVEIRA, 2016, p.673).

A Lei 9.474/1997, portanto, traz uma característica progressista, por apresentar uma política de cunho social no trato ao indivíduo que forçosamente busca estadia temporária no Brasil. Por outro lado, em vista da grande desigualdade social, característica do modo de produção em que o Brasil está inserido, questionamo-nos se é possível que a aplicação da lei aconteça. A rede de assistência social, custeada principalmente pelo Estado, está submetida aos desequilíbrios econômicos que o possam afetar. Dessa forma, quando alguma crise ameaça os cofres públicos, há aflição quanto a todos os órgãos, Ministérios, projetos, etc, que dependem diretamente das políticas públicas estatais. Em um país em que há desigualdade social exacerbada e desigualdade econômica elevada, os índices de inadimplência tendem a aumentar, colocando em risco a arrecadação de impostos e, conseqüentemente, a qualidade do assistencialismo oferecido. Vemos com preocupação esta realidade, uma vez que ela faz com que a Lei 9.474/1997 não consiga ser autoaplicável: para que os direitos assegurados na lei sejam, de fato, obedecidos, dentro do contexto supramencionado, é preciso que ela se comunique com outras leis que, juntas, possam assegurar os direitos aos quais o indivíduo refugiado tem acesso.

Considerando o caráter democrático e progressista do texto da lei, embora apresente uma instância performativa autoritária em sua essência, de que forma os trechos acerca da integração de refugiados(as) aparecem no âmbito da Lei 9.474/1997?

Inicialmente, cabe lembrar que a definição que o mencionado dispositivo legal traz sobre pessoas em situação de refúgio remete àquela inscrita nos documentos internacionais do tema:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL. Lei 9474, de 22 de julho de 1997.)

Desta forma, o texto legal aproxima-se de enunciados compartilhados por outros dispositivos legais ou internacionais acerca do tema, criando uma rede de enunciadores e coenunciadores afins. Ao fazê-lo, o Estado inscreve-se em uma comunidade que aceita a questão do refúgio do ponto de vista humanitário. Por outro lado, vê-se uma proposta de institucionalização do estatuto do refúgio:

Há, neste movimento, uma ideia de performatividade, já que o refúgio passa a ser uma espécie de delongamento de uma determinada situação de enunciação: *o local de onde enuncio não me permite fazê-lo, motivo pelo qual me inscrevo em outro até que haja condições para que aquela determinada sociedade seja novamente coenunciadora das enunciações que produzo.*

Como nosso foco é a integração do sujeito ao contexto brasileiro, decidimos focar nossa atenção nos Artigos 43 e 44 (alocados sob o Título VII – Das Soluções Duráveis), os únicos dedicados exclusivamente ao tema. Isto transparece que a integração não é uma constante ao longo da Lei; que ela é parte do processo, mas não seu objetivo.

Art. 43. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares.

Art. 44. O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados. (BRASIL. Lei 9474, de 22 de julho de 1997.)

Emana dos trechos acima uma questão que remete à institucionalização do estatuto de refugiado. Há necessidade de apresentação de documentos oficiais, emitidos por órgão do Estado de origem do indivíduo (que confirma a validade do documento) ou é permitida sua flexibilização, concluindo que sua identidade está condicionada à aprovação do governo (de origem, que deve comprovar a existência daquela pessoa; e do governo de acolhida, que precisa ratificar ou declinar a solicitação de refúgio). Também se entende por integração o *background* de estudos do indivíduo refugiado (certificados, diplomas, ingresso em instituições acadêmicas). Isso inscreve o solicitante de refúgio em uma esfera institucionalmente orientada, na qual a existência do enunciador ou sua associação a um grupo específico depende da aprovação de uma comunidade – socialmente aceita para tal fim.

O processo de solicitação de refúgio inscreve o(a) solicitante em uma esfera que consolida sua condição jurídica frente à sociedade de acolhida: condição de refugiado(a). Define-se, nos ditames legais, refugiado a partir de sua condição e ela é submetida à análise para identificar se a definição que lhe é atribuída pelo(a) solicitante encontra sinônimos dentro do que o Estado define como tal. Isso aparece nos Artigos supracitados nos sintagmas “condição atípica” (Art. 43) e “condição desfavorável” (Art. 44). À condição de refúgio são atribuídas duas características que determinam o lugar do indivíduo refugiado frente à sociedade de acolhida: aquele que é diferente e aquele que está em posição desfavorável. O acolhimento humanitário deve ser promovido por países que tenham condições de fazê-lo (ONU, 1951) – ou seja, que se inscrevam em ambientes cujas condições sejam *normais e convenientes*.

O fato do elemento que une refugiados(as) ser sua “condição atípica” (Art. 43) ou “desfavorável” (Art. 44) suscita uma observação importante com relação ao que se apresenta enquanto característico do refúgio: a institucionalização do insólito. Entende-se refugiado como quem não tem documentos ou pode não ter como comprovar sua institucionalização devido a uma condição momentânea, transformada em padrão nos termos dos artigos citados.

Das ações verbais que os Artigos supracitados tensionam, algumas marcadas pela inscrição de grupos de elemento *dicendi*, não pela inscrição de verbos, encontram-se as seguintes:

Quadro 1 – Ações que emanam dos Artigos 43 e 44 da Lei 9.474/1997

Artigo	Ação
43	exercício de seus direitos e deveres
	deverá ser considerada
	necessidade da apresentação de documentos
44	reconhecimento de certificados e diplomas
	obtenção da condição de residente
	ingresso em instituições acadêmicas
	deverão ser facilitados
	situação desfavorável vivenciada pelos refugiados

Fonte: A Autora, 2018.

As estruturas que indicam ação são “deverá ser considerada” e “deverão ser facilitados”, colocando uma temporalidade futura à ação a ser desempenhada e delimitando a imposição de tais atos pela inscrição do verbo no futuro do presente. Nos núcleos dos sintagmas, “considerada” e “facilitados”, há sentidos a serem destacados: enquanto “considerar” remete, no contexto de avaliação da solicitação para refúgio, a atos como os de *avaliar*, *refletir* e outros de caráter reflexivo, “facilitar” tende a *tornar fácil*, *flexibilizar* no sentido de possibilitar que um evento aconteça. Neste sentido, “facilitar” tende a aproximar um desejo futuro do momento *agora*, em que outros elementos são requisitos para que o desejo (da esfera da *possibilidade*) possa realizar-se (esfera da *realidade*). Dessa forma, no âmbito do Artigo 43, pondera-se a respeito da integração no que compete a direitos, deveres e a apresentação de documentos oficiais. Assim, podera-se acerca da institucionalização, em âmbito social, de um sujeito inscrito em uma espacialidade da ordem do *agora*). Já no Artigo 44, “facilitar” sugere a própria integração, alocando-a em uma temporalidade futura – não só de acordo com a forma verbal adotada, mas também devido ao próprio significado embutido no verbo. Assim, tal Artigo projeta um caráter assertivo à ação: integração é possível, dentro de processos de institucionalização inscritos na ordem do *pós-deferimento de solicitação de refúgio* – sendo eles acadêmicos (certificados e diplomas; ingresso em instituições acadêmicas) ou jurídicos (condição de residente).

Dentro do quadro posto acima, toma-se que se *refugia*, no âmbito da Lei 9.474/1997, aquele que atende à classificação internacional de refugiado, conforme protocolos e estatutos internacionais, consolidados na Lei em questão; *integra-se* aquele cuja solicitação de refúgio foi aceita pela Justiça brasileira. Essa diferença entre um *poder-refugiar*, concedido internacionalmente a uma série de indivíduos, e um *poder-integrar*, que se apresenta submerso em processos de coerção delimitados pelos interesses do Estado.

Materializado no texto legal, o Estado tem o poder de regular quem é o coenunciador que ajudará a sustentar seu discurso a partir das imagens que tem acerca de si, construídas e sustentadas socialmente. Com isso, compõe um importante quadro à proteção da soberania nacional: integrar o indivíduo é institucionalizá-lo, tornar sua existência uma condição jurídica. A partir dessa configuração, percebe-se um maior controle do Estado sobre o indivíduo, e o que

sustenta isso é a não-evidência de inscrição de vozes provenientes de uma instância acerca do refúgio, embora ela exista para a promoção da referida Lei.

A Lei 9.474/1997 é um dispositivo nacional que contém um dispositivo internacional cuja voz é apagada em detrimento da voz do Estado, soberano, produtor do texto da lei. Diante disso, para enunciar sobre o refúgio, é necessário fazê-lo a partir de uma voz governamental; é preciso, portanto, institucionalizar-se.

3 INSCRIÇÃO DE VOZES SOBRE O REFÚGIO NO ÂMBITO MIDIÁTICO

Temos exposto até aqui a proximidade entre discurso legal e determinadas ideias que circulam em uma comunidade, que escolhe para representantes políticos aqueles com discursos próximos aos seus. Isso faz com que haja circulação constante dos discursos que sustentam tal conjunto de textos e que, também pela necessidade de sustentação, são reverberados por essa dita comunidade. A fim de verificar se as vozes encontradas no texto da Lei 9.474/1997 são compartilhadas pela sociedade, neste capítulo exploraremos os mecanismos de inscrição de vozes no âmbito midiático, especificamente no jornal Folha de São Paulo.

Nosso interesse despontou a partir da observação da relevância de ambientes digitais na atualidade. As redes sociais têm favorecido o compartilhamento de informações de maneira cada vez mais dinâmica. A possibilidade de participação em diversas plataformas virtuais, como *WhatsApp*, *Twitter* e *Facebook*, com públicos distintos¹¹, contribui para que o ambiente digital configure-se em um espaço propício à propagação de discursos variados. Quando notícias, por exemplo, são inscritas em ambientes específicos, elas projetam coenunciadores com uma determinada característica; ao fazê-lo em ambientes diversos, projetam uma comunidade discursiva, sustentada em diversas frentes. Esse horizonte de sentidos levou-nos a apostar em notícias de jornal em formato digital para identificar as questões que elencamos acima. No entanto, por onde começar? Qual jornal digital apresenta a maior circulação de leitores?

Em outubro de 2015, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) estabeleceu um sistema de verificação dos dados de tráfego de diversos jornais brasileiros: Métrica Única de Audiência. Para a análise dos dados, recebeu auxílio de outras empresas: “ComScore, que participa com o Media Metrix, o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e a Ipsos, com o Estudo Geral dos Meios (EGM)” (MEIO&MENSAGEM, 2015). Essas empresas são, respectivamente, uma empresa de análise de internet com foco em publicidade, uma entidade de auditoria sem fins

¹¹ *WhatsApp* é um aplicativo de compartilhamento de mensagens a partir do número de telefone celular de cada indivíduo, que deve adicionar alguém à sua lista de contatos para poder conversar com essa pessoa. *Facebook* é uma plataforma que permite conversas entre pessoas que estejam ou não conectadas entre si. *Twitter* é um microblog *online*, definido como micro devido à limitação de caracteres por mensagem que pode ser compartilhada por cada usuário: 280 caracteres.

lucrativos e uma das maiores empresas de pesquisa do mundo. A metodologia de análise do grupo seguiu os seguintes passos:

as informações do Comscore sobre o ambiente digital foram unidas à base de dados do EGM da Ipsos, que abrange nove regiões metropolitanas, depois os números foram projetados para todo o Brasil a partir dos dados do IVC, que mede a circulação impressa dos jornais e também audita a audiência na internet. (DORES, 2015)

Foi levada em consideração a quantidade de jornais impressos e vendidos de várias empresas, bem como a quantidade de visualizações em aplicativos e *sites*. A Métrica Única de Audiência apontou para o crescimento constante de tráfego no site da Folha de São Paulo, configurando-a o jornal com mais visualizações em meio digital: “saindo de 146,7 milhões em dezembro de 2010 para 305,4 milhões em dezembro de 2015.” (ANJ, 2016) Tais dados foram obtidos através das análises do aplicativo *Adobe Analytics*, que calcula a quantidade de vezes que uma página da internet é visualizada. Todos os números demonstraram que a Folha mantinha-se, em 2015, como a principal fonte de notícias em todas as plataformas em que atua. O resultado é encaminhado apenas aos jornais participantes.¹²

Por esse motivo, optamos por fazer nosso levantamento a partir de reportagens publicadas no formato digital da Folha de São Paulo. Buscamos notícias que versassem apenas sobre a questão do refúgio no Brasil a fim de entender de que modo os discursos sobre os refugiados se constroem quando partem da e são voltados à realidade nacional.

Buscamos por notícias que versassem sobre refugiados, publicadas entre janeiro de 2015, ano em que houve um aumento expressivo na quantidade de indivíduos refugiados a nível global (UNHCR, 2018, p.7), e março de 2018.

Ao todo, foram levantadas 85 ocorrências (Anexo A) divididas em vinte e seis seções: Mundo (25), Cotidiano (8), Ilustrada (7), Esporte (7), São Paulo (5), Mercado (5), Empreendedor Social (5), Era Outra Vez – blog (2), Orientalíssimo (2), Opinião (2), Fotografia (2), Ciência (1), Celebidades (1), Serafina (1), Rede Social – coluna (1), Guia Folha Passeios (1), Claudia Costin – coluna (1), Blog do Fred – blog (1), Bom Pra Cachorro – blog (1), Guia Folha Restaurante (1), Empregos (1), Abecedario – blog (1), BBC (1), Comida (1), Ilustríssima (1) e Vice (1).

¹² A partir de 2016 a Métrica Única não foi mais adotada. Rodrigo Ribeiro (2016) traz em discurso direto a fala do então diretor executivo da ANJ explicando o motivo para o fim do *ranking*: “O custo era muito alto e os jornais queriam utilizar metodologias diferentes.”

Foi preciso proceder a alguns critérios para seleção do material a ser analisado. Nosso objetivo era identificar a forma com que a integração estava sendo retratada pelo jornal. Em consonância a isso, pautamos nosso olhar por duas instâncias: a necessidade de trazer à superfície as materializações verbais acerca do refúgio (eliminando, portanto, a seção “Fotografia”) e a busca por Editoriais que pudessem trazer elementos sobre as diversas áreas de composição da sociedade (justiça, sociedade civil e Polícia Federal). Diante disso, selecionamos os Editoriais Mundo, Cotidiano e São Paulo. Buscamos apenas notícias que ajudassem a entender de que maneira o refugiado está sendo integrado à sociedade brasileira, o que fez com que desconsiderássemos as notícias presentes no Editorial Mundo. Por fim, para evitar observar apenas eventos localizados na cidade de São Paulo, de modo que outros estados da federação pudessem ser contemplados (uma vez que há também presença de pessoas refugiadas em diversas cidades do país), chegamos ao ambiente do qual tiraríamos nosso *corpus* de pesquisa: o Editorial Cotidiano.

A Folha assim define o referido Editorial:

O caderno Cotidiano faz a cobertura dos principais fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, ambiente, administração pública e comportamento.

O caderno também presta serviços ao leitor em seções como Trânsito e A Cidade É Sua. Em Atmosfera, encontram-se informações sobre a previsão do tempo no país, no Estado, na capital paulista, a qualidade do ar na cidade de São Paulo e das praias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O noticiário que circula com a edição São Paulo prioriza os acontecimentos da capital e a edição nacional contempla outras regiões do país.

Ao trazer elementos pertinentes ao cotidiano de vida do país, especialmente considerando que a plataforma digital da Folha é compartilhada entre membros de diversas redes sociais espalhados por todo o Brasil, esperava-se que o referido Editorial trouxesse comentários acerca de cidades variadas. Essa expectativa gerou intensa curiosidade acerca das apenas oito notícias encontradas dentro do período analisado: quais conteúdos terão sido mencionados? Sobre quais cidades fala-se quando se refere a refugiados(as)?

Para além disso, a análise de um texto de jornal requer olhar diferenciado acerca da inscrição de vozes. Elas estão presentes nas notícias a partir de

estratégias como inscrição de discurso relatado ou citado. Tais estratégias são importantes componentes da composição textual da notícia, por criarem espaços de aproximação ou embate de ideias entre coenunciadores e podem trazer contribuições significantes acerca do que se espera com esta pesquisa.

Antes de proceder à análise deste capítulo, recorreremos a uma breve explanação acerca dos mecanismos de inscrição de vozes, bem como das modalizações possíveis encontradas em “Análise de Textos de Comunicação”, de Dominique Maingueneau (2004).

3.1 Olhares sobre a inscrição de vozes em textos de comunicação

Em busca de subsídios que orientassem o olhar aos efeitos de composição de vozes nos textos que compõem nosso corpus, foi necessário considerar uma categoria mencionada por Maingueneau (2004): *debreagem*. O processo, primeiramente previsto por Fiorin (2011), facilita a compreensão do discurso por projetar categorias enunciativas ao texto. Da mesma forma, a *embreagem* também contribui para a compreensão das vozes ao proceder a um apagamento delas no texto.

Sumariamente, a *debreagem* consiste em desprender do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um “não eu”, um “não aqui” e um “não agora”. Segundo o autor (2001), a *debreagem* se realiza em dois tipos: a *enunciva* (produz efeitos de subjetividade/aproximação e recobre o enunciado) e a *enunciativa* (produz efeitos de objetividade/distanciamento e recobre a enunciação). Já a *embreagem* consiste na neutralização das categorias de pessoa, espaço e tempo, produzindo efeitos de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação. (MAREGA, 2008, p.156)

A terminologia adotada por Fiorin (2001) traz os dois processos como únicos, distintos. Na perspectiva de Maingueneau, a enunciação é um processo reflexivo: ao enunciar, o sujeito projeta uma resposta à sua enunciação. A enunciação e a resposta requerem vozes que podem ser retomadas a partir do contexto de enunciação. Daí a existência apenas do processo de *embreagem*, cujos elementos constitutivos foram nomeados por Maingueneau (2004) como *embreantes*. São

termos indissociáveis da enunciação (dêiticos), que marcam a inscrição das categorias de pessoa, lugar e tempo nos enunciados.

Como exemplo, os embreantes de pessoas são os tradicionais pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoas (do singular e do plural), os determinantes ou pronomes possessivos, suas formas femininas e plurais. (MAREGA, 2008, p.156)

O caráter dêitico desses elementos torna sua compreensão possível a partir da análise do contexto em que se encontram. Por isso, o discurso citante, parte do enunciado jornalístico (MAINGUENEAU, 2004), tem uma importância singular no contexto do texto jornalístico:

Como o referente de um embreante é identificado graças ao ambiente físico da sua enunciação, quando há mudança de ambiente, os embreantes não são mais interpretáveis sem a ajuda do discurso citante. É ao discurso citante que cabe explicitar a referência dos embreantes do discurso que ele cita. (MAINGUENEAU, 2004, p.140)

Os efeitos de sentido decorrentes dos embreantes são os mesmos previstos por Fiorin (2001) para o processo de debreagem – ou seja, podem projetar no enunciado processos de embreagens enuncivas (efeito de aproximação ou subjetividade) ou enunciativas (efeito de distanciamento ou objetividade); no entanto, pelo caráter dêitico dos embreantes, a determinação de sua significação ocorrerá mediante análise do contexto de enunciação. Neste caso,

Para saber onde está a referência, basta observar se os embreantes se apóiam na situação de enunciação ou em outros elementos do enunciado (cotexto). Se no cotexto, a embreagem é enunciva; se na enunciação, a embreagem é enunciativa. (MAREGA, 2008, p.156)

Ancoradas em tempos e espaços distintos, as enunciações projetam não apenas coenunciadores para si: ao fazê-lo, compõem um quadro em que tais coenunciadores atuam de forma específica, fazendo-se significar a cada instante da enunciação. A esse quadro, Maingueneau (2008, 2011) denominou cena da enunciação. A cena pretende recuperar de que maneira os enunciados se engendram em um determinado contexto de enunciação. Ao fazê-lo, institui três elementos desse mecanismo: cenografia, cena englobante e cena genérica.

Tome-se cenografia pelo ambiente que permite que o discurso aconteça, o espaço do qual é possível enunciar. Para Maingueneau (2004), ela é

ao mesmo tempo *fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém. (MAINGUENEAU, 2004, p. 87-88)

Ao delimitar o que é possível enunciar e a partir de quais espaços, a cenografia admite regras específicas de formação. “interpela seus sujeitos a partir das regras de formação impostas por suas respectivas instituições.” Ela projeta o estatuto do enunciador, representando o que é enunciado, delimitando a existência de discursos e do texto que formam em um ambiente social. Isso também deixa claro que

Por cena englobante, Maingueneau (2008, 2011) entende os variados discursos que podem se apresentar: médico, pedagógico, legal, publicitário, religioso. Eles se manifestam através de “pistas” deixadas ao longo do texto e que são evocadas quando da situação de enunciação, isto é, quando da composição da cena enunciativa. Essa cena designa aos enunciadores o modo pelo qual o texto deve ser interpretado.

Já no tocante à cena genérica, ela representa o gênero textual ao qual pertence uma dada composição textual (BAKHTIN, 2004). Sugere enunciadores para o texto, gerando expectativas com relação ao que está posto. Além disso, por cada gênero conter um determinado conjunto de coerções quanto ao modo de apresentação, a cena genérica instaura outras instâncias importantes aos processos de compreensão do enunciado e responsividade:

as finalidades que cada locutor deve atribuir às atividades das quais participam; os papéis dos parceiros na atividade da qual o gênero faz parte; um espaço e um lugar em que o gênero ocorre; um suporte em que o gênero circulará; uma composição específica, que deve ser dominada pelos usuários e o uso específico de recursos linguísticos. A cena genérica é, então, parte prática da cena enunciativa. (GONÇALVES, 2018, p.4)¹³

As cenas enunciativas colocam em operação sentidos acerca dos textos em que operam pela inscrição de determinados enunciadores às situações de enunciação que abrangem. No que toca aos textos de comunicação, as vozes são introduzidas nos textos a partir de discursos relatados ou citados, mas essa inscrição faz emergir a cena à qual pertencem. Apesar da cena genérica esperada para textos de jornal ser uma notícia, com as interpelações do gênero em questão (textos com títulos, enunciador em terceira pessoa, descrição de fatos, etc), a cenografia e a cena englobante podem se mostrar variadas, porque

¹³ GONÇALVES, Tatiana Jardim. *Sem dor, sem ganho: cenografias de uma enunciação aforizante*. Artigo no prelo.

a produção de um texto com um recurso cenográfico não parece ser algo ao acaso, realizado de forma despreziosa. Ele escolhe aquele que atenderá seus anseios e o “fantasia” daquele que o levará a alcançar seu objetivo. (AZZARITI¹⁴, 2018, p.9)

A fim de melhor compreender os modos de composição de notícias em textos de comunicação, recorreremos aos escritos de Maingueneau, em “Análise de textos de comunicação”, para obter subsídios que nos auxiliassem a trabalhar com o corpus. Tal necessidade surgiu logo no primeiro contato com as notícias: foi observada alguma variação na forma com que elas se estruturavam, ora em discurso direto, ora em discurso indireto, ora de maneira híbrida; uma notícia é composta basicamente por um discurso relatado, introduzido por uma voz autorizada pelo jornal apenas ao início, em uma espécie de resumo do que será apresentado pela pessoa entrevistada. A complexidade do trabalho com tais textos nos levou a recorrer às propostas metodológicas de Maingueneau.

Adiante, traremos considerações sobre os conceitos elaborados pelo autor quanto a modos de inscrição de vozes e seus efeitos de sentido no texto do jornal: discursos direto, direto livre, indireto e indireto livre, formas híbridas de discurso indireto, resumo com citações e o uso de aspas enquanto recurso modalizador do discurso. Optamos por esse critério de observação de inscrição de vozes no texto pois entendemos que discursos diretos e indiretos são a maneira pela qual o enunciador-jornalista concedeu espaço mais rapidamente observável à enunciação; por outro lado, resumos com citações e formas híbridas das formas direta ou indireta também trazem outras vozes diferentes daquela do enunciador-jornalista, porém requerem maior observação, podendo passar despercebidas ao leitor desatento ou que não está inclinado a analisar a informação na notícia profundamente. A escolha por um modelo de introdução de enunciadores mais marcado ou menos causa determinados efeitos de sentido no leitor, os quais serão desenvolvidos nas páginas a seguir.

Discurso direto

Uma característica do discurso direto é o contraponto entre vozes no texto em que ele aparece. Há, no mínimo, duas vozes: a do enunciador que cita o discurso e uma voz referente ao enunciador do discurso que é citado. No discurso relatado,

¹⁴ AZZARITI, Mônica. *Reflexões sobre o conceito de cenografia a partir da análise do poema “Receita para fazer um herói.”* Artigo no prelo.

para Maingueneau (2004), o enunciador é duplamente a fonte das referências que enuncia e também o responsável pelo ato de fala, embora exima-se da responsabilidade da fala enunciada no discurso citado. “Quando o enunciador cita no discurso relatado a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala, nem como sendo o ponto de referência de sua ancoragem na situação de enunciação” (MAINGUENEAU, 2004, p.138).

Por esse motivo, é possível entender o posicionamento que o autor francês adota, segundo o qual o discurso relatado é um ambiente discursivo em que há predomínio da polifonia, conceito originalmente cunhado por Bakhtin e que diz respeito a “enunciados nos quais ‘várias vozes’ são percebidas simultaneamente” (MAINGUENEAU, 2004, p.139). Essas vozes são divididas no texto do jornal de duas maneiras: discursos citantes, quando fazem parte dos enunciados jornalísticos, e discursos citados, quando há acesso ao enunciado da pessoa entrevistada devido ao uso de discurso direto.

Tais inscrições, no entanto, podem acontecer através de alguns processos, os quais detalharemos abaixo.

Modalização em discurso segundo

De modo geral, pode-se tomar o discurso relatado como “*uma enunciação sobre outra enunciação*; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto de enunciação citante.” (MAINGUENEAU, 2004, p.138) Caso o enunciador demonstre que não é o responsável por um determinado discurso ou enunciação colocado em evidência, esse efeito de sentido se apoia na modalização em discurso segundo, que se constitui no emprego de termos ou expressões que denotam a origem de um determinado discurso: *segundo, de acordo com, para* são alguns exemplos. No entanto, outras estruturas também podem indicar a ausência de certeza do enunciador, um embasamento dele em outros enunciados, tais como: “A França, *parece*, prepara uma represália...” (MAINGUENEAU, 2004, p.139). Tais elementos modalizadores servem para o enunciador “comentar sua própria fala” (idem), orientando o sentido da leitura:

Surge um novo estilo de cliente, um estilo, *digamos...* cheguei.

Le Figaro, 2 de maio de 1997.

O “digamos” constitui um comentário do enunciador sobre seu próprio discurso, apresentando a expressão “cheguei” como ligeiramente inadequada. Porém, como essa entrevista aparece em um artigo de jornal,

foi o jornalista que, em última instância, decidiu manter esse modalizador. (MAINGUENEAU, 2004, p.140)

Discurso direto

Esse tipo de discurso retira do enunciador a responsabilidade pela inscrição de vozes no texto, “simula *restituir as falas citadas* e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado.” (MAINGUENEAU, 2004, p.140)

Partindo de sua característica embreante, tem-se que o discurso direto pode restituir o discurso citado ou o discurso citante atribuindo às categorias de pessoa, tempo e lugar restituídas efeitos de sentido de aproximação ou distanciamento no contexto de enunciação. Isso acontece porque ele permite que haja contato direto entre coenunciador e o que foi efetivamente enunciado, gerando maior proximidade entre ambos; por outro lado, também confere ao coenunciador espaço para que reflita e teça suas próprias considerações acerca do enunciado original, permitindo ao coenunciador colocar-se contrário à ideia original por não compartilhar de determinados traços. O enunciador que coloca em evidência o discurso citado também aparece mais distanciado do discurso que destaca, uma vez que não o inscreve dentro de sua própria enunciação; porém o contexto em que se encontra tal destaque determinará se o dito enunciado está em relação de oposição ou de aproximação em relação ao seu enunciador.

Por outro lado, Maingueneau (2004) admite que as referências dos embreantes podem variar de acordo com o texto em que aparecem. Esse conceito fica mais claro com o exemplo abaixo, retirado do livro “Análise de textos de comunicação”, em que Maingueneau (2004) explica os processos de efeito de sentido nas categorias de pessoa e tempo com um excerto de uma publicação no jornal Le Courier Picard:

Dias atrás, no final da tarde, a Secretaria de Agricultura de Beauvais recebe um telefonema. Na linha, a voz de uma criança que parece assustada. Soluçando, ela expressa com suas palavras a gravidade da situação: “Mãe dodói, mãe está dormindo em cima.” São 18h30 [...]

Le Courier Picard, 7 de dezembro de 1993.

(...)

O enunciador de “Mãe dodói, mãe está dormindo em cima” é explicitado por “uma criança que parece assustada” e o momento da enunciação é indicado por “dias atrás” e “18h30”. O “eu” implícito da criança foi convertido em uma não-pessoa (“uma criança”): na enunciação citante todo ser que não é nem enunciador, nem o co-enunciador pertence, com efeito, à categoria da não-pessoa. (MAINGUENEAU, 2004, p.138-140)

Pode-se dizer que os relatos em discurso direto (DD) são fieis por reproduzirem, *ipsis literis*, o que o enunciador comunicou. Por outro lado, essa reprodução não é senão um recurso discursivo para criar uma cena em que o texto jornalístico será acreditado pelo enunciado citado:

Mesmo quando o DD relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador. O DD caracteriza-se com efeito pelo fato de supostamente indicar *as próprias palavras* do enunciador citado: diz-se que ele **faz menção de tais palavras**. (MAINGUENEAU, 2004, p.141)

Ocorre que, em discurso direto, o enunciador do discurso citante recria a situação de enunciação para validar o texto do enunciador do discurso citado. Por mais fiel que seja, o DD é tão somente um “fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante” (MAINGUENEAU, 2004, p.141) – um dito que alguém disse. Esse recurso também pode indicar distanciamento “porque o enunciador citante não adere ao que é dito e não quer misturar esse dito com aquilo que ele realmente assume” (idem, p.142) ou mostrar aproximação entre enunciadores citante e citado através da honra às palavras e/ou ideias que tiverem sido enunciadas. Logo, o discurso direto não tem compromisso com a fidelidade; produz, como efeito, uma exibição do outro na cena, mas a fidelidade na reprodução é contestável.

A fim de demonstrar como discursos citantes e citados aparecem em textos de comunicação, Maingueneau (2004) descreve os usos e elementos comuns nestes tipos de situação: os discursos citados marcam o fim de discursos citantes, enquanto que os citantes indicam a existência de atos de fala. Os últimos se valem de três estruturas possíveis:

- a) **Marcadores de enunciação antes do discurso citado:** ‘Hilary Clinton se posiciona contra os divórcios fáceis: “....”’ (MAINGUENEAU, 2004, p.143)
- b) **Estruturas intercaladas no interior do discurso citado:** “*Estou exausto porque não dormi bem, confessava o tetracampeão do mundo. Tudo o que aconteceu até sexta-feira e esta coletiva não passou de uma primeira etapa.*” (idem, p.143)
- c) **Marcadores de enunciação após o discurso citado:** ““O futebol foi glorificado nesta noite”, *destaca* Guy Roux.” (idem, p.144)

A escolha pelo marcador da enunciação determinará o significado que se pretende passar ao discurso em questão. Também por isto não se pode dizer que as notícias de jornal sejam neutras, já que as estruturas debreantes são importantes para colocar em operação efeitos de sentido específicos.

o verbo introdutor fornece um certo quadro no interior do qual será interpretado o discurso citado. Se um verbo como "dizer," uma preposição como "segundo" podem parecer neutros, não é esse o caso de "confessar" ou de "reconhecer", por exemplo, que implicam que a fala relatada constitui um erro. (MAINGUENEAU, 2004, p.144)

Há, em "dizer" e "segundo," sentidos a princípio mais distanciados do sujeito citado; porém é a introdução de determinado segmento citado em um contexto específico que tornará possível analisar se os elementos embreantes do discurso direto estão aproximando discursos citado e citante, em um movimento de validação de um pelo outro, ou se tais discursos estão sendo distanciados, momento em que o DD será adotado para deixar à mostra as fronteiras entre as enunciações.

É comum em textos jornalísticos que haja ausência do introdutor do discurso direto, sendo este marcado pelo uso de aspas ou de itálico. Maingueneau (2004, p.145-146) explica duas possibilidades de interpretar essa organização discursiva: uma harmonia entre ethos do sujeito da enunciação em DD e o daquele do jornal ou a concessão de voz ao próprio sujeito enunciador do discurso direto citado.

Discurso direto sem aspas

Discursos diretos sem aspas são recursos dúbios do ponto de vista discursivo, porque, apesar de manterem o sentido geral da citação, não reformulam o fragmento original do enunciador. Por outro lado, a ausência de aspas também pode marcar uma fala não literal, atribuindo o peso do conteúdo em DD a um enunciador não-explicito, isto é, uma enunciação não atribuída a um indivíduo em particular:

Todos os caçadores de talentos afirmam: quando apresentam dois candidatos de sexo oposto para ocupar um cargo de direção, ambos com os mesmos diplomas e igual nível de competência, o cliente escolhe sempre o candidato do sexo masculino. (...)

A fonte da fala citada não é um indivíduo (...), mas uma classe de locutores ("todos os caçadores de talentos..."). Poderíamos chamar aqui de **enunciador genérico** este enunciador que é o representante de um conjunto. (MAINGUENEAU, 2004, p.147)

Portanto, usar aspas na construção de um discurso direto denota intenção de marcar a existência de um enunciador, ainda que ele não esteja explicitamente citado no texto.

Há, ainda, a possibilidade de trazer discursos diretos sem os signos de pontuação tradicionalmente atribuídos a eles, tais como as aspas ou o travessão. Nesses casos, em que o relato apresenta propriedades de discurso direto, mas sem trazer as características que o tipificam, Maingueneau (2004) entende que haja a inscrição de um **discurso direto livre** (DDL). Ele é indentificado pelo leitor por seu texto trazer características que remontem a enunciações anteriores, que deixem claro para o leitor que em determinado momento do texto ele estará diante de um discurso direto, e não de uma estrutura assumida pelo enunciador do texto jornalístico. Há, então, a inscrição de um enunciador genérico, caso não seja possível identificar um sujeito específico para a enunciação citada no DDL.

Discurso indireto e suas formas híbridas

O discurso indireto funciona como um ambiente no qual o conteúdo de um enunciado será trazido à tona, sem, no entanto, dar voz ao original do qual partiu. Dessa forma, o verbo adotado para a construção sintática será essencial para identificar o conteúdo relatado, já que as vozes de discurso citado e discurso citante podem confundir-se no texto.

Diferentemente do que acontece no discurso direto, é o sentido do verbo introdutor (...) que mostra haver um discurso relatado e não uma simples oração (...). De fato, do ponto de vista sintático, nada distingue “Paulo diz que está chovendo” (discurso relatado) e “Paulo sabe que está chovendo” (sem discurso relatado).

À semelhança do discurso direto, a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado. (MAINGUENEAU, 2004, p.150)

O discurso indireto é responsável pela instauração de duas cenas diferentes, que requerem, cada uma, um público distinto: quando se volta a leitores das classes consideradas “populares”, o discurso indireto atua alocando esse público no momento da enunciação e facilitando a interpretação do ocorrido através da estrutura narrativa. Já para um público mais instruído, o discurso direto funciona como forma de “falar à inteligência desse público” (MAINGUENEAU, 2004, p.150), já que, por vezes, traz elementos dêiticos indetectáveis apenas por sua instauração em uma única situação de enunciação.

No discurso indireto, devido à característica de apagamento da enunciação citada, os elementos constitutivos do discurso perdem sua autonomia enunciativa.

Por isso,

as designações e as avaliações passam a ser as do discurso citante. Na frase “Paulo me disse que aquele imbecil do Júlio tinha chegado”, em princípio a responsabilidade da apreciação “aquele imbecil” é atribuída ao relator, e não a Paulo, embora esse último possa perfeitamente compartilhá-la. (MAINGUENEAU, 2004, p.151)

Há, no entanto, formas híbridas de discurso indireto. Um delas ocorre quando a estrutura indireta é validada por elementos oriundos da enunciação original. Ao fragmento em discurso citado, Maingueneau (2004) dá o nome de ilha textual ou ilha enunciativa, que pode ser marcada com aspas e itálico (recurso mais comum) ou pode aparecer apenas com um dos dois elementos mencionados. Nessa estrutura, a tipografia (marcação em itálico e aspas) é o que garante identificar a fronteira entre os discursos citado e citante.

Outra ocorrência frequente em textos midiáticos é um discurso direto que é introduzido em um discurso indireto pelo pronome relativo *que*. Geralmente essa estrutura acompanha aspas, para marcar a diferença entre o citado e o citante. Neste caso, os embreantes são aqueles presentes no discurso citado. Maingueneau (2004) explica que o uso deste recurso é atrelado a uma necessidade, por parte da mídia, em “restituir o ponto de vista e as palavras dos atores” (p.152). Apesar da introdução do discurso direto conferir certo distanciamento enunciativo, a marcação do discurso indireto deixa clara a necessidade de tecer comentários sobre o acontecimento enunciado – os quais são confirmados pelo trecho citado.

Discurso indireto livre

O discurso indireto livre (DIL) é um caso de hibridismo em que há combinação de recursos do DD e do DI, sem manter as características das ilhas enunciativas ou do discurso introduzido por pronome relativo. Nas palavras de Maingueneau, “[a] polifonia do DIL não é a de duas vozes claramente distintas (DD), nem a absorção de uma voz pela outra (DI), mas uma *mistura* perfeita de duas vozes” (MAINGUENEAU, 2004, p.153) cujo pertencimento a um enunciador citante ou citado não é possível de se obter.

A dificuldade da identificação do DIL reside no fato de que não há marcação de pontuação nem estrutura subordinada; porém, é possível notar alguma

discordância entre a voz que organiza o texto, ou as vozes direta ou indiretamente marcadas nele, e a voz presente no DIL.

Norbert Maury é “emprestado” pela fábrica de Mamers à de Alençon. “Aqui não há mais trabalho, diz ele, então é melhor do que ficar desemprego.” “Eu gostaria de continuar lá, confessa ele, pois pelo menos eu manteria minha antiguidade, meu salário.” Quanto a Nadine, ela aguarda a proposta sobre Mamers, antes de fazer grandes planos. *Alençon, ela já conhece, pois foi lá que começou a trabalhar, há 31 anos...* Na mesa, as duas filhas, 20 e 11 anos, revisam suas lições, ouvindo a triste história da fábrica Moulinex. (MAINGUENEAU, 2004, p.153)

No trecho acima, a marcação em itálico foi incluída pelo autor para marcar o momento em que talvez seja possível identificar um fragmento de DIL: uma construção típica da fala oral de uma pessoa operária, em que o objeto do verbo “conhecer” é colocado à frente da oração, conferindo, assim, maior ênfase ao conteúdo. No entanto, Maingueneau (2004) assume que outra interpretação é possível:

também poderíamos considerar que, no exemplo em questão, não há DIL, mas somente **contaminação** do discurso do jornalista pelo discurso do meio que ele evoca: nesse caso, o jornalista descreveria os operários utilizando uma construção típica de sua forma de falar. (p.153)

Em outros momentos, no entanto, a característica oral fica mais clara, permitindo dar mais certeza da presença do DIL: “Noite de terça-feira. Amanhã não há aula e os pimpolhos exigem sua dose extra de televisão, *após o que irão para a cama, combinado*. E aí, cruel dilema [...]” (MAINGUENEAU, 2004, p.153) O verbo “exige” denota a existência de uma fala, relacionada às crianças, que introduz o termo que está em itálico. Este, por sua vez, não é considerado DD por estar em terceira pessoa, em que “eu” ou “nós”, em elipse, teriam sido elementos ditos pelas crianças. Vê-se, portanto, a instauração de diversas vozes por meio deste recurso.

Resumo com citações

Esse tipo de discurso relatado configura-se como um “resumo de um texto cujo original aparece apenas em *fragmentos no fio do discurso*.” (MAINGUENEAU, 2004, p.154) Sua marcação é feita por aspas, sem as quais seria impossível distinguir o enunciado citado daquele citante. Costuma aparecer no início (ex.: Para o atleta dinamarquês...) ou no fim (ex.: ..., comenta o atleta dinamarquês) da citação. Neste contexto, o ponto de vista é atrelado ao enunciador do discurso citado.

Apesar de o resumo com citações (RC) assemelhar-se ao discurso indireto livre por apresentar “a homogeneização sintática de um enunciado por meio do qual ouvem-se (...) *duas* instâncias de enunciação” (MAINGUENEAU, 2004, p.155), ele restitui um conjunto de um discurso que já fora enunciado, tornando o enunciado citado discreto.

O resumo com citações distingue, claramente, pela tipografia, as palavras citadas, ao passo que, no DIL, nada nos permite identificá-las; é uma discordância enunciativa que deixa duas vozes serem ouvidas. Essa discordância permite criar eventualmente uma tensão (ironia, caçoada, desprezo...) entre as duas vozes, enquanto o resumo com citações pretende apagar-se atrás do ponto de vista da fala citada. (MAINGUENEAU, 2004, p.155)

Aspas enquanto recurso modalizador

Frente à necessária inclusão de aspas em diversos modelos de relatos para a consolidação de efeitos de discurso diversos (aproximação, distanciamento, ironia...), vimos a necessidade de aprofundar um pouco mais a discussão sobre esse recurso tipográfico a fim de compreender suas nuances discursivas nos textos jornalísticos. A importância de tal recurso é elementar para compreender os sentidos pretendidos pelo texto, já que

Ao colocar palavras entre aspas, o enunciador, na verdade, apenas chama a atenção do co-enunciador para o fato de estar empregando exatamente as palavras que ele está aspeando; salientando-as, delega ao coenunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso. (MAINGUENEAU, 2004, 160-161)

Trata-se de marcações de caráter não-lexical e que não apenas denotam os procedimentos perpetrados pelo enunciador, mas também demonstram comentários feitos por ele ao longo do discurso no momento em que este é produzido. Lexicalmente, tais comentários podem ser representados pela inclusão de expressões como *hum, de certa maneira, isto é, se me permite dizer, enfim*, dentre outras; o uso de aspas, travessões, reticências e outros, no entanto, também pode contribuir para que essas e outras nuances de sentido sejam trazidas ao texto.

Particularmente em produções escritas, as aspas são recursos muito utilizados para configurar tais conjuntos de procedimentos, aos quais Maingueneau (2004) chamou de modalização autonímica. Elas podem servir para (1) marcar discurso direto e (2) reforçar um marcador explícito, que orienta a interpretação do público.

1 Treze pessoas mortas em um ataque dos Tuaregues em Mali

Este último ataque dos “rebeldes” teria resultado em 13 mortos e 17 feridos, de acordo com o ministério da Administração de Mali [...]

Le Monde, 25 de outubro de 1994.

2 O proxeneta recrutava jovens que fugiam de casa

[...] Esses jovens, que nem sempre perceberam, no início, o que o homem espera deles, seguem-no, sem hesitar, até um hotel barato do 10º distrito, onde ele avalia a “mercadoria” [...]

Le Courier Picard, 28 de fevereiro de 1994. (MAINGUENEAU, 2004, p.161)

Nos trechos acima, as aspas são usadas para conferir explicações aos enunciados marcados. Em (1) elas relacionam “rebeldes” a uma enunciação provavelmente realizada pelo governo de Mali, cujo conhecimento é esperado de seu público. Neste caso, o enunciador presume que o público entenda que “rebeldes” é uma marcação partidarista originada de falas do governo e de seus aliados, origem da qual o enunciador se afasta ao adotar as aspas. A tipografia, aqui, funciona como uma maneira de introduzir discursivamente um posicionamento político. Já em (2), o enunciador chama a atenção do público para o fato de que “mercadoria” não é um termo comumente adequado para se referir a seres humanos, embora seja um lugar-comum na comunidade discursiva na qual se inscreve o texto do jornal em questão. Apesar de o uso das aspas também poder ser considerado enquanto sua função política de afastamento de uma gama de significados pertencentes a um determinado grupo social em que eles são comumente partilhados, há, no enunciado, a inscrição de uma proposta de revisitação desses significados, um recurso que o enunciador deixa “no ar” para que o próprio leitor possa processar a informação, interpretando-a.

Um sentido diverso oriundo da tipografia textual é a inscrição de público-alvo no texto relatado: ao citar, por exemplo, obras literárias sem as aspas, o enunciador pressupõe um leitor-modelo que deve conhecer tais obras. Dessa forma, “ele define indiretamente o posicionamento” (MAINGUENEAU, 2004, p.163) do jornal no qual atua, deixando à mostra uma característica em comum daquela determinada comunidade discursiva à qual seu texto pertence.

Por outro lado, quando as aspas indicarem emprego autonímico (e não modalização autonímica), elas não serão obrigatórias. Nesses casos, afirma Maingueneau (2004), os motivos para a falta de concordância entre o discurso e enunciador não são explicados.

Em decorrência do exposto acima, Maingueneau (2004) defende que “expor ideias é levar o leitor a se tornar capaz de decifrar as aspas do texto que apresenta tais ideias.” (p.164) Essa tradução pode ser complexa, uma vez que o uso tipográfico de aspas não é unânime dentre os jornais. Há uma *preferência* por ele, embora possam haver inscrições em DD, DI ou formas híbridas marcadas em itálico ou mesmo sem qualquer tipografia, e isso varia segundo as orientações de escrita da redação. Por esse motivo, é possível haver uso de itálico e aspas em um mesmo segmento citado:

quando um fragmento em discurso direto é inserido no discurso indireto, a citação aí inscrita é colocada em itálico e a citação que a contém é marcada pelas aspas:

O acusado declara: “Em 19 de junho de 1993, por ocasião do congresso de Versalhes, cruzei nos corredores com Tapie, que me diz que chofre: *Meus colaboradores verificaram na minha agenda. Em 17 de junho, você estava em minha casa.* Respondi: *Talvez. Se você quiser, tudo bem!*” Naquela mesma noite, Mellick é convidado para jantar na rue des Saints-Pères.

Le Parisien, 12 de fevereiro de 1997.

(MAINGUENEAU, 2004, p.167)

A última das categorias de discurso relatado a que recorreremos neste trabalho é a do discurso narrativizado. Ele se aproxima do discurso indireto por trazer “enunciados cuja existência é apresentada pelo enunciator-jornalista como sendo um dizer que este capta e transforma, apagando a fonte do relato de forma decisiva.” (SANT’ANNA, 2003, p. 180) Este tipo de relato confunde-se com um discurso indireto, já que o conteúdo é apresentado sem marca tipográfica que indique autoria (aspas, por exemplo); tampouco há modalização em discurso segundo. Com base nessa categoria, e nos trabalhos previamente publicados acerca do tema, Deusdará e Rocha (2011) agrupam quatro fatores a serem observados para auxiliar a identificação de discursos narrativizados:

i) apagamento da fonte: (...) No DN, o relato caracteriza-se pela ausência de marcas que nos permitam atribuir o dito em questão a outro enunciator que não seja o próprio jornalista;

ii) encadeamento das situações de enunciação: o relato em DN implica, além da situação em que o enunciator-jornalista se dirige ao leitor do jornal, duas outras: uma, a situação de enunciação original, aquela em que o dito relatado é originalmente proferido; outra, a situação de enunciação intermediária, aquela em que alguém relata o dito da situação original ao jornalista. (...)

iii) Concepção não restrita do elemento *dicendi*: para identificação do relato em DN, é preciso ultrapassar a concepção tradicional de verbo *dicendi*, de modo que se possam compreender as situações em que uma outra voz emerge, considerando tanto elementos introdutórios de natureza

verbal (“O ministro **responde** às acusações”), quanto de natureza nominal (“**Resposta** do ministro às acusações”). (...)

iv) Grupos de elemento *dicendi*: em consonância com os critérios ii e iii, Deusdará (2006) trabalhou no intuito de colaborar para a operacionalização do elemento *dicendi*. Percebe-se, assim, ser possível organizar o elemento *dicendi* em três grupos: verbos e locuções verbais; verbos associados a grupos nominais; finalmente, grupos nominais apenas. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2011, p.133-134)

Fator unânime, no entanto, é a marca da tipografia enquanto elemento imprescindível ao destaque concedido à autoria de um enunciado do qual se deseja distanciar. Deusdará e Baalbaki (2011) remontam brevemente o recurso das aspas em discurso citado. Para tanto, descrevem os diferentes usos atribuídos ao discurso direto (DD) e ao discurso indireto (DI).

No período clássico, o DD não se apresentava como espaço da reprodução, tampouco pretendia funcionar como discurso verdadeiro. O DD era considerado uma cópia da cópia -(*phantasma*), um simulacro, uma cópia destinada a enganar. Era encontrado com estatuto estilístico na prática do discurso poético. Já o DI era considerado uma imagem, uma cópia boa (*eidolon*). Haveria, nesse período, a supremacia do DI sobre o DD, ou melhor, o DI funcionaria como discurso da verdade, visto que se constituía como discurso de lei, inscrevia-se na relação da narração com o político. (BAALBAKI; DEUSDARÁ, 2011, p.129)

À medida que os estudos acerca da língua e da gramática desenvolviam-se, as aspas passaram a abarcar o papel destacar o que fora dito. Dessa forma, “O que as aspas dizem é que a palavra é dada a um outro, que o autor renuncia à enunciação em benefício de um outro: as aspas designam uma re-enunciação, ou uma renúncia ao direito de autor.” (COMPAGNON *apud* BAALBAKI; DEUSDARÁ, 2011, p.130)

O recurso tipográfico é, então, um elemento de coerção das vozes que são trazidas ao âmbito da notícia. Como tal, também coloca fronteiras entre as outras vozes presentes no texto: ao demarcar qual trecho é dedicado ao discurso direto, delimita toda uma gama de outros trechos que não pertencem àquele destaque e que, por tal, estão alocados em uma outra voz.

É a partir dos escritos de Foucault acerca de textos transgressores dos discursos vigentes em uma sociedade que a coerção da voz passa a ser vista de outra maneira: não mais serviria para marcar fronteiras, mas também para designar autoria. Entre os séculos XVIII e XIX, torna-se mais forte o sistema de propriedade, segundo o qual um indivíduo era responsável por uma determinada situação. Esse

entendimento, aloca o indivíduo enquanto produtor daquilo que enuncia, passível de ser penalizado judicialmente.

Em outros termos, o surgimento do autor constitui um momento de individualização: indivíduo inserido na história das ideias, do conhecimento, da literatura, da filosofia e das ciências. O discurso portador da função-autor aparece como objeto de apropriação, ligado, historicamente, à questão da apropriação penal – uma questão de instituição do sistema de propriedade. O autor torna-se juridicamente responsável pelo seu texto e passível de penalidades por eventuais transgressões. É uma função ligada ao sistema jurídico e está sujeita às coerções das instituições. (BAALBAKI; DEUSDARÁ, 2011, p.130)

A penalização não é outra, senão um sistema de lutas pelo poder e isto fica claro quando se leva em consideração a relação do conjunto de leis de um país e seu efeito cascata na comunidade em que é aplicado. Um texto específico é coercitivamente aplicado a uma sociedade; os transgressores das ideias ali presentes, ou seja, aqueles que não compartilham das mesmas propostas e atentam a deixar sua posição visível, devem submeter-se aos processos penais pelo desvio à regra. Há um embate de forças acontecendo neste momento, pois os dois lados buscam colocar-se sobre o outro, forçando-o a aceitar aquilo que os diferencia.

À diferença, àquilo que se destaca por não se enquadrar no mesmo espaço enunciativo do enunciador pertencente a uma ordem institucional da qual é possível enunciar, aplicam-se marcas que buscam alterar minimamente o dito, de forma a mantê-lo “intacto”, passar uma imagem verídica, demonstrar o fato. Ao destacar a autoria, as marcas tipográficas colocam-se afastadas daquele conteúdo, atribuindo a outro enunciador a responsabilidade pelo dito.

No que compete às outras formas, descritas por Maingueneau (2004), de autorizar vozes no texto – ilhas textuais, discurso direto livre, discurso segundo – Deusdará e Baalbaki (2011) comentam que são formas variáveis de fazer emergir enunciadores a partir do olhar do enunciador citante; essas formatações, no entanto, tomariam o índice tipográfico enquanto recurso de transporte da responsabilidade sobre o enunciado ao enunciador do discurso citado.

Nas páginas seguintes, adotaremos os recursos metodológicos acima para buscar entender de que maneira as notícias sobre refugiados e a Lei 9.474/1997 inscrevem vozes em seus textos, trazendo à tona os efeitos de sentido decorrentes da maneira pela qual os relatos foram trazidos ao texto.

3.2 Vozes do refúgio na mídia

Encontramos ao todo 7 notícias sobre refugiados no editorial Cotidiano dentro do recorte que propusemos. Em cada um dos tópicos abaixo relacionados, trouxemos à tona as marcas linguísticas que inscrevem vozes e nos textos em questão. Ainda, elencamos as análises a partir da data de suas publicações, a fim de manter a ordem cronológica das notícias, com exceção da análise do excerto dois, cuja cena genérica causou-nos estranheza e suscitou diversas questões. Todos os documentos analisados estão em *Anexo B*, ao fim desta dissertação, de acordo com a ordem de publicação no suporte digital da Folha.

Das notícias obtidas no mencionado editorial entre os anos de 2015 a 2018, estas foram aquelas que dialogavam com o tema do refúgio. A ordem de apresentação abaixo segue a data em que cada notícia foi publicada.

Quadro 2 – Reportagens sobre refugiados no Editorial Cotidiano entre janeiro de 2015 e março de 2018

Ordem	Título	Publicação
1	Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em São Paulo	03/01/2016
2	Festival no MIS reúne bandas formadas por refugiados em SP; conheça	21/01/2016
3	Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe	21/03/2016
4	Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP	25/06/2016
5	Projeto une refugiado e empregador usando “máquina de currículos” em SP	06/05/2017
6	Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio; veja vídeo	28/07/2017
7	Cariocas formam fila em “esfirraço” em homenagem a refugiado agredido	12/08/2017

Fonte: A autora, 2018.

Com base na descrição de Maingueneau (2006) acerca dos tipos de discursos que poderiam sustentar a inscrição de vozes no texto, adotamos as seguintes siglas:

- DDL = Discurso Direto Livre

- DD = Discurso Direto
- DDH = Discurso Direto Híbrido (com *que*)
- DI = Discurso Indireto
- DIH = Discurso Indireto Híbrido
- DIL = Discurso Indireto Livre
- RC = Resumo com Citação

Nas páginas que se seguem, apresentamos as análises que desenvolvemos. Separamos as notícias em dois tipos: notícias que apresentam mesma cena genérica, isto é, estão organizadas segundo os critérios básicos do gênero notícia de jornal (texto descritivo veiculado em meio de comunicação, com título e subtítulo, presença de enunciador em terceira pessoa; presença de discurso relatado, principalmente em discurso indireto e direto) e duas notícias que apresentam conjunturas híbridas: apesar de estarem em um meio de comunicação e apresentarem a cena genérica de uma notícia, sua cena enunciativa aponta distanciamentos, que requisitam mecanismos de modalização que não se bastam nos tradicionais recursos de inscrição de vozes anteriormente elucidados por Maingueneau.

Ainda, é importante ressaltar que as tabelas apresentadas a cada notícia foram obtidas após a observação de verbos *dicendi*. Eles inscrevem vozes no textos, marcadas pelos discursos e estruturas modalizantes descritas ao longo da análise. A fim de trazer a tona as imagens que se constroem acerca do refúgio a partir das vozes elencadas, observamos algumas categorias que mais se destacaram no corpus em questão: marcas de pessoa, tempo e lugar. Esses elementos apareceram em diversos momentos e, a nosso ver, projetam sentidos diversos. No entanto, neste trabalho contemplaremos apenas a inscrição da instância de pessoa no tocante às notícias tomadas como fonte de nosso *corpus*.

Assim, definimos como escopo olhar para as diferentes formas de inscrição de pessoa nos trechos elencados: pronomes pessoais do caso reto, pela clara menção à subjetividade; estruturas de referência (pronomes oblíquos; itens lexicais, como refugiado, imigrante e outras estruturas que eventualmente possam aparecer em função do contexto), por retomarem a voz inscrita, associando-lhe novos sentidos; e pronomes possessivos, por sugerirem um componente

indissociável do “eu”, essencial para a geração de sentidos do enunciador (ao fazer isto, denotam uma instância primordial do processo comunicacional: a alteridade característica das relações e práticas languageiras).

3.2.1 Debates em cena

Este item abordará os debates trazidos à tona pelas notícias analisadas, buscando identificar os efeitos de sentido que emergem dessas tensões.

3.2.1.1 Notícia 2 – Festival no MIS reúne bandas formadas por refugiados em SP; conheça

Esta notícia¹⁵ foi publicada no dia 21 de janeiro de 2016. Ela começa pela contextualização do refúgio no Brasil, trazendo relatos de três refugiados de lugares distintos: um do Congo, trabalhando no Brasil como marceneiro; o segundo, do Haiti, atuando como pedreiro; e o último, proveniente do Togo, atualmente dançarino. Os indivíduos relatam situações de sofrimento, tais como ver a vida “engrenar” apenas após encontrar um emprego; procurar um jeito de reencontrar-se com as filhas, separadas dos pais (que estavam juntos no Brasil no momento da publicação da notícia); e o fato de nem pai ou filho se conhecerem devido à condição de refúgio em que se encontra o primeiro.

Construída com foco na situação dramática vivida pelos refugiados, a intenção da reportagem parece ser conduzir a leitura para o aspecto que perpassa todos eles: a segunda edição do Festival de Refugiados, parte da programação do evento São Paulo Sem Fronteiras, ambiente para a promoção da cultura, arte, música e gastronomia de diversos países, entre eles os árabes e oriundos do Congo, Haiti e Senegal, principais grupos sociais recebidos pelo Brasil. Inclusive, a própria reportagem traz a relevância do encontro para o bem-estar social de refugiados e

¹⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2016/01/1731924-festival-no-mis-reune-bandas-formadas-por-refugiados-em-sp-conheca.shtml>

refugiadas: “a arte foi a forma que encontraram de integrar-se ao país e amenizar a falta que sentem da terra natal.”

A notícia é curta e tem como objetivo chamar a atenção do público para o festival. Nesse sentido, a inscrição de vozes dá-se da seguinte maneira:

Quadro 3 – Inscrição de vozes na notícia 2

<i>Nº do excerto</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Vozes do discurso</i>	<i>Marca linguística</i>	<i>Discurso</i>
1	No Brasil há um ano, o congolês Dei Justino, 43, conta que a vida de refugiado começou a engrenar depois que conseguiu emprego em uma marcenaria.	O congolês Dei Justino, 43,	Conta Verbo dicendi + que	DI
2	"Agora estou vendo como trazer elas."	O haitiano Louides Charles, 37,	Aspas	DD
3	"Não conheço meu filho, nem ele me conhece", diz por sua vez o togolês, Sassou Espoir, 29, dançarino que lembra de conhecer capoeira e samba antes de chegar por aqui.	o togolês, Sassou Espoir, 29,	Diz Aspas + verbo dicendi	DD
4	... dançarino que lembra de conhecer capoeira e samba antes de chegar por aqui.	Dançarino	Lembra que + verbo dicendi	DIL
5	Nos últimos quatro anos e meio, o número de refugiados no Brasil quase dobrou, passando de 4.218 em 2011 para 8.400 até agosto de 2015, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça.	dados divulgados pelo Ministério da Justiça	Segundo Discurso segundo	DIL
6	"Me sinto no Haiti quando estou tocando. Sinto que estou lá de verdade", afirma Charles, tecladista da banda Sattelite Musique, que em dezembro participou do 1º Festival de Refugiados, no Largo da Batata, em São Paulo.	Charles, tecladista da banda Sattelite Musique	Afirma Aspas + verbo dicendi	DD
7	... que em dezembro participou do 1º Festival de Refugiados, no Largo da Batata, em São Paulo.	Charles, tecladista da banda Sattelite Musique	afirma Aspas + verbo dicendi	DIL

Fonte: A Autora, 2018.

Nesta notícia, muitas vozes são trazidas após enunciados do jornal, o enunciator-oráculo (DEUSDARÁ; ROCHA, 2017). Como veremos mais adiante, os objetivos parecem ser variados. Algumas inscrições apresentam características mistas, como ocorre na linha 1. Nela, há, em discurso indireto, uma informação referente à vida do congolês Dei Justino. Esse dado não seria interpretado senão com a própria voz do refugiado, o que indica que houve atualização da voz do entrevistado dentro da construção atribuída ao enunciator-jornalista. Ao leitor, não é dado acesso à enunciação original, então ele precisa aceitar como fato a leitura do jornal de que a vida digna do refugiado começou após o trabalho. O uso do discurso indireto alinha as vozes de jornal e entrevistado, trazendo à tona um sentido em comum entre elas: o trabalho dignifica o homem.

Essa aproximação de sentidos ocorre em casos de discurso indireto livre, como acontece em 3, 4, 5, 6 e 7. Em 3, há uma mistura entre discurso direto marcado por aspas, distanciando enunciator-jornalista e entrevistado, e discurso indireto livre, sem aspas, cuja origem no enunciator-jornalista é marcada pela interpretação do conteúdo trazido pelo refugiado, apenas possível se o entrevistado houver enunciado isto anteriormente, e pela inscrição do marcador *aqui*, alocando enunciator e enunciatário em um mesmo espaço discursivo. Tal espaço não é outro, senão o lugar de enunciação daquele que autoriza outros a enunciarem dentro do mesmo texto: *aqui* marca o lugar de produção de sentidos do enunciator-jornalista e, automaticamente, inscreve o refugiado no espaço de *lá*, isto é, não compartilhando, de início, os mesmos critérios que compõem as características que distinguem a comunidade discursiva na qual ele está sendo levado a se integrar no âmbito da notícia. Dentro deste quadro, o conteúdo “dançarino que lembra de conhecer capoeira e samba antes de chegar por aqui” indica uma interpretação que aproxima leitores e refugiado através da empatia causada no leitor brasileiro que compartilha da ideia de que samba e capoeira são expressões tradicionalmente atribuídas à imagem do brasileiro fora das fronteiras de seu país. Outras possíveis interpretações para brasileiro (outros possíveis “lás”) talvez não apresentem tanta empatia com relação ao excerto. O enunciator-jornalista projeta, com isso, não apenas uma possível interpretação de *brasileiro*, como também dá indícios de qual seria um leitor possível para esta notícia: aquele que gera sentidos afetivos com o *outro* através das semelhanças culturais em relação à comunidade discursiva de acolhida.

Já na linha 5, há distanciamento no enunciado causado pela inscrição de discurso segundo, passando qualquer possível contenda ao enunciador primeiro da referida enunciação. A inscrição deste tipo de discurso é acompanhada de discurso indireto livre, já que menções que tipicamente só poderiam ser obtidas a partir de um primeiro movimento do Ministério da Justiça (dados quantitativos) e uma menção que pode ser tanto uma análise, do Ministério, sobre o próprio relatório apresentado quanto uma dedução do enunciador-jornalista frente às informações da entrada de refugiados so longo dos anos: “quase dobrou.” Apesar da organização em discurso segundo geralmente indicar distanciamento entre enunciado e enunciador, no sentido de que o jornal não teria controle sobre o conteúdo veiculado por determinado enunciador, a opção pelo discurso indireto livre expressa alguma proximidade entre eles. A pouca facilidade em identificar qual trecho pertence a qual enunciador permite que o jornal aproxime-se de uma ideia sem, no entanto, assumir a culpa por seu conteúdo, uma estratégia interessante que aloca no leitor o ônus pela credibilidade dos dados ou não.

Tal como nas linhas 3 e 4, as linhas 6 e 7 apresentam duas formas de inscrição de vozes distantes e, ainda que a segunda (linha 7) não apresente um verbo *dicendi* em si, ela está condicionada ao verbo apresentado na linha 6. A composição é, em muito, parecida com 3 e 4: primeiro, há um excerto em discurso direto com aspas, seguido de um discurso indireto livre cuja origem é retomável apenas se houver uma enunciação anterior que permita ao enunciador-jornalista estabelecer tal resumo. Diferentemente de 3 e 4, em que havia um embate de aproximações e distanciamentos, em 6 e 7 há um distanciamento, causado pelo uso de aspas, e aloca o enunciador-jornalista enquanto não-responsável pela informação sobre o Haiti; ao mesmo tempo, inclui a informação da participação do indivíduo em um festival organizado em São Paulo, do qual aproxima-se discursivamente. A separação entre *lá* e *aqui* neste trecho parece marcada em sentido geográfico: o enunciador-jornalista assume maior proximidade com o que é produzido em seu lugar de enunciação – curiosamente, um projeto criado a partir de uma parceria entre empresas e o governo da cidade de São Paulo e que aconteceu em uma das áreas mais nobres da cidade: a região do Largo do Batata, no bairro de Pinheiros. Logo, o *aqui* com o qual o jornal concorda parece ser essa inscrição de um sujeito em um ambiente nobre promovido por instituições com capital financeiro para suportar estratégias de integração em cooperação com o governo.

As vozes autorizadas pelo enunciador-jornalista a enunciarem são refugiados (“o congolês Dei Justino, 43”, “O haitiano Louides Charles, 37”, “o togolês, Sassou Espoir, 29”), os trabalhadores (“o dançarino”, “Charles, tecladista da banca Sattelite Musique”, embora ambos também sejam refugiados) e o Ministério da Justiça. Há, de alguma forma, inscrição da união tripartite que a Lei 9.474/1997 pretende abarcar, integrando sociedade civil, trabalho e governo; no entanto, o âmbito governamental limita-se a apresentar dados da quantidade de refugiados que chegaram ao Estado enquanto que a sociedade civil organiza-se em atividades culturais e laborais, facilitando o processo de integração de pessoas refugiadas.

Na tabela abaixo, elencamos as ocorrências de vozes, os verbos dicendi que as acompanham e o recurso tipográfico adotado para inscrevê-las na notícia.

Quadro 4 – Vozes e recursos de modalização na notícia 2

<i>Vozes citadas</i>	<i>Recurso de modalização</i>
O congolês Dei Justino, 43,	Conta
O haitiano Louides Charles, 37,	<i>DD introduzido por aspas</i>
o togolês, Sassou Espoir, 29,	Diz
Charles, tecladista da banda Sattelite Musique	Afirma
Charles, tecladista da banda Sattelite Musique	Afirma
Dançarino	Lembra
dados divulgados pelo Ministério da Justiça	Segundo

Fonte: A autora, 2018.

O espaço concedido às vozes dos indivíduos é duplamente importante para introduzir suas enunciações, fazendo-as conhecidas pelos coenunciadores do EJ, e também por gerarem sentidos específicos para os enunciadores que foram citados. Ao expor a nacionalidade de cada refugiado, aloca-se espacialmente a origem do refúgio: países de população negra. A questão racial não pode ser deixada de lado, pois ela é introduzida em um contexto onde nenhuma outra nacionalidade (sírios, afegãos e iraquianos, apenas para citar alguns) é citada, a despeito da existência de

movimentos migratórios em busca de auxílio humanitário dentro do período de publicação da notícia 3.

Para além dessa realização do refúgio a partir de uma questão étnica, também contribuem para a materialização linguística instâncias de memória e de reiteração de enunciados. A reverberação de um dito pela inscrição do verbo *conta* narrativiza o discurso citado, projetando um coenunciador que participa do processo de narração, alocando tal coenunciador em um espaço no qual a narração aconteça. Esse efeito aproxima os participantes da cena enunciativa ao mesmo tempo que, pela modalização em discurso indireto, atribui ao enunciator citado a autoria do que traz à tona. Das outras ações atribuídas aos refugiados, *diz* e *afirma* estabelecem a instauração de uma verdade que é re-enunciada por EJ por discurso direto, estabelecendo fronteiras entre o que é dito e quem coloca isso no âmbito da notícia 3. Essa re-enunciação também ocorre no elemento que é introduzido após comentário do enunciator-oráculo, atribuindo distâncias entre as vozes, mas fazendo com que concordem pelo discurso citante estar alocado posteriormente ao enunciado do EJ, operando para sua validação.

Há, ainda, uma instância de inscrição à sociedade, adotada pelos elementos que compõem a instância do refúgio, mencionada acima: *tecladista* e *dançarino* indicam as atividades realizadas pelos enunciadores e confirmam de que modo estão integrados à sociedade de acolhida – através da música. No caso da menção ao *dançarino*, sua voz é introduzida por um elemento que remonta à historicidade do seu processo de refúgio: *lembra*. Isso também aloca o indivíduo refugiado em um espaço temporal ambíguo: está no *aqui* e no *agora*, porém com memórias de um *lá* e um momento anterior ao *agora* que se fazem presentes. Isso é colocado em mais evidência no trecho 6: “Me sinto no Haiti quando estou tocando. Sinto que estou lá de verdade”. Refugiado, portanto, carrega memórias e as coloca em operação quando de sua inscrição na sociedade.

Aos refugiados, de origem negra e com atuação profissional, é concedido direito à enunciação, não sem antes terem delimitados seus locais de origem e as práticas benéficas à população que realizam em território de acolhimento. Neste enquadramento, a nacionalidade é uma qualidade atribuída a indivíduos que nasçam dentro de fronteiras determinadas pelo Estado e que são reconhecidas por outros Estados. Tal adjetivo tem uma noção performática, já que permite que aqueles sob

sua descrição tenham direitos e desempenhem deveres de acordo com as normas previstas por aquele mesmo Estado.

3.2.1.2 Notícia 4 – Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP

Essa notícia¹⁶, publicada em 25 de junho de 2016, traz à tona a informação de que há pessoas refugiadas com ensino superior trabalhando no Brasil em empregos que não exigem formação acadêmica. A reportagem é assinada por Fabio Pagotto, do jornal “Agora São Paulo”, do Grupo Folha.

O parágrafo inicial trata das formações acadêmicas privilegiadas na sociedade brasileira, como medicina e psicologia, mas que estão atuando junto à companhia de limpeza pública em São Paulo, a Inova. Isso chama a atenção do público leitor, principalmente porque, apesar da profissão de garí ser tida como digna, não é desejada pela população em geral. É comum, inclusive, que ela seja menosprezada. No contexto atual do Brasil, em que movimentos contra a presença de refugiados aumentam e os extremismos políticos tornam-se cada vez mais frequentes, com discursos de que “eles vão roubar nossos empregos”, o aceitável por parte da população é que esses empregos dignos, mas não desejados, sejam desempenhados pelos menos quistos na cidade. Por outro lado, não se espera que médicos, engenheiros e professores sejam tidos como tão pouco importantes para o corpo social, especialmente os dois primeiros, consideradas profissões de “prestígio.” Isso faz logo do início da notícia um palco de embates entre o que é uma profissão digna e quem pode desenvolvê-la.

Já o segundo parágrafo resume a dificuldade de três refugiados de diferentes países (Congo, Nigéria e Angola) em conseguir estabilizar-se no país. As histórias serão desenvolvidas ao longo da reportagem, com dados sobre o contexto que fez com que as pessoas ouvidas pelo repórter buscassem refúgio e as dificuldades que têm passado no Brasil nos âmbitos pessoal e profissional.

No quadro abaixo, elencamos as diferentes vozes na notícia 4.

¹⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1785591-engenheiros-e-professores-refugiados-estao-entre-varredores-das-ruas-de-sp.shtml>

Quadro 5 – Inscrição de vozes na notícia 4

<i>Nº do excerto</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Vozes do discurso</i>	<i>Marcador linguístico</i>	<i>Discurso</i>
1	"No meu país sou perseguido político. Prefiro ser trabalhador braçal vivo aqui do que um intelectual morto na África", diz Mukimalio.	[o engenheiro agrônomo Reagan] Mukimalio	Diz aspas	DD
2	Ele diz que está mais feliz aqui.	Ele	Diz Verbo dicendi + que	DI
3	"Amo o Brasil, terra abençoada, aqui há paz. Aqui o Estado funciona, há garantias para o cidadão que não existem em meu país. Quero trazer minha família", contou o engenheiro.	o engenheiro	Contou aspas	DD
4	"Preciso juntar 6.000 dólares para isso", falou Mukimalio, que ganha R\$ 1.059 por mês.	Mukimalio	Falou aspas	DD
5	... que ganha R\$1.059 por mês.	Mukimalio	Falou que	DIL
6	Segundo a empresa, o projeto é uma parceria com o CATE (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo) e do CRAI (Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes).	a empresa [Inova]	Segundo Discurso segundo	DIL
7	Segundo o presidente da Inova, Reginaldo Bezerra, com a entrada dos estrangeiros houve aumento na produtividade das equipes operacionais e diminuição na rotatividade.	o presidente da Inova, Reginaldo Bezerra,	Segundo Discurso segundo	DIL
8	"São profissionais comprometidos, dedicados, disciplinados e que motivam os outros colaboradores a partir do exemplo de conduta profissional."	o presidente da Inova, Reginaldo Bezerra,	Aspas	DD
9	Depois de uma disputa familiar por herança, diz que foi ameaçado por parentes e teve que fugir para o Brasil com o filho de seis anos, deixando a mulher e um filho de dois	O psicólogo Pedro dos Santos Fula, 38,	Diz Verbo dicendi +	DIL

	anos.		que	
10	"A situação política é caótica no meu país, a Justiça é precária e a polícia não garante a segurança dos cidadãos. Por isso tive que fugir para o Brasil", diz Fula.	Fula.	Diz aspas	DD
11	"Já arrumei emprego, meu filho está na escola. Aqui tem segurança e estabilidade", afirma Fula.	Fula	Afirma aspas	DD
12	"Vocês não sabem a benção que é não ter guerra e ter democracia. Aqui, a presidente está saindo e ninguém morreu. No Congo, quando muda o governo logo matam a oposição", diz Kakodi.	Kakodi [Eric Mulaza Kakodi, 30, topógrafo]	Diz aspas	DD

Fonte: A autora, 2018.

A princípio, chama nossa atenção o fato de que há muitos excertos em discurso direto apresentados na notícia, o que pode conferir maior distância entre enunciador-jornalista e o entrevistado, garantindo que o informado por este seja reproduzido na íntegra, dando-lhe mais visibilidade. No entanto, ao comparar o conteúdo em discurso direto (linhas 1, 3, 4, 8, 11 e 12) com sua localização no texto da notícia, percebe-se que a voz é dada aos refugiados em discurso direto de modo a complementar o que foi dito antes pelo enunciador-jornalista – outra manifestação do enunciador-oráculo (DEUSDARÁ; ROCHA, 2017). Apesar de ser um recurso que indica afastamento entre vozes, ele é adotado aqui para que haja confirmação de que o informado por EJ é de veras fidedigno.

Há movimento parecido na inscrição de discursos segundos, como em 6 e 7, em que há distanciamento logo no início do trecho pelo uso de “Segundo.” No entanto, o conteúdo que se segue é apresentado sem aspas, como uma interpretação feita pelo EJ, tornando complexo definir com clareza se o conteúdo daquele trecho é, de fato, o que o enunciador disse ou se é uma interpretação. A diferença entre ambas é que, em 6, o conteúdo modalizado em discurso segundo segue com uma explicação do EJ quanto ao funcionamento de uma parceria. Inclusive, informações extras são incluídas, entre parênteses, na linha 6 a respeito das siglas CATE e CRAI – isso indica que o coenunciador do jornal pode desconhecer tais centros sociais, o que faz com que o EJ precise explicá-los para que o coenunciador se entere sobre as atribuições de tais espaços. Por outro lado,

na linha 7, há uma enunciação em discurso direto (linha 8) que corrobora o que foi explicitado na linha prévia.

As vozes autorizadas pelo jornal aparecem na seguinte ordem: Mukimalio (cuja profissão havia sido previamente informada no texto: engenheiro agrônomo), ele (em referência a Mukimalio), o engenheiro, a empresa (cujo nome também havia sido expresso: Inova); o presidente da Inova, Reginaldo Bezerra; o psicólogo Pedro dos Santos Fula e Kakodi (anteriormente citado como topógrafo). De início, é dado espaço aos refugiados para que falem de suas vidas enquanto portadores de diploma de ensino superior que atuam em empregos cuja especialização não é requisito. Não obstante, há uma espécie de encontro de trabalhadores de uma mesma empresa acontecendo aqui, incluindo subordinados e seu chefe. A notícia limita-se à atuação de tais profissionais na empresa de varrição de rua e, por esse prisma, a escolha das vozes para compor a notícia está coesa.

Por outro lado, todo e qualquer movimento por parte do governo e de instâncias direta ou indiretamente ligadas a ele para a promoção de atividades de trabalho a refugiados(as) foi deixado de lado. Não há menção à Lei 9.474/1997 nem a instâncias do governo, como o CONARE ou o Ministério da Justiça; não há dados sobre a quantidade de refugiados em solo nacional. Tais informações são suprimidas em prol do objetivo principal, que parece ser trazer considerações sobre esta forma de integração à sociedade: é a partir de uma proposta empresarial que indivíduos refugiados têm acesso a empregos formais.

Importante elemento, com estimada contribuição à geração de sentidos, pode ser identificado nas linhas 10 a 12. Trechos em discurso direto, marcado por aspas, explicam a motivação para que tanto Fula quanto Kakodi tenham deixado suas residências, virem ao Brasil e optado por permanecerem aqui. Essa explicação aparece em forma de comparação entre as realidades vividas por eles no lugar de origem e o que encontram no Brasil: em 10, por suposição, o motivo para vir ao Brasil é o oposto daquele que existe para sair de Luanda (“Por isso tive que fugir para o Brasil”). Aos olhos de Fula, a situação política brasileira não é caótica, a justiça não é precária, a polícia garante a segurança dos cidadãos. Na linha 11, ele afirma que está empregado e seu filho, estudando (talvez em Angola essas realidades também fossem distintas); já na linha 12, o congolês salienta as diferenças entre um estado democrático de direito e o governo do Congo. Essas

enunciações projetam um ideal de país, qual seja aquele em que direitos básicos são garantidos e a política não é corrupta.

Enquanto os excertos em discurso direto dos refugiados projetam um/ ideal de sociedade brasileira (a nosso ver, um tanto distante do que se vivencia), estando alocados em um jornal, podem também projetar um ideal de coenunciador para este tipo de notícia: aquele que reconhece que a situação do Brasil não está tão temerosa quanto o que se tem dito a respeito, aquele que se aproxima da proposta de que pela força de vontade (seja em sair de uma situação da qual não se gosta ou atuar em uma atividade laboral ainda que não seja aquela dos sonhos) é possível tornar a vida um ambiente sustentável.

Algumas referências à imagem do sujeito refugiado emanam da notícia 5, relacionadas abaixo. Ela foi organizada da seguinte maneira: vozes que inscrevem o refugiado a partir da menção à sua atividade laboral (recuperadas pelo processo de referenciação no texto original), primeiras a serem introduzidas com verbo dicendi no texto; em seguida, as referências aos indivíduos, sem menção à sua atuação; e, por último, as outras vozes que aparecem na notícia.

Quadro 6 – Vozes e recursos de modalização na notícia 4

<i>Vozes citadas</i>	<i>Recurso de modalização</i>
[o engenheiro agrônomo Reagan] Mukimalio	Diz
o engenheiro	Contou
Kakodi [Eric Mulaza Kakodi, 30, topógrafo]	Diz
O psicólogo Pedro dos Santos Fula, 38,	diz
Ele [Mukimalio]	Diz
Mukimalio	Falou
Mukimalio	Falou
Fula.	Diz
Fula	Afirma
a empresa [Inova]	Segundo

o presidente da Inova, Reginaldo Bezerra,	Segundo
o presidente da Inova, Reginaldo Bezerra,	Aspas

Fonte: A autora, 2018.

Às áreas de estudo prestigiadas (como engenharia agrônoma, psicologia e topografia) no Brasil, e das quais emanam as vozes dos enunciadores, são atribuídas ações como *dizer* e *contar*. Quando comparadas com a tabela 6, percebe-se que aos verbo *dizer* nos trechos 1 e 9 é atribuído o sentido de narrativizar uma determinada situação, motivadora para o pedido de refúgio. Há uma modificação performática aqui, já que verbos tipicamente adotados para inscrever uma ação em um dado contexto promovem, no âmbito da notícia 5, a reverberação de memórias discursivas, aproximando-se do sentido atribuído a *contou*, no trecho 3. Isso reitera a característica histórica do processo de refúgio, vista na notícia 3.

Outro efeito de sentido é observado em *diz* na voz do enunciador psicólogo. Ao analisar o contexto em que é aplicado (trecho 12), o verbo inscreve a ação de comparar uma prática adotada de maneira diferente por dois Estados. Neste caso, a figura de refugiado remete à observação de uma situação e à expectativa de transformação decorrente dos sentidos negativos que tal evento pode proporcionar – em face da quebra ou do não alcance dessa expectativa, decorre a solicitação de refúgio.

Há menção à integração à sociedade civil através da explanação do nome real do enunciador e as ações se lhes recaem: *dizer*, *falar*, *afirmar*. Essa proposta aloca a autoria na pessoa, não à imagem que ela promove, ao passo que concede maior veracidade ao enunciado por distanciá-lo, em alguma medida, do enunciador-jornalistaista. Há uma instância performativa de individualidade nesse movimento. Por outro lado, enquanto *dizer* e *falar* parecem inscrever uma primeira enunciação à cena, *afirmar* retoma enunciações prévias, alocando os enunciadores dos discursos citantes em espaços enunciativos com os quais compartilham determinadas características e as quais eles colocam em operação no momento da enunciação.

Em termos gerais: no âmbito da notícia 5, refugia-se aquele que, mesmo inscrito em um contexto de prestígio laboral, que se pretende intocável, vê-se em

uma cena da qual emanam posições contrárias aos direitos sociais, os quais compartilham por estarem integrados a uma dada comunidade, e, a partir desse contexto de quebra de expectativas, projeta uma resposta de distanciamento daquele determinado espaço de enunciação.

3.2.1.3 Notícia 5 – Projeto une refugiado e empregador usando “máquina de currículos” em SP

Essa notícia¹⁷ foi publicada em 6 de maio de 2017 por Júlia Barbon e trata de uma espécie de “sorteio” cujo prêmio é oferecer uma oportunidade de trabalho para pessoas refugiadas. A ideia foi colocada em prática pelo projeto Estou Refugiado e a ONG *Humans Right Watch* e ficou disponível até o dia 7 de maio de 2017 no centro da cidade de São Paulo. Foi parte da exposição “Farida, um conto sírio”, mas ficou disponível apenas durante uma semana – já a exposição pôde ser visitada de 13 de abril a 28 de maio de 2017, conforme consta no site do Museu da Imagem e do Som de SP, que sediou o evento¹⁸.

No Quadro 7, abaixo, elencamos as vezes em que há inscrição de vozes no texto da notícia.

Quadro 7 – Inscrição de vozes na notícia 5

<i>Nº do excerto</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Vozes do discurso</i>	<i>Marcador linguístico</i>	<i>Discurso</i>
1	"Você acredita em destino?", diz a grande placa branca.	A grande placa branca	Diz aspas	DD
2	Essa pessoa então conta sua história em um vídeo, enquanto seu currículo é impresso.	A pessoa	Conta Verbo dicendi	DIL
3	"Combinava muitos serviços, porque o pagamento é pouco."	[O congolês Jeef	Aspas	DD

¹⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1881646-projeto-une-refugiado-e-empregador-usando-maquina-de-curriculos-em-sp.shtml>

¹⁸ Mais informações: <http://www.mis-sp.org.br/icox/icox.php?mdl=mis&op=programacao_interna&id_event=2338>. Acesso em: 18 mai. 2018.

		<i>Bobolibanda, 45]</i>		
4	"No momento não tenho escolha, todo trabalho vou fazer, porque tenho que mandar dinheiro para a minha família. Aqui escola é grátis. Lá, se você não tem dinheiro, sua criança não vai na escola."	<i>[O congolês Jeef Bobolibanda, 45]</i>	Aspas	DD
5	Desde segunda (1º), Jeef está fazendo um "bico", como ele mesmo diz, no museu.	Jeef	como ele mesmo diz Discurso segundo	RC
6	O plano é que ela seja itinerante, conta Luciana Capobianco, publicitária e diretora-executiva do Estou Refugiado.	Luciana Capobianco, publicitária e diretora-executiva do Estou Refugiado.	Conta verbo dicendi	DI
7	"A partir da semana que vem continuamos. A ideia é coletar mais 50 histórias agora, mas isso não para."	Luciana Capobianco, publicitária e diretora-executiva do Estou Refugiado.	Aspas	DD
8	Segundo ela, o objetivo é "rodar" em locais mais próximos do empresariado, como o Conjunto Nacional e o shopping Iguatemi.	Ela <i>[Luciana Capobianco]</i>	Segundo Discurso segundo	DIL
9	"A proposta desta ação é fazer uma provocação aos empresários. Existem muitos refugiados qualificados, que tiveram que largar o que faziam. Não é só a questão da vaga, é preciso ajudá-los a se inserir nas empresas", diz ela.	Ela <i>[Luciana Capobianco]</i>	Diz aspas + verbo dicendi	DD
10	... Existem muitos refugiados qualificados, que tiveram que largar o que faziam.	Ela	----	DIL
11	Os últimos dados do Ministério da Justiça apontam que havia 8.863 refugiados no Brasil em abril de 2016 –um aumento de 127% com relação a 2010.	Os últimos dados do Ministério da Justiça	apontam discurso segundo	DIL

Fonte: A autora, 2018.

A notícia começa com uma espécie de narração com uma pergunta que gera diálogo com o leitor: "Você acredita em destino?" Assim como indicado na notícia 2, o efeito de sentido criado convida o coenunciador do jornal a participar daquele

diálogo, requisitando dele uma atitude responsiva. Apesar de as aspas garantirem maior distância entre enunciador-jornalista e seu coenunciador, o efeito de sentido pela pergunta endereçada a “você” gera emoções no leitor, atraindo-o para dentro do texto. A partir de então, a cena genérica vai se transformando de uma conversa para um ambiente com traços característicos do gênero notícia de jornal (narrador em terceira pessoa, inclusão de diversas vozes em discursos direto e indireto, entre outros).

A explicação do mecanismo (linha 2), em discurso indireto, sobre uma “pessoa” causa um apagamento do foco do mecanismo: a pessoa em questão é um indivíduo refugiado. Esse apagamento vem seguido de uma aproximação causada pela marca do discurso indireto livre, em que a informação de um enunciador primeiro é interpretada pelo enunciador-jornalista e isso causa dúvida quanto à voz que está sendo trazida ali. Outros momentos em que há embates de vozes são nas linhas 5, 6, 8, 10 e 11. Trataremos de cada um separadamente – com exceção dos excertos 9 e 10, que compõem uma mesma enunciação.

A notícia traz uma entrevista com um refugiado congolês chamado Jeef Bobolibanda. Na linha 5, há inscrição de uma fala de Jeef em aspas (“bico”) referente à forma “como ele mesmo diz” sobre o trabalho que tem desempenhado no Brasil. Esse trecho aparece em meio a um enunciado cuja origem é o próprio EJ, que tem acesso a uma informação que apenas o enunciador original poderia compartilhar: ele tem trabalhado desde segunda-feira, dia primeiro, no museu. Dessa forma, a inscrição da voz do refugiado aparece em meio a um resumo, o que caracteriza esse discurso como uma ilha textual. O trecho em aspas aparece dando espaço ao refugiado ao passo que distancia o EJ deste tipo de construção. O distanciamento ainda fica mais evidente na instauração do discurso segundo em “como ele mesmo diz”, atribuindo ao refugiado o ônus pelas informações dadas.

No que compete ao uso de língua, adotar “bico” para referir-se a trabalhos informais de curta duração mostra-se um processo de territorialização quanto às construções discursivas tradicionalmente aceitas dentro da comunidade discursiva em que se encontra o enunciador. Isso denota um traço de integração à sociedade de acolhida.

No trecho em (6), o embate aparece nos moldes de (5), porém sem o uso de aspas. Dessa forma, a identificação da voz de outro enunciador se dá exclusivamente pelo uso do verbo *dicendi* atrelado ao sujeito (“conta Luciana

Capobianco, publicitária e diretora-executiva do Estou Refugiado”). Até que isto seja incluído, o enunciado “O plano é que ela seja itinerante” aproxima-se do enunciador-jornalista como se fosse enunciação própria deste.

Apesar disso, a notícia, na linha 8, adota modalização em discurso segundo para se referir aos objetivos do projeto, causando certo distanciamento entre coenunciadores. Essa distância está estruturada pelo uso de aspas em “rodar”, cuja origem enunciativa não está clara: pode ser algo proferido pela própria enunciativa do trecho, que o enunciador-jornalista quis ressaltar enquanto distante daquilo em que ele se inscreve; pode ser que este enunciador tenha adotado uma metáfora para remeter à ideia de que a máquina tem forma redonda e, ao mesmo tempo, criar um trocadilho com o fato de que ela pode passear (vulgo “rodar”) em vários espaços da cidade. Tais locais teriam sido pensados (pela idealizadora do projeto, e isso a Folha visa deixar bem claro) quanto à possibilidade de auxílio financeiro, uma vez que foram escolhidos ambientes “próximos do empresariado.”

O próximo embate, presente na linha 10, está incluído no enunciado presente na linha 9. Por isso, trataremos deste antes de passarmos ao 10.

Em discurso direto, a autora do projeto tece comentários sobre os motivos que a levaram a buscar por apoio do empresariado. O enunciador-jornalista concede lugar de enunciação distanciando-se desta ideia pelo uso de aspas em discurso direto. O embate de vozes encontra-se, portanto, dentro do próprio enunciado de Luciana. “Existem muitos refugiados qualificados, que tiveram que largar o que faziam” é o conteúdo da linha 10 e denota uma informação à qual a enunciativa apenas teria acesso frente a uma enunciação anterior, que lhe concedesse tal informação. Há, neste caso, um discurso indireto livre associado a uma situação desprestigiada. Tal enunciado é apropriado por uma enunciativa relacionada ao âmbito laboral, detentor de prestígio. Com isso, a enunciação em DIL representa a legitimidade do que é enunciado.

A última estratégia de aproximação de vozes, embora mantenha o ônus de quaisquer informações a seu enunciador através de discurso segundo (“Os últimos dados do Ministério da Justiça apontam...”), está presente no trecho 11, em que dados quantitativos de uma instituição do governo são apresentados aos coenunciadores do texto como argumento de validade para explicar o aumento observado de refugiados no território brasileiro de 2010 a 2016. Há, no trecho

sublinhado, uma suavização do discurso segundo, como se ele fosse re-enunciado por EJ enquanto a autoria do dito é mantida.

Dos momentos em que há distanciamento total entre enunciador-jornalista e entrevistados, citamos a linha 3, em que, em discurso direto, o enunciador relata como é a vida do trabalhador refugiado no Brasil; linha 4, em que se comenta sobre a dificuldade que é trabalhar enquanto refugiado no Brasil: aceitar qualquer tipo de serviço para poder mandar dinheiro à família, a fim de que necessidades básicas, tais como estudo, sejam garantidas; há, também, o conteúdo da linha 7, em que a voz da publicitária coloca em evidência estratégias para angariar cada vez mais interessados em participar do projeto em busca de emprego; e a linha 9, em que a mesma publicitária comenta sobre as motivações para o projeto. Observa-se desse contexto que o enunciador-jornalista distancia-se do cotidiano de refugiados e de propostas de integração promovidas pela sociedade civil.

As vozes trazidas à tona pelo texto dizem respeito a instâncias variadas da cidade: grande placa branca (neste caso, símbolo de um produto criado pelo setor empresarial), pessoa (participante do produto criado; forma de silenciar o termo “refugiado”, talvez em uma tentativa de reduzir algum bloqueio que um(a) participante do projeto possa ter antes mesmo de conhecer a história a ser narrada pela máquina), publicitária e diretora-executiva (setor empresarial), congolês (refugiado), Ministério da Justiça (instância do governo). Aos três primeiros, coube a importância de desenvolver estratégias para angariar interessados em agregar ao projeto, seja conversando com pessoas refugiadas, seja alocando o projeto em áreas de poder aquisitivo elevado, projetando, desta forma, um ideal de coenunciador: apenas aqueles com determinado ganho salarial poderiam encontrar trabalho para refugiados desempregados. A instauração de enunciados provenientes de um congolês garantem algum espaço em que ideias dele sejam expostas, porém o indivíduo em questão é duplamente autorizado a falar: pela empresa que o colocou no projeto e pelo enunciador-jornalista que tornou sua enunciação no suporte possível.

Até aqui, esta confluência leva a crer que é possível conquistar o que se pretende, nem que sejam “bicos”, ou seja, algo ainda aquém do esperado e que consiga suprir as necessidades humanas essenciais, mas isso é apenas possível mediante a união das entidades privadas e a vontade da própria pessoa em buscar tais oportunidades – uma analogia próxima àquela compartilhada pelos adeptos da

meritocracia. A voz do governo aparece apenas como fonte de informação acerca da quantidade de indivíduos buscando refúgio no país.

No quadro abaixo, organizamos as entradas das vozes na notícia 6 de acordo com o enunciador (vozes de mesmo enunciador foram organizadas em sequência):

Quadro 8 – Vozes e recursos de modalização na notícia 5

<i>Vozes citadas</i>	<i>Recurso de modalização</i>
A grande placa branca	Diz
A pessoa	Conta
Jeef	como ele mesmo diz
[<i>O congolês Jeef Bobolibanda, 45</i>]	Aspas
[<i>O congolês Jeef Bobolibanda, 45</i>]	Aspas
Luciana Capobianco, publicitária e diretora-executiva do Estou Refugiado.	Conta
Luciana Capobianco, publicitária e diretora-executiva do Estou Refugiado.	Aspas
Ela [<i>Luciana Capobianco</i>]	Segundo
Ela [<i>Luciana Capobianco</i>]	Diz
Os últimos dados do Ministério da Justiça	Apontam

Fonte: A autora, 2018.

Quanto às inscrições de vozes do enunciador-refugiado, identicam-se três momentos: *a pessoa*, em que há apagamento do grupo social do qual a pessoa participa; *Jeef*, com incitação ao nome do indivíduo, destacando a voz dentre outras possíveis dentro de um mesmo contexto; e *O congolês Jeef Bobolibanda, 45*, em que há inscrição da origem do indivíduo refugiado. É possível enunciar, portanto, sendo uma pessoa, um componente do grupo social de onde enuncia (que, neste caso, *conta* uma história, narrativizando a enunciação); recebendo destaque para que a enunciação ocorra (neste caso, a informação de *Jeef* foi re-enunciada pelo enunciador que citou o enunciador citante); ou tendo uma relação de submissão ao lugar do qual se enuncia, o que lhe concede subsídios para que possa elaborar fatos

e dados verídicos – qualidade reforçada pelo uso de discurso direto modalizado com aspas.

A modalização por aspas indica uma autoria que não abrange o enunciador-jornalistaista, distanciando este da voz que cita. Ao fazê-lo, no entanto, sem mencionar de quem a voz parte, inscreve no coenunciador a necessidade de identificar a autoria a partir de relações semânticas e organizacionais do texto. Neste, percebe-se que o recurso tipográfico das aspas foi condicionado a um discurso direto, colocado justamente a uma afirmação de enunciador-oráculo. Desta forma, o EJ re-enuncia inteiramente o conteúdo original, atribuindo ao enunciador do dito (recuperável por relações de coesão) a autoria pelo conteúdo que EJ coloca em evidência. Ao mesmo tempo, usa do que se distancia para comprovar uma informação fornecida pelo enunciador-oráculo.

De acordo com as vozes autorizadas no texto, também é possível enunciar a respeito do refúgio caso haja inscrição em um contexto que permita ao enunciador proceder a essa ação. É o caso de *a grande placa branca*, representação imagética de um enunciador o qual torna possível apresentar a proposta de atrair empregos para refugiados: a iniciativa privada. Não por acaso, a metáfora em questão (introduzida na voz do EJ, sendo, portanto, uma interpretação deste) se reveste de diversos elementos do espaço discursivo do divino para compor uma cenografia de salvação do oprimido: é a indicação do caminho a ser seguido, cuja virtude é sua grandiosidade. Tais elementos estão apoiados na simbologia da pureza, presente na cor alva que ilumina a descrição do objeto. Todos esses elementos (*caminho, grandiosidade, luz*) estão ligados a composições acerca do divino. “A grande placa branca” protagoniza, pois, um enunciador empresarial que se veste com discurso religioso e, por essa formatação, no ato mesmo de *dizer*, configura-se duplamente no lugar de produção e reverberação de vozes acerca do refúgio e no espaço que propicia a integração dessas vozes na sociedade.

Das aparições do ambiente empresarial, as inscrições de Luciana Capobianco, publicitária e diretora-executiva do “Estou Refugiado” e seu item de referência, “Ela”, recobrem dois espaços de sentido distintos. Enquanto o enunciador-empresarial aparece em discurso segundo e em DIL, fazendo aparecer uma fronteira entre as vozes dos enunciadores (EJ e a voz do empresariado) ao passo em que EJ re-enuncia um dito mantendo a autoria do original, em outro momento o uso de DD atribui a autoria integralmente ao enunciador que foi citado,

distanciando-se de EJ no que compete ao conteúdo do enunciado: provocar outros empresários. Assim, o EJ apresenta interesse em fazer com que outros setores da sociedade ganhem visibilidade, mas não às custas de questionamentos ao grupo que tornará esse empoderamento possível.

Diante do exposto, tem-se que a pronominalização é um recurso de atribuição de autoria que estabelece, enquanto retomada do enunciador de um discurso direto, fronteiras enunciativas. Pela modalização em discurso direto com pronominalização, os enunciados citados são colocados em debate em um mesmo quadro enunciativo, apesar das investidas do enunciador em não compartilhar deles.

Por fim, há a menção a um enunciador do âmbito governamental, protagonizado pela imagem do Ministério da Justiça (MJ) com a informação, em discurso relatado (modalizado em discurso segundo), acerca da quantidade de refugiados. Tal enunciador *aponta* uma determinada direção, mostra dados pré-existentes, fazendo reverberar certa historicidade na ação que induz. A inscrição do MJ neste contexto localiza o enunciador de caráter institucional em um ambiente de promoção de conteúdos realizados por outras instâncias da sociedade. Com isto, é atribuída a tal enunciador a incumbência de demonstrar ações protagonizadas pela sociedade que o sustenta.

3.2.1.4 Notícia 6 – Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio; veja vídeo

Um vídeo foi publicado no dia 28 de julho de 2017 mostrava uma agressão cometida por um brasileiro contra um refugiado vendedor de esfirras em Copacabana, no Rio de Janeiro. Ele foi amplamente divulgado na plataforma virtual *Facebook* até que sua fama chamou a atenção da mídia.

A Folha de São Paulo publicou uma matéria¹⁹ sobre o caso no dia 04 de agosto do mesmo ano. O texto foi assinado pela redação do *site* UOL, pertencente ao Grupo Folha. A notícia explica o conteúdo do audiovisual. Como forma de

¹⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1907136-refugiado-sirio-e-agredido-enquanto-vendia-esfirras-no-rio-veja-video.shtml>

conceder direito de resposta ao agredido, obtém, a partir dos comentários publicados na postagem de *Facebook*, aqueles referentes ao refugiado.

Na tabela a seguir, há os momentos em que houve inscrição de vozes no texto:

Quadro 9 – Inscrição de vozes na notícia 6

<i>Nº do excerto</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Vozes do discurso</i>	<i>Marca linguística</i>	<i>Discurso</i>
1	Nas imagens, o homem não-identificado grita "Saia do meu país!".	O homem não-identificado	Grita aspas	DD
2	"Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bomba miseráveis que mataram crianças, adolescentes. São miseráveis", diz o homem.	O homem	Diz aspas	DD
3	"Vamos expulsar ele!".	[O homem]	Aspas	DD
4	Em um comentário no vídeo publicado no Facebook, Ali diz que está no Brasil há três anos.	Ali	Diz verbo dicendi + que	DI
5	"Vim pro Brasil porque abriram as portas para todos os refugiados. Todos os meus amigos estão trabalhando. Estamos trabalhando arduamente. Estou muito sentido porque nunca pensei que isso pudesse acontecer comigo", diz o vendedor.	o vendedor	Diz aspas	DD
6	"Não me coloquei nessa situação porque a guerra me fez vir para cá. Vim com amor, porque os amigos sempre diziam que o Brasil aceita outras culturas e religiões e as pessoas são amáveis, e todos os refugiados procuram paz. Não sou terrorista", defende-se o refugiado.	o refugiado	defende-se aspas	DD
7	"Moro no Brasil e aqui já é minha pátria. Espero que não aconteça com mais ninguém, de nenhuma nacionalidade."	[o refugiado]	Aspas	DD
8	Muitos brasileiros se comoveram com o relato de Ali e pediram desculpas em nome do agressor e	Muitos brasileiros	pediram desculpas	DIL

	chegaram a oferecer ajuda ao rapaz.		Verbo dicendi	
--	-------------------------------------	--	---------------	--

Fonte: A autora, 2018.

Chama nossa atenção o fato de que, em nossa busca pela inscrição de vozes na notícia, os trechos em que é concedido lugar de enunciação ao refugiado não trazem, em geral, seu nome explicitamente atribuído – exceto na linha 4. Em vez disso, os termos “refugiado” e “vendedor” são adotados, reforçando sua condição e sua atuação profissional (que, conforme vistos no exemplo 6, nem sempre são consideradas boas pela sociedade, embora sejam dignas).

Destaque-se também a inscrição da linha 4 aparece em discurso indireto, uma interpretação por parte do enunciador-jornalista, de um comentário retirado de uma rede social. Essa proposta aproxima as vozes dos enunciadores em questão. As demais inscrições da voz do enunciador refugiado são trazidas em discurso direto, sempre marcadas com aspas e indicando distanciamento entre o que é enunciado e o EJ: em 5, o refugiado indica o que o trouxe ao Brasil; em 6, ele se defende das acusações proferidas por seu agressor; e, em 7, uma continuação do relato de 6 e que complementa o sentido de “defende-se o refugiado”, de autoria do enunciador-jornalista, ele comenta sobre suas expectativas com relação ao Brasil.

Apesar de haver distanciamento discursivo pela modalização em aspas nas linhas 5 a 7, o conteúdo da linha 7 parece legitimar o que foi enunciado pelo jornal ao final da linha 6. Ademais, o conteúdo geral do caso gerou comoção nacional; em virtude disso, trazer esclarecimentos e defesa, por parte do enunciador-refugiado, atribuindo-lhe integralmente a responsabilidade do que fora enunciado por ele, contribui para a construção de uma cena genérica de tribunal, em que a vítima pode defender-se perante um júri (de coenunciadores), expondo seu ponto de vista e suas razões para não sofrer ações punitivas injustamente. Isso gera empatia nos coenunciadores do EJ, que, em resposta, concordam ou discordam do conteúdo da notícia.

Ao permitir a inscrição da voz do refugiado integralmente ao texto da notícia, ainda que não esteja em primeira pessoa, o leitor tem a impressão de estar em contato direto com o conteúdo originalmente enunciado. Dessa forma, a resposta dele à enunciação contida ali é a favor ou contra o enunciador original, não

diretamente o enunciador-jornalista, já que este é, dentro desta esfera, tão somente um suporte em que diversas vozes e emoções serão colocadas à luz.

Contribui para alocar o coenunciador da notícia na cena em questão as próprias falas atribuídas ao agressor do refugiado, explicitadas nas linhas 1 a 3. Em todas elas, há uso do discurso direto através da modalização em aspas, sendo que, na linha 1, há um pequeno resumo antes da indicação do que foi enunciado pelo agressor: “Nas imagens, o homem não-identificado grita”. A inscrição do verbo “gritar” aciona um outro ambiente, composto a partir do enunciado entre aspas: houve um espaço de agressão – neste caso, verbal. O fato de que isso aconteceu contra um vendedor na rua gera, em leitores que não concordem com esta atitude, sentimentos de repulsa em relação ao agressor. Tais emoções encontram reflexo na adoção de aspas e discurso direto pelo enunciador-jornalista, que apresenta um relato do caso afastando-se da responsabilidade pelo conteúdo enunciado pelo agressor.

O enunciador-jornalista aproxima-se das vozes dos “juízes” ao adotar o discurso indireto presente na linha 8. Tal inscrição nos parece ter caráter livre, já que não há menção a quais enunciadore pediram, de fato, desculpas pelo ocorrido nem quais ajudaram o agredido – estas considerações proveem de uma enunciação anterior, não marcada no texto.

Das vozes que autorizam a notícia 7, há membros da sociedade civil, divididos entre não-refugiados (“o homem não-identificado”, “o homem”, “muitos brasileiros”) e o refugiado (“Ali”, “o refugiado”), além figura do empreendedorismo (“o vendedor”). Os membros da sociedade civil organizam-se para proceder a ações que deveriam ser conduzidas pelo Estado, quais sejam a expulsão de estrangeiros do território nacional (“Saia do meu país!”, “Vamos expulsar eles!”) ou a possibilidade de acolhimento em vistas de ataques aos direitos básicos de um indivíduo (“chegaram a oferecer ajuda ao rapaz”). Corrobora a ideia de que esse embate de vozes se dá em um tribunal o fato de que as vozes pertencentes à sociedade civil estão buscando fazer “justiça com as próprias mãos.”

No que tange aos debates proporcionados pelo texto, notam-se as seguintes inscrições:

Quadro 10 – Vozes e recursos de modalização na notícia 6

<i>Vozes citadas</i>	<i>Recurso de modalização</i>
O homem não-identificado	Grita
O homem	Diz
[O homem]	Aspas
Ali	Diz
o vendedor	Diz
o refugiado	defende-se
[o refugiado]	Aspas
Muitos brasileiros	pediram desculpas em nome do agressor

Fonte: A autora, 2018.

A organização dos trechos acima está tal qual aparece na notícia 7. Há uma situação polêmica neste trecho, que traz três instâncias em evidência: a figura de um indivíduo cuja autoria não é mostrada (O homem não-identificado) e que é retomado pela pronominalização (em DD com aspas) ou apenas pela introdução de seu enunciado por aspas, sem qualquer verbo posterior; uma segunda instância que se refere à imagem de enunciador refugiado; e, por fim, a uma instância social, que se refere a um todo a partir da qualificação pela nacionalidade.

No tocante ao enunciador *O homem*, sua imagem é construída com base nas ações que realiza: *grita* e *diz*. Dizer incita o ato próprio de enunciar, de colocar uma dada ideia em operação, enquanto *gritar* projeta todo um conjunto sinestésico de força bruta: a imagem que se projeta da pessoa gritando, em um momento de sofrimento ou alegria, mas do qual não se apartam as representações corporais oriundas da força exigida pelo forçar dos músculos; o som gerado do encontro de cordas vocais, adequadas à produção sonora, e o diafragma, que potencializa a altura das emoções, costumeiramente produções de timbre alto e que desconcentram, desconcertam. *Dizer* é o encontro harmonioso desses elementos, não necessariamente passionais, mas que geram a expectativa de uma resposta; *gritar* é o descompasso passional do dito e que parece querer silenciar a resposta que projeta.

Nesse contexto, o conteúdo do dito (“esses homens-bomba miseráveis que mataram crianças, adolescentes”) atribui ao enunciador refugiado determinados aspectos, a fim de compor uma imagem acerca do espaço enunciativo ao qual pertençam enunciadores que compartilhem os mesmos traços que o enunciador refugiado. Curiosamente, um traço que, pretende distinguir enunciador refugiado e enunciador não-identificado é justamente o que os aproxima. A própria menção a “homens-bomba” atribui uma característica sonora, tal qual o grito: a explosão de uma bomba também desconcerta, desconcentra; também exige todo um conjunto de processos que culminarão na provocação de um estrondo que visa silenciar seus coenunciadores.

A imagem de *homem*, então, é montada a partir de uma força que se entende querer silenciar seu *Outro*, um dizer evocado de sentimentos, e esses dois elementos somam-se à força geral e socialmente atribuída à figura masculina: uma força pautada não apenas no corpo físico, mas também nas atitudes, nas paixões. Eis aqui a autoria do enunciador: ser homem é uma forma de materialização de ações, de sentimentos; daí *gritar* e *dizer* terem abarcado ações embutidas de força bruta.

É dado direito de resposta, por parte de EJ, ao enunciador que fala do lugar do refúgio. Primeiramente, ele é referenciado pelo nome do indivíduo. Sua força reside na identificação de seu nome, um componente elementar que permeia a inscrição de um ser-humano em uma dada comunidade. Nomes são a materialização de um determinado espaço em que práticas diversas são colocadas à tona no sentido de que podem fazer transparecer espaços enunciativos distintos a partir das características que compartilham e que os definem. Nomes japoneses, por exemplo, geralmente têm atribuições semânticas a seus referentes: *Sakura* significa flor de cerejeira, uma árvore cultuada por parte considerável da população japonesa, a ponto da floração ser manchete em jornais locais e haver toda uma rede de turismo ao redor desse período; dentre populações de língua anglo-saxã, em especial aquelas em que a língua inglesa é dominante, é comum que dias da semana e nomes de meses sejam, também, atribuídos às pessoas. Nomear é um aspecto essencial da vida em sociedade e, por tal, traz dimensões socioculturais a respeito daquele ambiente. Advém desse processo de denominação a força daquele que se defende contra a imagem “máscula” que profere “qualidades” ao enunciador refugiado.

Há, neste momento, uma instância de argumentação: o *homem* fala a partir de seu lugar de enunciação, delimitado por uma rede semântica não completamente compartilhada pelo seu coenunciador, que se insere no contexto de enunciação para proferir suas próprias considerações acerca do que é enunciado a seu respeito, isto é, acerca das imagens que são feitas sobre o lugar do qual lhe é possível enunciar.

A fim de defender o enunciador do âmbito do refúgio daquele que o ataca, o enunciaador-jornalista inscreve o primeiro em dois ambientes discursivos: o *vendedor* de esfirras, sob o prisma do empreendedorismo, e o *refugiado*, em consonância com sua condição jurídica. A integração do enunciador refugiado consolida-se nessas duas esferas da vida em sociedade reguladas pela instituição do Estado: condição jurídica e condição laboral. Enquanto refugiado, há destaque para dois momentos de inscrição de vozes: um discurso direto modalizado por aspas e seguido de nominalização (o refugiado) e outro, no mesmo molde, sem nominalização, cuja referência é retomável pela organização textual. Estando alocado justamente após o anterior, apresenta-se enquanto uma confirmação do enunciado anterior. Ambos, no entanto, são destacados do EJ pela fronteira enunciativa determinada pelas aspas, o que inscreve EJ em um espaço distante deste trazido à cena: ao passo que inspira uma interpretação baseada em fatos, distancia-se da autoria do que é colocado em evidência.

Por fim, há a inscrição de um enunciador que no espaço de enunciação do agressor (*em nome do agressor*). Esse enunciador é trazido ao texto da notícia sob a denominação *Muitos brasileiros*. A menção à nacionalidade como fator de pertencimento a um grupo específico aparece novamente (já havia sido referida nas notícias 3 e 6) e, neste ambiente de júri, o embate travado entre *brasileiros* e *não-brasileiros* é marcado por elementos que remontam às fronteiras nacionais: nome, enquanto um componente cultural associado ao lugar de enunciação e compartilhado pela sociedade que o sustenta; nacionalidade, determinada por um sistema de coeções legais (*jus sanguinis* ou *jus solis*)²⁰ estabelecido por cada Estado; e a inscrição de um indivíduo em situação jurídica que permitam trabalho ou estadia temporária em um determinado Estado, esfera também regulada pelo conjunto de leis e normas daquele local. Dessa forma, quando um enunciador se

²⁰ *Jus sanguinis*: atribuição de nacionalidade a qualquer indivíduo que tenha parentesco de primeiro grau com um ou dois nacionais de determinado Estado (varia de acordo com cada Estado). *Jus solis*: atribuição de nacionalidade a qualquer indivíduo que tenha nascido em um dado território, sem a obrigação de relação sanguínea com algum nativo.

inscreve no espaço de outro, de mesma nacionalidade, compartilha com ele todas as características que o tornam reconhecível enquanto membro de uma dada comunidade discursiva. Em um movimento adverso às ideias de *gritar* e *dizer* conforme enunciado pelo *homem não-identificado*, alocar *Muitos brasileiros* àquele contexto de enunciação para *pedir desculpas* visa modificar a imagem projetada pelo *homem* e construir uma nova imagem para aqueles que compactuam com a ação de *não-gritar* e que não compartilham da figura de que refugiados são *homens-bomba miseráveis que mataram crianças e adolescentes*.

Em outras palavras: quando EJ inscreve um grupo de enunciadores em um espaço que lhes é seu não-espaço, fá-lo para tentar projetar uma mudança nos processos de compreensão responsiva ativa e resposta ativa que podem surgir a partir do coenunciador de *homem*. Ao mesmo tempo, considerando que o *homem* é o *não-refugiado* e que, em sua fala, ele se assume brasileiro, e evidenciando-se o fato de que EJ inscreve todo um conjunto de coenunciadores que compartilham essa mesma característica de nacionalidade em um mesmo ambiente delimitado por fronteiras, *Muitos brasileiros* surge como defesa à comunidade que o *homem* projeta e com a qual compartilha alguns traços característicos.

Vê-se que, embora o texto da notícia dê espaço para que enunciator refugiado traga seu ponto de vista e defenda-se nos moldes jurídicos de uma acusação que lhe tenha sido proferida, duas vezes retomam a questão da proteção territorial com base na origem do enunciator. Há, neste ambiente, um embate polêmico entre lugares de produção de vozes e as permissões, de caráter enunciativo, que eles têm ou não para enunciar.

3.2.1.5 Notícia 7 – Cariocas formam fila em “esfirraço” em homenagem a refugiado agredido

A reportagem²¹ número 7 é uma resposta direta à 6. A notícia, publicada desde o dia 12 de agosto de 2017, demonstra a solidariedade brasileira frente a discursos intolerantes e atitudes desrespeitosas contra pessoas que trabalham de

²¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909497-cariocas-formam-fila-em-esfirraco-em-homenagem-a-refugiado-agredido.shtml>

maneira digna (ainda que em empregos que a maior parte da população não tem interesse em desempenhar). O sufixo “aço” ficou popularmente conhecido por denotar uma ação realizada simultaneamente por um grupo de pessoas em um mesmo lugar: daí o surgimento das expressões “beijaço”, “esfirraço”, etc. Surge, então, a ideia de que o texto será construído em cima de um estopim popular, em prol de uma causa.

Quadro 11 – Inscrição de vozes na notícia 7

<i>Nº do excerto</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Vozes do discurso</i>	<i>Marcador linguístico</i>	<i>Discurso</i>
1	Cariocas formam fila em “esfirraço” em homenagem a refugiado agredido	Não identificável. As aspas podem ser gramaticais ou uma citação indireta.	Aspas	DIL
2	Os cariocas formaram muita fila neste sábado no 'esfirraço' organizado em homenagem a Mohamed Ali, egípcio que foi hostilizado no Rio de Janeiro no início do mês.	Não identificável. As aspas podem ser gramaticais ou uma citação indireta.	Aspas	DIL
3	O convite para o evento, "Comer esfirra na barraca do Mohamed", foi feito no Facebook.	o evento “Comer esfirra na barraca do Mohamed”	foi feito aspas	RC
4	Mais de 11 mil pessoas haviam confirmado presença, e mais de 33 mil pessoas haviam manifestado interesse em comparecer	Mais de 11 mil pessoas Mais de 33 mil pessoas	havam confirmad o presença havam manifestad o interesse Discurso narrativizado	DIL
5	Segundo o empresário, foram vendidas três mil esfirras.	o empresário	Segundo	DD

			Discurso segundo	
6	"Graças a Deus o evento foi um sucesso e o Mohamed está a pessoa mais feliz do mundo", disse Benedictis.	Benedictis.	Disse aspas	DD
7	Todo mundo veio aqui dar um abraço nele. Foi uma coisa que ninguém imaginava que ia ser tão boa. Só tenho a agradecer todo mundo que veio dar um abraço, comprar uma esfirra. Todo mundo está ajudando na vaquinha, o que mostra que o brasileiro tem um coração muito bom", disse ao UOL.	[<i>Benedictis</i>]	Disse aspas	DD
8	"Agora meu coração está muito feliz com o Brasil. Muito obrigado a todo mundo", afirmou o refugiado.	o refugiado	afirmou aspas	DD
9	O egípcio que veio ao Brasil para fugir da guerra na Síria confessou que tem um sonho de montar um food truck.	O egípcio que veio ao Brasil para fugir da guerra na Síria	confessou Verbo dicendi + que	DI

Fonte: A autora, 2018.

O próprio título desta notícia apresenta uma inscrição de voz que demonstra embate: o “esfirração”, modalizado em aspas duplas, não deixa claro se está se referindo ao nome que foi atribuído ao evento (enunciação anterior à do EJ) ou se é a forma encontrada para descrever o tipo de evento. Chama ainda mais atenção que a modalização não siga o mesmo padrão na linha 2, embora se refira ao mesmo vocábulo, desta vez marcado com aspas simples. Do ponto de vista normativo, estas deveriam aparecer quando indicam uma inscrição dentro de um enunciado já modalizado em aspas duplas, no entanto o que se vê na linha 2 (e mesmo quando observada a totalidade do trecho de onde o excerto foi retirado), não há citação anterior em aspas duplas para que a grafia ‘*esfirração*’ seja necessária. Qualquer que seja tenha sido a motivação para isso, aparentemente trata-se de um discurso indireto livre, já que apresenta dúvidas quanto à origem enunciativa da voz introduzida pelas aspas.

Já na linha 3, há inscrição de um resumo sobre a forma como as pessoas foram convidadas (“foi feito no Facebook”), bem como a citação, marcada em aspas duplas, do nome do evento: “Comer esfirra na barraca do Mohamed.” Havendo sido

organizado em uma rede social, a citação é a transcrição literal do nome do evento. Isso distancia o enunciador-jornalista da responsabilidade de responder pelo nome do encontro, mas profere maior confiabilidade à informação veiculada.

Conforme apontado na linha 4, o evento teve bastantes adeptos: em discurso indireto são informadas, quantitativamente, as manifestações de presença e as de interesse. Ambas configuram-se enquanto possibilidades de um indivíduo em demonstrar emoções positivas a respeito de sua participação em um evento, mas, tendo ele sido organizado dentro de uma rede social (*Facebook*), tal contagem é possível apenas considerando tal suporte. Essa informação quantitativa é agrupada por um discurso segundo que está implícito no enunciado: se não fosse devido à informação veiculada pelo *Facebook*, oriunda de critérios e estatísticas adotados pelo *site* e aos quais não se tem acesso, provavelmente o organizador do evento jamais teria acesso à quantidade total de interessados e de confirmações para o encontro compartilhada nessa rede social. Trata-se, portanto, de uma construção discursiva que mantém a origem do enunciado implícita e que depende da compreensão do lugar de enunciação em que o sujeito está inscrito bem como do *modus operandi* deste lugar para que seja possível resgatar a marca de modalização desse enunciado; trata-se, então, de um relato indireto de uma situação: discurso narrativizado.

Outros momentos da notícia geram essa aproximação de vozes, como é o caso das linhas 5 (quantidade de esfirras vendidas), em discurso segundo, e 9 (sobre o desejo de empreender do refugiado), em discurso indireto, em que o enunciador-jornalista toma as enunciações originalmente feitas pelos sujeitos acima definidos e as assimila à sua enunciação, legitimando-as a partir de seu próprio lugar de enunciação.

Há, também, distanciamento de vozes, conforme identificado nas linhas 6 (sobre o sucesso do evento), 7 (sobre a empatia das pessoas e importância da participação no evento) e 8 (sobre as emoções sentidas pelo homenageado). Nestes casos, é adotado discurso direto modalizado em aspas. O distanciamento das vozes, no entanto, é alocado logo após um comentário tecido pelo enunciador-jornalista (no caso de 6, a citação é incluída justaposta ao conteúdo da linha 5; e no caso do conteúdo em 7, está logo após o da linha 6), o que indica que os discursos diretos estão contribuindo para dar fé acerca da informação veiculada pelo enunciador da notícia.

Das vozes elencadas ao longo do texto, observa-se prevalência de discursos ligados à área empresarial (“o evento”, “o empresário”), da sociedade civil (“mais de 11 mil pessoas”, “mais de 33 mil pessoas”, “Benedictis”) e sobre acolhimento humanitário (“o refugiado”, “o egípcio que veio ao Brasil para fugir da guerra na Síria”). Percebe-se uma estrutura próxima àquela pretendida pela legislação referente a refugiados, abarcando diferentes setores da sociedade. As vozes acima indicam a concretização de uma cena em que o governo tem seu poder reduzido enquanto suas ações prioritárias são arquitetadas pelos membros da sociedade detentores de recursos financeiros. A partir disso, tais membros mobilizam outros setores sociais em prol de um bem comum: promoção de direitos básicos à vida.

No que compete à construção do debate acerca do refugiado, encontramos as seguintes composições:

Quadro 12 – Vozes e recursos de modalização na notícia 7

<i>Vozes citadas</i>	<i>Recurso de modalização</i>
Esfirraço	Aspas
Esfirraço	Aspas
o evento “Comer esfirra na barraca do Mohamed”	foi feito
Mais de 11 mil pessoas	havam confirmado presença
Mais de 33 mil pessoas	havam manifestado interesse
o empresário	Segundo
Benedictis	Disse
[<i>Benedictis</i>]	Disse
o refugiado	Afirmou
O egípcio que veio ao Brasil para fugir da guerra na Síria	Confessou

Fonte: A autora, 2018.

Apesar do termo “esfirraço” aparecer sem que seja muito clara a voz do enunciador, ele está diretamente ligado a “o evento” porque o explica. Por sua vez, esse evento foi produzido por uma voz ligada ao empresariado (“o empresário”). A

imagem socialmente atribuída a propostas empresariais é que despertem não apenas interesse da sociedade, como também demonstrem sucesso em suas empreitadas, o que é sustentado pela quantidade de confirmações de presença e manifestações de interesse no âmbito do projeto.

Apesar do discurso empresarial ocupar lugar de destaque nesta notícia, ele acontece por vias variadas. As primeiras aparições deixam sua imagem um tanto quanto tímida – “esfirraço” – e entre aspas, como se reverberassem outra voz, outro contexto de uso; como se o termo fosse autorizado por uma voz cuja autoria é distinta.

Posteriormente, há introdução da voz passiva em *foi feito*, projetando um *por...* que é completado por “pelo Facebook.” No entanto, nota-se que *Facebook* é a plataforma através da qual é possível marcar uma agenda de encontros. A preposição “pelo” não indica autoria da ação. Essa quebra de expectativa marca o apagamento da figura do empresariado.

Confirmar presença e manifestar interesse são duas atitudes responsivas atribuídas como projeções ao ato de convidar. Constroem-se, então, duas instâncias: uma que atende positivamente ao ato primeiro de convidar e com cujo autor se compartilha uma determinada característica (vontade de estar presente) e outra que manifesta a mesma vontade, apesar de não responder integralmente ao que se espera do convite – embora compartilhe de determinadas propostas, não compartilha das práticas esperadas pelo ato. Isso não invalida a enunciação nem mesmo o sucesso esperado em termos de empreendimento. Até aqui, a imagem de sujeito empreendedor é pautada no retorno positivo que se receba em quanto a uma dada ação.

No que compete aos enunciadores “o empresário” e “Benedictis”, suas vozes se apresentam seguidas, respectivamente, de *segundo* (“o empresário”) e *disse* (DD introduzido por aspas com nominalização) e *disse* (DD introduzido por aspas e sem nominalização). Nessa construção, EJ prioriza alguma aproximação com enunciador, re-enunciando sua produção, mas mantendo a autoria do enunciado original (*segundo*) – no entanto, aloca o discurso segundo antes do enunciado. O enunciador modalizado passa a ser o enunciador-oráculo, que antecipa a enunciação que, no texto, é re-enunciada pelo EJ. Com isso, maior ênfase é concedida ao autor da enunciação, alocando a figura do empresariado como principal fonte de veracidade do discurso em questão.

Já com relação às inscrições de “Benedictis”, em uma há apagamento de sua referência em um momento do texto inscrito justamente após o discurso segundo. Com isto, o enunciador promove a afirmação de que o enunciado re-enunciado anteriormente é verídico. Isso também ocorre na segunda inscrição, em que há apagamento de autoria.

Em que se pese essa notícia ser uma resposta à notícia anterior, ela se apresenta enquanto uma instância nova da cena de júri que se apresentava na anterior. Desta forma, as atribuições a discurso direto introduzido por aspas denotam a veracidade de uma enunciação específica e a ausência de sua autoria pode ser entendida como um deslocamento de destaque, que não recai sobre defensoria ou promotoria, mas, sim, sobre o fato. Esse distanciamento não ocorre, no entanto, com a inscrição do discurso segundo previamente ao enunciado, já que, neste caso, a ênfase recai no enunciador: ele se defende ou ataca e essa ação assume caráter principal na cena que se desdobra. As estruturas modalizadoras têm papel primordial nessa composição: *segundo* e *dizer* apresentam uma “aura” de descrição, apresentação de dados e fatos, contra *grita* adotado pelo enunciador *homem não-identificado* da notícia 7, atribuindo ao empresariado (componente que não se relaciona com o *homem* e nem com o *refugiado*, mas se inscreve, destarte, no escopo dos *muitos brasileiros que pediram desculpas*) a imagem de um enunciador cujas emoções são controladas.

Nesse ambiente de embates entre o que é do âmbito do barulho e o que apresenta caráter controlado, a defesa de refugiado ou não-refugiado se apresenta aos moldes de um tribunal, ambiente em que a “ordem” e o tom regulado de conversas são essenciais ao andamento da análise que se apresenta. As ações relacionadas ao âmbito do empresariado concordam com essa esfera, apresentando-se ora enquanto o ato de enunciar, com menor força passional agregada às ações; ora enquanto o próprio dito, sem apresentar ecos que as acompanhem.

Ao fim da cena, encontra-se o enunciador refugiado, que “afirma”, em resposta a uma enunciação que exige certificação, e “confessa”, resposta que se espera em reconhecimento a uma enunciação previamente existente. Os atos de *afirmar* e *confessar* também são próprios da esfera jurídica: o primeiro é próprio dos discursos narrativizados; o segundo, inscrito em um conjunto de normas legais que concede algumas regalias àqueles que ajudem a desvendar o caso em questão,

promove o abrandamento da penalização direcionada a quem é considerado culpado de uma determinada transgressão.

E qual desvio terá o acusado feito? Se a condição jurídica que se lhe foi atribuída pelo EJ (“o refugiado”) não der conta de explicar seu lugar de enunciação e a maneira como ele se distancia do lugar de produção de tantos outros enunciados que, ao longo deste trabalho, foram sendo construídos ao redor e em relação a este enunciador, talvez uma outra instância possa ser capaz de fazê-lo: “O egípcio que veio ao Brasil para fugir da guerra na Síria”. A caracterização do enunciador provém de sua nacionalidade (inscrevendo-o originalmente em um *não-aqui*), cuja origem entra em embate com o lugar de produção de sentidos do *agora* (“Brasil”). Sua existência, corporal e linguística, é condicionada ainda a uma instância duplamente espacial e temporal: “guerra na Síria”. A guerra aconteceu no momento em que sua origem e sua espacialidade ocupavam um mesmo *terreno*, um mesmo ambiente do qual era possível enunciar. Quando um evento tornou suas produções inapropriadas àquela situação, foi necessário enunciar a partir de uma nova formatação: para tanto, distanciou-se da Síria, mas não de seu ambiente enunciativo, já que, compartilha com aqueles de *lá* traços de linguagem específicos, também já extensamente discutidos nas páginas anteriores. Apresenta-se, portanto, uma existência dupla: um *não-lá* que se faz *aqui*, um *aqui* que se origina *lá* e que projeta coenunciadores que sustentam ou afastam tais construções. Talvez sua transgressão seja esse duplo devir, essa historicidade característica do sujeito, essa passagem de um ambiente ao outro estando em um e em outro simultaneamente e projetando-se a um ou a outro nos momentos mesmos da enunciação.

Confessa-se um crime, mas também o amor, a vontade de ficar; confessam-se intenções e medos. No caso do enunciador refugiado que transita entre espaço e tempo para enunciar, confessa-se a vontade de ser parte de uma comunidade discursiva que sustente seu discurso. Neste momento, há um veredito: “tem um sonho de montar um food truck.” Ele se inscreve, portanto, na sociedade ao compartilhar enunciações que remetem ao discurso dos fortes, ao discurso de sucesso. Sua integração acontece pelo sucesso inerente ao fato de ser empreendedor de si, participando ativamente do processo de geração de sentidos no âmbito do discurso empresarial.

3.2.2. Vozes familiares na construção (da história) de refugiado(a)

Este item abordará duas notícias que se destacam das demais devido ao deslocamento que apresentam em relação ao conceito de cenas da enunciação. Debateremos essas nuances ao longo das análises abaixo.

3.2.2.1 Notícia 1 – Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em São Paulo

Esta notícia²² foi publicada no dia 03 de janeiro de 2016, alterada dia 15 de fevereiro de 2018 em decorrência de uma revisão de conteúdo: Malta fora mencionada como parte do território italiano, mas é, atualmente, um Estado independente, localizado ao sul da península itálica. A notícia é de autoria de Crispim Calonge, refugiado que mora no Brasil, e está alocada em um Caderno especial do editorial Cotidiano, disponível na versão *online* do jornal. O referido caderno é denominado “Minha história.”

Ao buscar que tipo de informações são relevantes para esta área do jornal, encontramos duas definições: uma, apresentada de forma resumida e disponibilizada nas buscas realizadas pela plataforma digital *Google* (Fig. 1); outra, um pouco maior, incluída no próprio *site* do jornal (Fig. 2). Ambas as figuras foram retiradas a partir do processo de *print screen* da tela e “coladas” no corpo do texto que se apresenta aqui. O acesso a ambas ocorreu no dia 05 de agosto de 2018.

Figura 1 - Como são definidas as notícias em “Cotidiano” conforme a plataforma de buscas *Google*?

Cotidiano: Trânsito, Educação e Concursos | Folha

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/> ▼

Leia as principais notícias de São Paulo e outras cidades brasileiras e fique informado sobre trânsito, transportes, tempo, crise da água e educação.

²² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1725318-angolano-foge-da-guerra-mora-na-rua-estuda-e-agora-ajuda-refugiados-em-sp.shtml>

Fonte: Google, 2018.

Ao procurar pela descrição do editorial Cotidiano no *Google*, precisei usar a tag “descrição” para chegar a um posicionamento, dentro do próprio *site* da Folha, que explicasse qual era o tipo de notícia normalmente atribuída ao referido editorial. Essa explicação está alocada no Portal Publicidade da página virtual da Folha e apresenta a seguinte definição:

Figura 2 - Que notícias aparecem no “Cotidiano” da Folha?

Cotidiano

O caderno Cotidiano faz a cobertura dos principais fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, ambiente, administração pública e comportamento.

O caderno também presta serviços ao leitor em seções como *Trânsito e A Cidade É Sua*. Em *Atmosfera*, encontram-se informações sobre a previsão do tempo no país, no Estado, na capital paulista, a qualidade do ar na cidade de São Paulo e das praias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O noticiário que circula com a edição São Paulo prioriza os acontecimentos da capital e a edição nacional contempla outras regiões do país.

Fonte: Folha de São Paulo, 2018.

Apesar de não haver menção explícita à situação do refúgio no Brasil, é possível que este tipo de conteúdo apareça diluído em áreas como saúde pública, educação, principais acontecimentos da capital de São Paulo, etc. Essa pressuposição, no entanto, é meramente isto: uma pressuposição, já que há algum apagamento da imagem do refugiado enquanto membro do cotidiano de um ambiente que, conforme elucidado na introdução, aparece como segundo lugar em quantidade de solicitações de refúgio. Já temos aqui, portanto, um coenunciador pressuposto para a leitura da notícia publicada em “Minha História:” alguém que não é refugiado.

A notícia é de autoria de Crispim Calonge, refugiado que mora no Brasil. “Minha história” traz cena genérica diferente daquela tradicionalmente atribuída às reportagens de jornal: em vez de apresentar um texto baseado no contato com diversas fontes, confirmando ou refutando determinadas informações, dialogando entre si através da inscrição de vozes por meio de discursos diretos ou indiretos, há narração sobre o caminho que trouxe a pessoa autora do texto até este país e o que o indivíduo tem feito profissional e socialmente por aqui. Não há enunciador do texto, senão narrador; a voz do refugiado é colocada em evidência através da inscrição de uma primeira pessoa narradora. Não há marcas de modalização em aspas ou em discurso segundo: há tão somente a versão do narrador da história.

Há, no entanto, elementos que ajudam a determinar a cena genérica. A finalidade da narrativa acima apresentada é conceder informação acerca de um conteúdo delimitado – neste caso, o sucesso de uma pessoa que, inicialmente, começa a narrativa em desvantagem. Em uma narrativa, inscrevem-se ações em um tempo pretérito – e, apesar de haver menções à historicidade dos processos pelos quais o sujeito, foco da narração, passou, há dualidade temporal no texto: aspectos do passado são adotados para conferir uma base que denota o lugar de enunciação do sujeito. Assim, ele não fala a partir de um momento *lá*, mas é a imagem apresentada no momento *não-agora* que tornou possível sua transformação no sujeito que ele é *agora*. Informa-se, com isso, o caminho a ser desenhado para que mudanças aconteçam, mas isso é feito a partir da inscrição de um relato em primeira pessoa. Apesar de ser um discurso narrado, que teria suas próprias coerções em termos de formatação, ele se inscreve em um suporte próprio do discurso jornalístico: um jornal. Portanto, sua apresentação também é moldada conforme orientações do referido suporte, a fim de atribuir à notícia uma formatação específica

que seja reconhecível pelos coenunciadores do jornal. Há, então, elementos que demonstram que, no texto em questão, trata-se de uma cena genérica que é uma notícia de jornal, embora a cenografia seja uma narrativa.

Talvez o próprio ambiente em que o texto foi publicado nos dê uma pista da rede de significações que emergem dessa situação. Ao entrar na página da Folha de São Paulo em que se encontra a seção Minha História, deparamo-nos com o seguinte conteúdo:

Figura 3- De quem fala “Minha História”?

The screenshot shows the 'Minha História' section of the Folha de São Paulo website. At the top, there is a navigation bar with 'MENU' and 'ASSINE' on the left, and the 'FOLHA DE S. PAULO' logo with three stars in the center. Below the navigation bar, the breadcrumb 'cotidiano > minha história' is visible. The main content area displays four news items, each with a small image, a 'MINHA HISTÓRIA' label, a headline, a short summary, and a date.

Item 1: Image of a man in a white t-shirt with a CD logo. Headline: **'A falta de familiaridade gera medo', diz rapper surdo**. Summary: Primeiro deficiente auditivo a ter contrato com gravadora grande, finlandês Signmark faz shows em SP. Date: 13.jul.2018 às 2h00.

Item 2: Image of a woman in a purple uniform in a hospital setting. Headline: **Era um tsunami de pessoas com pernas baleadas, diz médica brasileira em Gaza**. Summary: Anestesiologista relata maratona de atendimentos a palestinos baleados por soldados de Israel. Date: 21.mai.2018 às 2h00.

Item 3: Image of a man and a woman with flowers. Headline: **Quando você chega à cadeia, é muita lágrima, diz brasileira presa nos EUA**. Summary: Há 16 anos nos EUA e em vias de legalização, Lucimar de Souza relata os três meses na prisão. Date: 20.mai.2018 às 2h00.

Item 4: Image of a man in a hallway. Headline: **Ex-trafficante recupera jovens que aliciava para o crime**. Summary: Edilson Santos, 41, chegou a ganhar R\$ 200 mil por mês com crime; hoje responde pela segurança da Apac. Date: 11.mai.2018 às 2h00.

Fonte: Folha de São Paulo, 2018.

As narrativas nem sempre são relativas a circunstâncias que ocorreram em território brasileiro, mas, de alguma forma, dialogam com o Brasil, seja porque foram

protagonizadas por brasileiros(as) ou porque, de alguma forma, impactam a vida nesta sociedade. O que parece atravessar as histórias trazidas nesta seção é justamente o impacto que causam, baseado no ponto de vista neoliberal de que o esforço traz recompensas, mesmo se você estiver inscrito em um ambiente ou uma situação desfavorável. Neste espaço, dialoga-se com coenunciadores que julgam ser incapazes de atravessar determinadas barreiras; dialoga-se com pessoas que cometeram erros e tenham vontade de começar uma vida nova. Constroi-se, então, uma cena que privilegia ditos acerca do sucesso. Com isso, as notícias desta seção funcionam como palcos em que empreendedores de si veem a público para trazer relatos motivacionais almejando que outros conquistem seus sonhos ou saiam da situação negativa em que se encontram.

Há um *quê* de meritocracia no que liga os textos em questão, já que, por mais que abordem auxílios diversos a que os(as) narradores(as) tenham tido acesso – como é o caso da narrativa de Calonge, a determinação para superar adversidades a partir de si é o gatilho que valida a composição das narrativas presentes nessa seção. Isto é visto logo no início do texto, quando o enunciador-jornal procede a um resumo do que será descrito ao longo da notícia:

RESUMO Aos 16 anos, o angolano Crispim Calonge entrou sozinho em um avião sem saber o destino. Ele fugia da guerra civil que assolava seu país praticamente desde que tinha nascido. Parou na Itália e percorreu quase 20 países até chegar ao Brasil. Viveu nas ruas de São Paulo por nove meses, inclusive já aluno da USP. Hoje, empresário na área de idiomas, dá aula aos refugiados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016)

As escolhas verbais para a composição do resumo apontam para um processo de construção de si baseado nos deslocamentos pelos quais o enunciador-narrador precisou passar. Entenda-se aqui deslocamento no sentido semântico: não se trata apenas de uma mudança geográfica no contexto de enunciação do narrador, mas uma mudança de representação de si baseada no contexto em que o narrador se inscreve. Dito isto, note-se que os elementos verbais ajudam a compreender essas mudanças acerca da imagem do indivíduo refugiado: o fato de que o narrador “entrou sozinho em um avião” enquanto “fugia da guerra” indica a bravura de se distanciar da origem de seus problemas; o percurso empreendido até “chegar ao Brasil” agrega ao indivíduo destemido a imagem de viajante. A imagem do indivíduo-empREENDEDOR que busca soluções para sua vida encontra um momento de revés

em “viveu nas ruas,” que representa o oposto do sucesso. Assim, a construção da imagem de refugiado pelo enunciador-oráculo (DEUSDARÁ; ROCHA, 2017) presente no resumo descreve um sujeito cuja valentia desemboca em desfortuna.

Quadro 13 – De destemido a desafortunado

Marca linguística	Imagem construída acerca do refúgio
entrou sozinho em um avião	Destemido
fugia da guerra civil	
Parou na Itália	Viajante
percorreu quase 20 países	
chegar ao Brasil	
Viveu nas ruas	Desafortunado

Fonte: A autora, 2018.

A imagem de refugiado não se esgota em seu momento de infortúnio. Através de grupos de elementos *dicendi*, mais especificamente grupos nominais, (DEUSDARÁ; ROCHA, 2017), é possível verificar que duas inscrições no resumo apontam para uma nova imagem de refugiado. Em “Viveu nas ruas de São Paulo por nove meses, inclusive já aluno da USP,” a composição “inclusive já” tem suprimido o verbo *ser*. Essa estrutura aponta para um *durante*, alocando temporalmente a condição de aluno de uma universidade ao momento ao qual estava morando nas ruas, instaurando um *agora* à enunciação. Ao mesmo tempo, ao deixar claro que o indivíduo frequentava curso superior (e não em qualquer ambiente: em uma das mais prestigiosas universidades do mundo), há um movimento de transição temporal: *agora* é o momento em que ele é morador de rua, mas sua inscrição em uma universidade de renome projeta uma expectativa de que essa condição se altere – movimento que encontra resposta em “Hoje, empresário” (cujo verbo *ser* também foi suprimido), que deixa à mostra um *agora* de sucesso. O movimento de um *agora* que projeta um *futuro* também pode ser percebido em “fugia da guerra”, já que é próprio do verbo *fugir* a tentativa de mudança de uma data situação. Tanto em “fugia da guerra” quanto em “inclusive já aluno” há uma expectativa de resposta. A resposta de “inclusive já aluno” é “hoje, empresário”, que também demonstra um trânsito, desta vez na esfera dêitica de pessoa: um *eu* que transita de dedicado a alguém que colhe os frutos de seu esforço.

Frente ao exposto, o oráculo re-enuncia os ditos originais que serão trazidos pela notícia-narrativa, traçando os deslocamentos de sentido que embasarão a construção da imagem de refugiado.

Quadro 14 – Projeções enunciativas na notícia 1

Marca linguística (grupos de elementos <i>dicendi</i>)	Imagem construída acerca do refúgio	Momento de enunciação
entrou sozinho em um avião	Destemido	Agora
fugia da guerra civil		Agora que projeta um futuro
Parou na Itália	Viajante	Agora
percorreu quase 20 países		
chegar ao Brasil		
Viveu nas ruas	Desafortunado	
inclusive já aluno da USP	Dedicado	Agora que projeta um futuro
Hoje, empresário na área de idiomas,	Vitorioso	Agora

Fonte: A autora, 2018.

Ainda, o enunciador-oráculo (DEUSDARÁ; ROCHA, 2017) marca um embate de vozes no espaço da notícia: o enunciador-refugiado *pode* submeter um texto para publicação no jornal em vista da permissão que lhe é dada por essa instituição. Não há informações, no entanto, acerca do que permitiu essa submissão: pode ter sido uma carta enviada a uma seção em que os leitores possam ter suas mensagens publicadas no jornal; também é possível que o texto tenha surgido de uma demanda apresentada pela editoria do jornal. Sem esta informação, resta-nos olhar para uma inscrição de permissão no texto, marcada pelo resumo: ele é composto pela voz do próprio enunciador-jornalista re-enunciando o que foi dito originalmente e que será trazido ao longo do texto. O resumo valida o conteúdo publicado ao mesmo tempo em que promove transparência ao coenunciador do EJ pela garantia de que a informação do resumo encontra reflexos no texto.

Elencamos, na tabela abaixo, os momentos em que há inscrição das diversas vozes no texto em questão. Devido à cena genérica destoante, observamos que os

marcadores linguísticos que indicam inscrição de vozes nem sempre se configuram em verbos *dicendi*, bem como as modalizações também ocorrem de maneiras distintas.

Quadro 15 – Inscrição de vozes na notícia 1

<i>Nº do excerto</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Vozes do discurso</i>	<i>Marcador linguístico</i>	<i>Discurso</i>
1	Perdi meu irmão de vista e avisei a minha mãe que iria embora.	Narrador	Avisei que + verbo	DI
2	Entrei na aeronave falando inglês para fingir que era estrangeiro.	Narrador	Falando verbo dicendi + compleme nto	DI
3	Mas respondi que estávamos na guerra e que não tinha documentos.	Narrador	Respondi verbo + que	DI
4	Sou das tribos Luba [Congo, de onde vieram meus pais] e Tchokwé [Angola, onde nasci].	Não é possível identificar se a inscrição em colchetes é do narrador ou enunciador-jornalista.	Colchetes	DD
5	Na "Terra Nova" [centro de acolhida para refugiados], dou aula para budista, católico, muçulmano.	Não é possível identificar se a inscrição em colchetes é do narrador ou enunciador-jornalista.	Colchetes	DD
6	Em uns 15 dias tinha uma namorada russa [risos].	Enunciador-jornalista	Colchetes.	DD H
7	O dinheiro acabou e aí conheci a pobreza. Morei na rua por nove meses, embaixo da ponte Eusébio Matoso [zona oeste da cidade].	Enunciador-onisciente	Colchetes.	DIL
8	Tomava banho no CPUSP [Centro de Práticas Esportivas da USP] e ia para aula.	Enunciador-onisciente	Colchetes.	DDH
9	Com uma namorada brasileira, mãe do meu	Enunciador-	Colchetes.	RC

	filho mais velho, Oluwasheun ["obrigada Deus", em tchiluba; ele também tem uma filha bebê chamada Ayodele, que significa "alegria que chegou em casa"], passei a morar no Crusp [moradia estudantil].	jornalista e enunciadononisciente	Aspas e colchetes	(aspas) e DDH (sem aspas)
10	... passei a morar no Crusp [moradia estudantil].	Enunciadorononisciente	Colchetes.	DDH
11	Quando entrei na USP, a gente era barrado na porta com um "pois não?"	Instituição.	"pois não?" aspas	DD
12	Eu respondia que estava indo para a aula.	Narrador.	respondia verbo dicendi + que	DI
13	É aqui que entro em um restaurante com a minha mulher e o garçom me pergunta se eu sei o preço dos pratos.	Narrador.	pergunta verbo dicendi + se	DI
14	Minha família se espalhou pela Europa na guerra, mas quase todos voltaram para Angola [o conflito acabou em 2002].	Enunciadorononisciente	Colchetes.	DIL
15	Sou "do mundo".	Não é possível identificar se a inscrição em colchetes é do narrador ou enunciadononisciente.	"do mundo" aspas	DIL
16	Se viver no Brasil é difícil, imagina para quem larga tudo e chega aqui sem falar português?	Narrador.	Falar verbo dicendi	DIL

Fonte: A autora, 2018.

Consideramos que o texto inteiro traz a inscrição da voz do enunciadononisciente (tratado, adiante, por narrador) porque o texto foi articulado majoritariamente em primeira pessoa e traz verbos no pretérito, indicando uma narração. Essa organização assemelha-se a um diálogo, convida o leitor para uma conversa entre ele, o refugiado (*eu*), e o próprio leitor (*tu*). Essa organização causa aproximação entre enunciadononisciente e enunciatário, favorecendo a geração de sentimentos, como empatia, ao passo que as mazelas pelas quais o narrador passou

são contadas de maneira tão “informal.” A informalidade na relação entre enunciador e seu coenunciador se apresenta como a maneira pela qual é possível enunciar. Ao fazê-lo, o enunciador atualiza o espaço em que se inscreve: enquanto para o enunciador-jornal a informação é transmitida a partir de um lugar mais estável, no sentido de que o coenunciador tem menor participação no processo de geração de sentidos acerca de uma notícia, na enunciação que se origina em um narrador o coenunciador tem papel fundamental na construção de significados: ele é parte constitutiva daquele espaço, porque a transmissão do conteúdo é feita sob uma perspectiva de diálogo. O narrador da notícia implica um uso de língua específico para sua forma de enunciar: há de se abarcar seu outro, assim como se supõe em uma contação. Esse modo de enunciar que transforma as relações que se constroem no interior de uma língua, evidenciando novos usos e novos sentidos para o dito, é denominado código linguageiro (MAINGUENEAU, 1997), dispositivo importante para conceituar a definição de um posicionamento, o tom que surge em dado discurso – neste contexto, um tom informal, de conversa.

O contexto acima funciona como um mecanismo de embreagem no leitor, proporcionando-lhe a oportunidade de aproximar-se do narrador, compreender seu ponto de vista e negociar sentidos com ele. Não se trata, aqui, de um leitor que se baseia no conteúdo informado por terceiros; o leitor é um ator importante do processo dialógico instaurado neste tipo de notícia, absorvendo o conteúdo diretamente da “fonte original”, decodificando-o e o interpretando dentro do seu próprio quadro de concepções e enunciações prévias. Dessa forma, o leitor tem a sensação de estar formando sua opinião de maneira transparente, sem interferências oriundas da interpretação de editores ou jornalistas, os quais poderiam colocar em cheque suas considerações acerca do texto.

Sem questionar a origem dos dados apresentados, sem demandar acesso às fontes consultadas pelo jornal, já que, em ambos os casos, há apenas uma fonte e uma origem transcritas diretamente no texto do jornal, o leitor cria sentidos junto com o jornal, concorda com ele ou discorda dele não apenas pelo conteúdo, mas pela associação entre título, resumo e conteúdo. Se tudo estiver presente no relato, cria-se um espaço verídico de informação, em que o relato em primeira pessoa coincide com a manchete e o resumo veiculados pelo jornal, o que parece confirmar o relato. Logo, enquanto a narrativa projeta empatia no leitor, a organização do texto garante a fidelidade das informações lidas pelo leitor. Por isso, ambos podem ser

caracterizados como mecanismos de embreagem, pois projetam emoções no enunciatário.

Das emoções causadas pelo enunciador-jornalista, há, ainda, outros indícios. Ao longo do texto, foram observadas inscrições em colchetes que denotam vozes diversas. Por vezes, é complicado destacar uma ou outra, como ocorre nas linhas 4, 8, 10 e 14, em que informações extras são informadas ao leitor, em um movimento de pressuposição de que ele não tenha conhecimento sobre aquele dado específico. Tais explicações ocorrem sem que haja interferência maior no discurso direto do narrador e deixam dúvida sobre qual voz teria sido incluída ali sem tantas modificações: pode ser o enunciador que faz parte do corpo editorial do jornal incluindo um dado que talvez não seja de conhecimento de todos ou pode ser o narrador explicando tal dado sob o mesmo argumento. Não há informações sobre a forma de obtenção do relato em primeira pessoa, o que torna a identificação de vozes pouco clara neste contexto. Na linha 4, inclusive, a inscrição ocorre pelo uso de primeira pessoa, consistente com o restante do relato, enquanto as demais estão em terceira pessoa. Por outro lado, essa dificuldade também é uma maneira de criar um ambiente propício à aceitação da narrativa pelo leitor, já que são reduzidas as chances de consciência da manipulação do texto, esta em seu sentido mais estrutural.

No entanto, outras inscrições em colchetes deixam mais nítida a interferência do enunciador-jornalista. É o caso das linhas 5, 6, 7, 9 e 10. Trataremos deles em parágrafos específicos.

O conteúdo da linha 5, “‘Terra Nova’ [centro de acolhida para refugiados]” marca o local de trabalho do narrador. Destaque-se que, diferentemente da inscrição da linha 4, em que há marcação em primeira pessoa, esta encontra-se em terceira pessoa. A polifonia não permite diferenciar claramente se o conteúdo foi introduzido pelo próprio narrador ou se é um dado incluído pelo enunciador-jornalista. No entanto, aspectos como o motivo pelo qual essa informação foi trazida à tona podem dar pistas sobre o enunciador de tal dado. A quem interessa saber o que é a “Terra Nova”? Projeta-se enunciatários que desconhecem o projeto, sendo eles refugiados ou não, e a proposta de explicar o conceito do lugar serve como mecanismo de alocar os leitores naquele espaço, marcando sua função na sociedade. Por outro lado, também pode indicar uma entrevista gravada, em que uma explicação extra teria sido dada pelo narrador e ela poderia ter sido resumida e incluída, pelo

enunciador-jornalista, da forma como foi apresentada, a fim de interferir o mínimo possível no discurso direto em primeira pessoa, marcante ao longo da narrativa. O fato é que a informação do que é a “Terra Nova” é oriunda de uma enunciação prévia, cuja voz não foi marcada nos colchetes, o que gera a dúvida no leitor sobre qual seria a autoria do trecho em questão. Por outro lado, a menor interferência do jornal leva o leitor a ter mais fidelidade no conteúdo do texto.

Na linha 6, informa-se que o narrador riu. Isto também pode indicar que a narrativa foi gravada e que o texto enviado ao jornal pode ser uma transcrição do conteúdo gravado (o que denotaria uma menor interferência por parte do enunciador-jornalista, que, a princípio, apenas *transcreveu* o conteúdo, sem proceder a alterações), mas, independentemente de como a narrativa tenha chegado ao suporte escrito, há uma maior interferência do enunciador-jornalista nesta parte, já que ele, propositalmente, inscreve uma emoção do narrador no texto. Desta forma, uma nova projeção passional é gerada no leitor: ele não apenas cria empatia pela história de desventuras e superação trazida pelo refugiado como também aproxima-se dele em momentos de menos formalidade, como risos – possivelmente rindo junto no momento em que esta inscrição aparece no texto. Essa conjuntura nos leva a identificar a voz deste trecho inscrita como um discurso direto híbrido, já que não é o texto *ipsis literis* que foi enunciado pelo narrador, mas a ideia mantida é próxima em sentido a essa enunciação original ao passo que há tentativa de incluir essa informação sem alterar tanto o conteúdo originalmente enunciado.

A linha 7 traz uma informação a cerca do local de moradia do narrador aparece, e isto levanta algumas questões: por que é importante saber em qual zona da cidade está localizada a moradia temporária do enunciador? Para quem é importante saber disso? O leitor de São Paulo talvez conheça a ponte de que trata o narrador, mas outros, da mesma cidade, talvez não a conheçam; por outro lado, leitores de outras cidades ou estados talvez não tenham qualquer conhecimento acerca da localização desta estrutura. A inscrição serve, então, para localizar o leitor geograficamente dentro do espaço urbano da cidade de São Paulo. Por outro lado, isso também gera emoções, pois a zona oeste da cidade, em que está localizada a ponte em que o refugiado morou durante um tempo, é atribuída à área mais economicamente privilegiada da região, abarcando bairros como Alto Pinheiros, Morumbi e Butantã. Com isso, cria-se uma tensão de vozes entre o que é enunciado pelo narrador (“conheci a pobreza”) e a informação de sua localização. Como é

possível que haja pobreza na zona mais opulenta da cidade? Isso gera uma resposta ativa do leitor, que, indignado, tende a reiterar a aprovação que tem quanto ao narrador. A forma com que ocorre a inscrição de emoções na linha 7 é mais branda do que na linha 6, no sentido de que não deixa tão clara a manipulação estrutural do texto, no entanto o objetivo de criar empatia no leitor parece manter-se igual.

Já na linha 9, há diversos sentidos sendo disputados nas inscrições em colchetes. Há duas inscrições e que foram alocadas, cada uma, nas linhas 9 e 10 da tabela, mas são partes de um mesmo trecho, por isso trataremos de ambas aqui. A explicação “[‘obrigada Deus’, em tchibula]” parece remeter a uma polifonia, em que o conteúdo em aspas pode se referir tanto à voz do narrador explicando o conceito do nome ou do próprio enunciador-jornalista, fazendo o mesmo e trazendo à memória a voz do narrador, já que o entendimento dessa língua somente seria possível, dentro do espaço discursivo em questão, se o narrador informasse isso primeiramente. Assim, há um possível resumo com citação neste trecho, em que a enunciação do narrador é trazida como forma de compor a explicação conduzida pelo enunciador-jornalista.

Esse mesmo recurso aparece na sequência: “ele também tem uma filha bebê chamada Ayodele, que significa ‘alegria que chegou em casa’”, em que a inscrição de *e/e* indica, claramente, a voz do enunciador-jornalista distanciando-se do narrador e trazendo, segundo a voz daquele (marcada entre aspas), o conteúdo que o jornal pretende veicular. Já a informação entre colchetes e sem aspas ao final da linha 9, que foi alocada na linha 10 por compor uma nova inscrição de vozes na narrativa, traz uma explicação próxima em estrutura daquela apresentada nas linhas 5 e 7: a quem interessa saber o significado de Crusp? Por que isso é importante? A moradia estudantil da Universidade de São Paulo deveria ser um espaço, conforme o nome pressupõe, para alunos que não tenham condições de residir em São Paulo, mas é usada como espaço para que políticas (que deveriam, a princípio, ser conduzidas pelo poder público) possam ser concretizadas com fins de auxílio humanitário internacional. Isso também é um mecanismo de embreagem de paixões no leitor, que tende a responder a essa informação posicionando-se contra ou a favor do uso feito do referido espaço. Por outro lado, leitores que não estejam a par dos ambientes da USP podem enteirar-se a partir do conteúdo introduzido entre colchetes, participando do processo de produção de sentidos junto do EJ.

Não nos parece válido que o narrador tenha, deliberadamente, explicado a localização da ponte em que morava ou o significado de Crusp, uma vez que, estando naquelas comunidades discursivas (uma, que conhece a referida ponte; outra, que participa da vida estudantil da universidade), é mais provável que o narrador entenda o leitor como um possível membro dessas comunidades. Isso é uma projeção feita unicamente a partir de lugar de enunciação em que se inscreve o narrador, a única projeção possível dentro de sua perspectiva. Similarmente, houve projeção por parte do enunciador-jornalista, segundo a qual há pessoas que talvez não estejam inscritas em tais comunidades e precisem partilhar de alguma informação presente nelas para que compreendam totalmente o sentido que o narrador tentou atribuir à história. Isso gera as diferentes vozes trazidas nas inscrições em colchetes desta estrutura textual e só é possível compreender as nuances entre cada uma se for analisado o ponto de partida da enunciação de cada um desses sujeitos.

Diante dos dados acima, os eventos em colchetes nas linhas 9 e 10 demonstram-se oriundos de um discurso direto livre, já que trazem à superfície a voz de um enunciador que não é o do jornal embora seja o enunciador-jornalista o responsável pela validação dessa voz. Isso denota uma figura que toem conhecimento do que é enunciado e compartilha esse conteúdo com seu coenunciador, presumindo que ele não conheça o assunto em questão. Isso evidencia a figura de um enunciador diferente do enunciador-oráculo, que antecipa o que será trazido pela voz de outros enunciadores. Trata-se aqui de um enunciador-onisciente, que detém o conhecimento necessário para tornar possível a produção de sentido por parte de seu coenunciador.

Com efeito, pode-se observar em 7, 8, 9, 10 e 14 que o enunciador-onisciente projeta duas instâncias dêiticas à notícia:

- a) Dêixis espacial – enunciador entende que seu coenunciador pode não reconhecer todas as características de um *aqui*, sendo este o lugar do qual enuncia. Nessa perspectiva, *aqui* se refere a pelo menos duas inscrições discursivas distintas: a que domina os elementos descritos na narrativa em idiomas distintos do português e aquela que dá sustentação a discursos nos quais o narrador se inscreve (explicação sobre siglas, ambientes da cidade).

- b) Dêixis pessoal – a ausência de aspas em um enunciado inscrito entre colchetes em um contexto orientado por observar a quem se destina a informação introduzida na forma de modalização dá pistas sobre o *eu* que compõe aquele enunciador. Este *eu* detém o elemento cognoscível que, imagina, seu coenunciador e o narrador talvez não detenham. A partir de sua inscrição em seu lugar de enunciação (aquele que se difere do *não-eu*), ele entende que essas informações são imprescindíveis para a compreensão do que é veiculado e as deixa à mostra.

Nas linhas 11 e 15, o narrador inclui em sua enunciação elementos de vozes distintas, os quais são marcados pelo uso de aspas. Na linha 11, tal recurso gráfico é usado para indicar uma voz atribuída a uma postura de uma instituição (USP) acerca da presença do narrador enquanto aluno e cria um efeito de distanciamento entre ação e narrador (no tempo da enunciação, um enunciatário). Na linha 15, as aspas são empregadas com o objetivo de marcar uma expressão compartilhada por membros de uma sociedade: cidadão do mundo. Neste caso, o recurso gráfico pode ter sido para marcar a polifonia de vozes, indicando que o narrador não é o enunciador primeiro desta expressão, da qual se apropria dizendo “Sou ‘do mundo’”, em um movimento de aproximação entre enunciador original e o conteúdo do narrador. Apesar do distinto efeito de sentido que criam, as aspas são um conteúdo de complexa análise aqui, já que podem indicar vozes outras (linha 14) ou até mesmo uma intervenção maior do enunciador-jornalista, marcando metáforas usadas pelo narrador e adaptando o texto aos requisitos estilísticos do jornal. Dessa forma, a metáfora pode ser tanto um mecanismo de aproximação (caso tenha sido incluída pelo narrador, marcando um posicionamento dele) quanto de distanciamento (caso tenha sido incluída pelo enunciador-jornalista, marcando algo que não está em seu sentido denotativo, fazendo com que o leitor perceba isso e coloque em operação estratégias de concordância ou discordância quanto ao conteúdo veiculado).

Outros movimentos de inclusão de vozes são mais suaves em seus processos de atribuição de sentidos e estão ligados, diretamente, à questão dialógica da narração. Um deles, por exemplo, é o conteúdo da linha 12, resposta em discurso indireto para o conteúdo da linha 11. Sem aspas marcando exatamente o conteúdo proferido, o narrador projeta menos emoções no leitor do que na inscrição com marcas gráficas, porém a produção de sentidos aqui está condicionada à

compreensão das emoções atribuídas em 11. Neste caso, o uso de aspas em 11 marca uma adversidade que se apresentou ao narrador e da qual pretende se afastar enquanto que a resposta a ela é apresentada puramente, sem distanciamento, porque é o conteúdo do qual pretende se aproximar o narrador e que denota sua integração à sociedade: poder participar das aulas em uma instituição de ensino superior.

Terá sido coincidência que o sentido de integração acima descrito seja similar àquele entendido pela Lei 9.474/1997²³, Artigos 43 e 44, segundo o qual a integração do sujeito refugiado deve ser facilitada para ingressos em instituições de ensino em decorrência da situação desfavorável em que ele se encontra durante a vigência de sua condição junto ao governo brasileiro? Neste momento, talvez haja uma aproximação entre discurso empresarial e discursos do âmbito social em resposta às demandas não garantidas pela União. Nos tempos temerosos que temos vivido, direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado (em vistas do que está inscrito em documentos como a Constituição Federal de 1988²⁴, cf. Art. 3; Art. 21, inc. IX e XX; Art. 23, inc. IX e X; Art. 24) têm sido cada vez mais transferidos para o âmbito individual. Assim, a pessoa tem se tornado responsável pela garantia de seus direitos mais fundamentais, objetivo possível pelo empreendedorismo de si. Em vistas da ineficiência do Estado na promoção de direitos, discursos que denotam a potência do trabalho na vida em sociedade distanciam a União do lugar de provedora, inscrevendo-na no âmbito de legisladora.

Esse posicionamento está em muito ligado a ideias neoliberais. A inscrição dessas enunciações em um ambiente como o jornal, essencialmente um palco em que diversas vozes são agrupadas em prol de um efeito de sentido específico, é um indicativo de que estas enunciações, bem como outras, anteriores, têm sido cada vez mais colocadas em evidência, respondidas e reinterpretadas, e ganham força quando encontram coenunciadores que sustentam os sentidos que emanam desta conjuntura discursiva.

No que tange às imagens discursivas acerca dos indivíduos refugiados, devido à cenografia de narração em primeira pessoa, a imagem é construída a partir de um elemento de validade da enunciação o qual é difícil de ser contestado pelos

²³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em 05 ago. 2018.

²⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 05 ago. 2018.

coenunciadores: o próprio enunciador, inscrito em uma dada comunidade discursiva, atribui a ela certos predicados que são próprios do narrador..

Ao narrador, é dado maior espaço para sua produção, o que está de acordo com os requisitos básicos do gênero narrativa. Os verbos *avisar*, *responder* e *perguntar* indicam ações inscritas em uma cena de debate em que os processos de compreensão ativa e atitude responsiva ficam latentes. Não apenas isso: *avisar* apresenta sentido de consciência sobre um específico tema que se pretende colocar à mostra para seu coenunciador, o que premedita a existência de um enunciador-sapiente e aceita como enunciador possível no lugar de enunciação no qual se encontra. Há, ainda, alguma performatividade no que compete ao uso do verbo *falar*. Tal ação indica o ato em si, porém os complementos *inglês* e *português* alocam o enunciador em duas esferas distintas, cada uma com base no idioma adotado. Sendo dois idiomas distintos, não apenas a gramática mostra-se diferente, como também as simbologias, os aspectos culturais e históricos que tornaram o conjunto linguístico daquela região específica possível, todos os componentes que dão sustentação para que a comunicação aconteça em uma língua ou outra são diferentes. Por esse motivo, falar inglês e falar português inscreve o narrador em duas comunidades distintas; tem valor performativo no que tange à integração do sujeito às mesmas comunidades.

Apesar de haver certa consciência por parte do narrador, é o enunciador-onisciente que se apresenta como detentor de todas as informações acerca de diversos universos discursivos: transita de informações sobre a cidade de São Paulo até o significado de palavras em uma língua bantu falada na República Democrática do Congo (tshibula). Suas inscrições são pautadas, no entanto, pela modalização em colchetes, uma tentativa de suavizar sua entrada. Pela construção em primeira pessoa, é possível que o uso de colchetes vise reduzir a percepção do coenunciador acerca das inscrições de explicações sobre dados a princípio não constantes do texto, mas que são importantes para a sua compreensão.

Há, portanto, duas instâncias de sapiência: a primeira, o próprio narrador, aquele que detém todo o conhecimento acerca do assunto tratado e o torna visível através do uso de elementos linguísticos em primeira pessoa; a segunda, o enunciador-onisciente, que não participou do processo narrado, mas deixa à mostra alguns elementos fundamentais para compreender a narração. O narrador fala a partir de seu espaço discursivo, não se inscrevendo no espaço do seu coenunciador;

quem o faz é o enunciador-onisciente, que reconhece um espaço “em branco” entre narrador e coenunciador do texto e o preenche com aquilo que julga ser importante para tornar possíveis os processos de compreensão e responsividade.

O uso de colchetes não está atrelado apenas ao narrador-onisciente, já que, por vezes, mostrou-se complexo e desafiador entender qual voz estava se fazendo presente nos trechos 4 e 5, discussão abordada nas páginas anteriores. Mostra-se claro o uso atribuído aos colchetes: enquanto no enunciador-onisciente ele é uma marca de tenta ao máximo se esconder, minimizar o impacto que tenha na leitura, em 4 e 5 os colchetes apresentam força enunciativa, ficam mais nítidos. Isso ocorre pela inscrição em primeira pessoa no conteúdo entre colchetes. Ora, fosse apenas a voz do narrador, não haveria necessidade de recobrir o enunciado. Essa inscrição demonstra uma vontade de manter aquele sentido mais apagado em relação às demais informações do texto, como se fosse apenas um detalhe – mas seu conteúdo trata justamente de elementos imprescindíveis à compreensão do sujeito narrador: sua origem, sua historicidade.

Qualquer que tenha sido o autor desta enunciação, o movimento é claro: alocar o coenunciador em um espaço no qual não se inscreve originalmente para que entenda determinados processos é importante, mas fazer isso requer inscrição de um enunciador daquela comunidade discursiva no conjunto de textos da comunidade à qual ele se refere. Enuncia-se apenas a partir de onde se pode enunciar, caso contrário o enunciador ou coenunciador seriam transgressores. Encontra-se uma nova formatação, em que é preciso deslocar-se espacialmente, alocando um sujeito temporariamente em uma comunidade discursiva dada para que, a partir dela, inscreva seu Outro nela. Isto nos remete às questões acerca da nacionalidade e origem étnicas de sujeitos anteriormente descritos: traçar fronteiras reforça ações de controle acerca do que pode ou não emanar de um dado ambiente. A marca tipográfica de colchetes denota, pois, uma fronteira entre quem tem o poder da enunciação (narrador, por inscrever elementos em primeira pessoa como “meus pais” e “nasci” no âmbito em análise) e quem deve ser inserido naquele conteúdo.

Duas inscrições de vozes são feitas por aspas: em uma, não é possível ter certeza acerca do enunciador (trecho 15), conforme já destrinchado acima. No outro, no entanto, a voz da instituição é marcada por um “pois não?” que volta nosso olhar para a ação que promove. O dito em questão é acompanhado do que acometeu o narrador: ser impedido de adentrar um determinado local. Enquanto ato

performativo, “pois não?” pode significar tanto uma proposta de auxílio quanto uma forma de chamar a atenção de alguém e, a partir disso, ponderar se a presença daquele indivíduo é possível no ambiente no qual se propõe estar. A compreensão da linha tênue que divide ambos cenários é indicativo de integração à rede discursiva que compartilha desses elementos e os coloca para funcionar nos momentos em que se lhes parece adequado.

Vê-se, com isso, que a coerção sofrida no âmbito institucional (na figura de uma universidade pública – a princípio, pensada para se voltar à sociedade civil) pelo narrador aconteceu pela inscrição de um elemento que transforma uma cena de acesso a caminhos em uma cena de bloqueio destes. O destaque em aspas confere estatuto de verossímil ao enunciado.

Por fim, deve-se atentar à figura do enunciador-jornalistaista, que se apresenta em apenas dois momentos (6 e 9, conforme já mencionado). A pouca menção ao âmbito do jornal indica menor interferência desta instituição no conteúdo veiculado e promove uma esfera de aceitação menos crítica acerca do texto, já que, com menos interferência e com discurso produzido em primeira pessoa, as chances de apontar para manipulações por parte da instituição à qual o enunciador-jornalistaista se vincula são menores. Essa estratégia promove uma falsa ideia de transparência – falsa porque há outras inscrições que comprovam alguma interferência, como é o caso do enunciador-onisciente, e falsa também porque, estando inscrito em um jornal, o texto passa pelo crivo de uma equipe editorial que permite ou não a circulação daquele texto. A partir do momento em que há impressão em um jornal, aquele texto demonstra compactuar com uma ou um conjunto de determinadas características das quais todos os enunciadores do jornal também compartilham, criando, desse modo, uma rede institucional, uma comunidade discursiva, que sustenta o discurso jornalístico.

3.2.2.2 Notícia 3 – Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe

Esta notícia²⁵ foi publicada no dia 21 de março de 2016. É possível dividi-la em três partes. A primeira, de um parágrafo, é um resumo do que será apresentado ao longo do texto:

Cercados por comida, música e dança árabe no Brasil, jovens dessa comunidade têm renovado seu interesse pela cultura dos ancestrais. Contribui para o aumento da curiosidade o fluxo recente de sírios para cá, fugidos do conflito no país. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016)

A introdução ajuda a guiar a leitura do texto. As outras partes são: um panorama da imigração de árabes para o Brasil e a questão da influência do processo de refúgio para o crescente aumento de interesse, por parte dos descendentes de árabes, pela cultura de seus ancestrais.

A segunda parte do texto faz menção ao histórico da imigração árabe para o Brasil. De início, aborda a tradição familiar de cozinhar como fonte de renda tradicional de imigrantes árabes. A partir daí, a reportagem faz um percurso sobre o histórico da migração libanesa no Brasil, usando como base a história de duas descendentes, e elabora a imagem tradicionalmente atribuída aos imigrantes da região do Líbano e da Síria

“Os primeiros imigrantes árabes se especializaram no comércio porque vinham com essa experiência, já que o Oriente Médio sempre foi um ponto comercial importante. E o Brasil, nessa época, era uma economia agroindustrial, então havia uma lacuna econômica que eles preencheram”, diz Baeza. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016)

Essa imagem encontra referentes principalmente na cidade de São Paulo, onde há bairros tradicionalmente conhecidos pelo comércio de produtos árabes. O jornal cita a Rua 25 de Março, espaço originalmente dominado pela língua e cultura de tal origem, como uma área que, “De tão simbólica, (...) definiu a data do dia nacional da cultura árabe no Brasil”. Observa-se, aqui, um interesse na relevância de outras culturas no âmbito financeiro de uma cidade ou região.

É no contraponto entre a prosperidade dos imigrantes árabes e da condição de refúgio que a segunda parte da notícia começa a se construir. Após remeter aos números do refúgio (2.097 sírios, segundo dados do Ministério da Justiça) quando da publicação da notícia, o terceiro parágrafo da terceira parte do texto destaca o

²⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1753319-fluxo-de-refugiados-estimula-interesse-de-jovens-pela-identidade-arabe.shtml>

aspecto positivo automaticamente atribuído aos refugiados oriundos de culturas árabes no contexto brasileiro – ou, pelo menos, no contexto paulistano:

"As migrações mais antigas beneficiam os novos no sentido de que passam uma imagem positiva do árabe. Eles são vistos como empreendedores, trabalhadores. É uma grande sorte para os refugiados atuais, porque chegam em um contexto em que não há um estereótipo negativo, diferentemente do que acontece na Europa", afirma Baeza. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016)

O indivíduo refugiado beneficia-se não da Lei, senão da imagem histórica e socialmente atribuída a seus ancestrais imigrantes, tidos como “empreendedores”, “trabalhadores.” Esses termos são usualmente atribuídos a discursos em torno da *dignificação do indivíduo pelo seu trabalho* e demonstram o resultado de todo o esforço empenhado no seu fazer laboral. A notícia também traz “falas” sobre trabalhos voluntários, isto é, atitudes altruístas por parte de alguns grupos da sociedade, os quais almejam auxiliar as pessoas refugiadas em diversos âmbitos. Voluntariado, tal como inscrito neste contexto, aparece como uma atitude responsiva à imagem positiva herdada pelos indivíduos refugiados. Assim, o que se espera é que, ao ser auxiliado durante sua condição de refúgio, o indivíduo possa ter condições de desenvolver-se à imagem e semelhança de seus ancestrais, contribuindo para o mundo do trabalho e, em decorrência disso, reverberando a imagem historicamente atribuída a ele.

Na tabela que se segue, buscamos elencar os diferentes momentos em que houve inscrição dessas vozes na notícia 3.

Quadro 16 – Inscrição de vozes na notícia 3

<i>Nº do excerto</i>	<i>Conteúdo</i>	<i>Vozes do discurso</i>	<i>Marcador linguístico</i>	<i>Discurso</i>
1	Regina Daher Rassi, a "bisa", diz Lara, é autora da receita original das esfihas folhadas.	Lara	Diz aspas	DIH
2	"Minha bisavó", em árabe, é "m'ceti".	Não é possível identificar se é do enunciador-jornalista ou enunciador.	Aspas	DDL
3	Uma bisneta que não conseguia pronunciar a palavra chamava Regina de "mici", e o nome pegou na	Uma bisneta que não conseguia	Chamava Verbo	RC

	família.	pronunciar a palavra	dicendi + objeto + de + aspas	
4	Fazer comida libanesa, diz, é tradição familiar, agora transmitida às netas.	a avó Angel Daher Rassi, 78, dona de bufê em Goiânia.	Diz verbo dicendi	DIL
5	"Aprendi aos dez anos, na cozinha com minha mãe."	a avó Angel Daher Rassi, 78, dona de bufê em Goiânia.	Aspas	DD
6	As motivações para deixar a terra natal eram sobretudo econômicas, na esteira dos grandes fluxos migratórios europeus para as Américas, diz Cecília Baeza, especialista em migrações árabes para a América Latina e professora de relações internacionais da PUC-SP e da FGV-SP.	Cecília Baeza, especialista em migrações árabes para a América Latina e professora de relações internacionais da PUC-SP e da FGV-SP.	Diz verbo dicendi	DI
7	"Os primeiros imigrantes árabes se especializaram no comércio porque vinham com essa experiência, já que o Oriente Médio sempre foi um ponto comercial importante. E o Brasil, nessa época, era uma economia agroindustrial, então havia uma lacuna econômica que eles preencheram", diz Baeza.	Baeza.	Diz aspas	DD
8	De tão simbólica, a rua definiu a data do dia nacional da cultura árabe no Brasil, celebrado nesta sexta-feira (25), que marca 136 anos da imigração desse povo.	a rua	Definiu verbo dicendi	DIL
9	... celebrado nesta sexta-feira (25), que marca 136 anos da imigração desse povo.	Não é possível identificar se é do enunciador-jornalista ou enunciador.	Definiu Verbo dicendi + que	DIL
10	Uma das expositoras é Janaina Elias, 30, artista plástica que, com um cálamo, instrumento de junco usado na caligrafia árabe, faz "retratos caligráficos", inserindo a escrita em gravuras das	Janaina Elias, 30, artista plástica	Faz aspas	DIL

	peças que retrata.			
11	Até setembro de 2015, viviam aqui nessa condição 2.097 sírios, segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (Ministério da Justiça).	Comitê Nacional para os Refugiados (Ministério da Justiça).	Segundo Discurso segundo	DI
12	"As migrações mais antigas beneficiam os novos no sentido de que passam uma imagem positiva do árabe. Eles são vistos como empreendedores, trabalhadores. É uma grande sorte para os refugiados atuais, porque chegam em um contexto em que não há um estereótipo negativo, diferentemente do que acontece na Europa", afirma Baeza.	Baeza	Afirma aspas	DD
13	Marcelo Haydu, fundador da ONG Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado), em São Paulo, diz observar um interesse regular da comunidade árabe local em ajudar os refugiados –há voluntários em mesquitas, por exemplo, ou grupos como o Movimento de Ajuda aos Irmãos Sírios, que inclui 15 entidades de origem sírio-libanesa, como o Hospital Sírio-Libanês.	Marcelo Haydu, fundador da ONG Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado), em São Paulo,	Diz verbo dicendi	DIL
14	Haydu conta que houve um "boom" de ligações e doações quando circulou a imagem do menino curdo da Síria Alan Kurdi, 3, que morreu afogado tentando chegar à Europa com a família.	Haydu	Conta Verbo dicendi + que	DIL
15	Para Samira Osman, professora de história da Ásia da Unifesp, há uma curva identitária da comunidade árabe no Brasil, em que a identidade declina em alguns momentos e sobe em outros, quando um acontecimento intensifica esse laço.	Samira Osman, professora de história da Ásia da Unifesp	Para Discurso segundo	DIL
16	Até então, diz, nunca tinha se identificado como árabe, embora tivesse crescido comendo charuto, tabule e quibe no Natal.	Socióloga Aline Khoury, 26,	Diz	DDL
17	"Só descobri que as pessoas não faziam isso quando passei o feriado na casa do meu namorado, com mais de 20 anos" diz, rindo,	Khoury, neta de sírios que chegaram ao Brasil na década de 1950.	diz, rindo	DD

	Khoury, neta de sírios que chegaram ao Brasil na década de 1950.			
18	Durante o trabalho voluntário, ela diz que sentia um laço maior com os refugiados sírios, porque lembrava do avô falando sobre Síria.	Aline Khoury, 26,	Diz	DIL
19	"Me sensibilizava mais pela memória de meus avós. Não que me identificasse com refugiados: via neles um lugar que eu queria que estivesse como meu avô o deixou."	Aline Khoury, 26,	Aspas	DD
20	Para Osman, da Unifesp, a identidade árabe dos descendentes brasileiros nunca se rompe, apesar das oscilações.	Osman, da Unifesp,	Para	DIL
21	"É difícil um descendente árabe que não se identifique com a cultura. Pode não ter conhecido o avô, mas sabe que era libanês. Há sempre essa memória ancestral."	Osman, da Unifesp,	Aspas	DD
22	Assinatura 1: FERNANDA PERRIN, 24, é formada em Relações Internacionais	enunciador-jornalista	Assinatura	DIL
23	Assinatura 2: JULIANA KALIL GRAGNANI, 24, é bisneta de libaneses e estudante de árabe	enunciador-jornalista	Assinatura	DIL

Fonte: A autora, 2018.

A cena genérica, inicialmente semelhante a uma narração, constroi aos poucos sua apresentação enquanto notícia de um jornal. Isso provoca efeitos de sentido bem diferenciados: enquanto narrativa, essa formatação parece envolver o leitor de maneira mais aconchegante, já que lhe dá a impressão de estar lendo uma história (tal qual na notícia 2, desenvolvida mais abaixo) criando certa empatia com o conteúdo já que se trata de algo mais acolhedor. Corroboram essa sensação de aconchego o fato de que há inscrição de vozes relacionadas à família, em especial “bisavó” e “avó,” consideradas parentes de maior doçura e afeto. Há, também, a tradução de um nome em árabe para o português, sob uma explicação que também desperta paixões nos leitores: o nome da “bisa” citada na notícia é “mici” devido a um erro de pronúncia de uma de suas bisnetas, erro provavelmente ocorrido durante seus primeiros anos de vida, o que gera comoção no leitor por se tratar não apenas de um outro membro da família relacionado à amorosidade (bisavó), como também

de uma pessoa menor de idade, cuja representação social remete à inocência e à indefensão.

A cena genérica também parece aproximar-se de uma crônica: há descrição de atividades cotidianas, linguagem parcialmente coloquial (“e o nome pegou na família”) e uma organização textual propícia a fazer com que o coenunciador do texto esteja envolto emocionalmente no conteúdo veiculado a partir da inscrição de elementos presentes também na vida do leitor (relações de parentesco, receitas tradicionais de família). Neste momento, há recursos diversos para elaborar esse efeito de sentido de aproximação entre enunciador-jornalista e coenunciador: em discurso indireto híbrido (vide linha 1) há a inscrição de voz polifônica em “bisa”, que pode se referir a uma forma de Lara comunicar a forma com que uma parente sua é chamada, embora o restante do enunciado também possa ser de Lara, como também pode ser do EJ que resume alguma informação veiculada anteriormente. A dúvida quanto à voz trazida à tona no texto permanece na linha 2, em que a tradução de “Minha bisavó” para o árabe é marcada também entre aspas, o que pode indicar uma fala que tenha, de fato, sido enunciada por Lara ou uma explicação extra que o EJ tenha incluído para facilitar a compreensão do conteúdo que se apresentará em seguida e o qual será uma das peças-chave para a compreensão de outro mecanismo de inscrição de emoções no texto (linha 3): a explicação de que uma criança não tinha total domínio das habilidades necessárias à produção de determinados fonemas para conseguir pronunciar a palavra adequadamente. Por fim, o fato de que a atividade laboral daquela família tenha sido tradicionalmente a fabricação de comida coloca em evidência um sentido compartilhado entre famílias libanesas e brasileiras: construídas com base em tradições.

A empatia entre texto e seu coenunciador é gerada por meio de temas ligados à família, como tradição, proximidade de parentesco e a própria inocência presente em crianças e em adultos mais velhos, o que permite uma confiança maior no conteúdo veiculado por eles, e há, inclusive, a figura materna aparecendo no texto, o início de toda vida humana, o que torna a linha 5 um mecanismo de embreagem enunciativa por colocar em operação sentidos como respeito e admiração, por parte do coenunciador do EJ, ao conteúdo informado pelo sujeito dessa enunciação.

À medida que a cena de narrativa aproxima-se de uma cena genérica de notícia, inscrevendo-se nela, traz elementos que indicam, ao leitor, certa familiaridade com a presença de imigrantes árabes na cidade de São Paulo. Aqui,

residem vozes ainda mais plurais autorizadas a falar sobre tais membros da sociedade. Trataremos delas nos parágrafos a seguir.

Questões que explicam os motivos da saída de imigrantes no passado são elencados, como a economia (linhas 6, 7 e 9). Por vezes, o jornal aproxima a voz de especialistas à sua própria explicando o caso, como ocorre na linha 6, em que um discurso dito por Cecilia Baeza é resumido, sem aspas, embora sua inscrição esteja através do verbo *dicendi*; ou na linha 9 (continuação da linha 8, mas que guarda um aspecto de discurso indireto livre, o qual achamos pertinente abordar em linha separada), em que um novo resumo do conteúdo informado só é possível mediante a comprovação de que alguém de fato produziu este relatório. O resumo, no entanto, não apresenta aspas; trata-se de uma interpretação nova não marcada por elementos gráficos e que ocorreu a partir de uma enunciação do coenunciador do jornal. Assim, não é possível saber quem produziu tal enunciação, da qual o jornal se aproxima quase que atribuindo o conteúdo do coenunciador àquele.

Por hora, deixemos o conteúdo da linha 7 para ser analisado mais adiante para dar espaço à articulação de vozes entre enunciador-jornalista e o conteúdo trazido por ele.

Há momentos em que as aproximações entre EJ e seu coenunciador emergem de discursos indiretos, como em 1 (família), 4 (tradição familiar), 6 (economia), 8 (simbologia; representação da importância de um dado enunciado) m 9 (história), 10 (trabalho), 11 (governo), 13 e 14 (organização não-governamental), 15 (alterações na identificação com a cultura árabe), 16 (identificação enquanto árabe por parte da enunciativa), 18 (motivação familiar para aproximação emocional) e 20 (identificação enquanto árabe por parte de outrem).

Em algumas estratégias de aproximação, no entanto, não é possível definir, com clareza, quais vozes pertencem ao enunciador-jornalista e quais não pertencem a ele: isso ocorre na linha 10, em que a explicação do objeto usado pela artista plástica é possível se ela tiver produzido essa enunciação primeiro, no entanto há uma inscrição em aspas (“retratos caligráficos”), que pode ser tanto uma inscrição de metáfora, a fim de aproximar o produto realizado pela artista de um conceito que seja de conhecimento geral dos leitores (neste caso, é a voz do EJ projetando um leitor que não entende de artes plásticas ou de objetos para realizar tal trabalho) ou mesmo uma fala original da entrevistada, reproduzida, pelo enunciador-jornalista com o objetivo de distanciar-se parcialmente do conteúdo apresentado por ela. Essa

mesma situação de indefinição da voz atribuída a um elemento marcado por aspas também aparece na linha 14 (“boom”).

Já em 11, apesar da ausência de aspas no início do enunciado indicar uma enunciação a partir do enunciador-jornalista, a inscrição da modalização em discurso segundo indica aproximação de vozes pela interpretação de uma pelo jornal. Nesse momento, há certo distanciamento, tornando a interpretação da voz do CONARE pelo enunciador-jornalista visível. Com isso, a modalização aparece para reforçar que a enunciação do jornal é verdadeira. Em outras palavras: EJ concorda com o conteúdo veiculado pela outra voz, mas a interpreta sob sua própria, como que tomando para si a importância da divulgação dos dados.

Voltando para o conteúdo presente na linha 7, em que há uma explicação em discurso direto (referente ao desenvolvimento árabe no comércio e o grande desenvolvimento do agronegócio em terras brasileiras em tempos anteriores), ela é marcada pelo uso de aspas, em um movimento de distância entre o EJ e enunciador. Em vista da aproximação de vozes entre enunciador-jornalista e entrevistado quanto ao tema na linha 6, o jornal não correrá o risco de assumir que há “lacunas” na economia a serem supridas pelos refugiados, então se coloca distante deste tipo de situação. Outros trechos de distanciamento ocorrem, conforme linhas 12 (imagem positiva da população árabe em vistas do seu histórico de empreendedorismo e sucesso em terras brasileiras), 17 (descoberta, por parte da enunciativa, de sua proximidade com a cultura síria), 19 (proximidade emocional da enunciativa da linha 17 com elementos do cotidiano sírio) e 21 (confirmação de que todo descendente árabe sentirá identificação para com sua cultura).

Algumas situações de distanciamento de vozes são introduzidas no texto de modo a confirmar uma enunciação prévia, pertencente ao EJ (algumas, com o embate entre vozes como pano de fundo). É o caso das linhas 7, 12, 17, 19 e 21. No que compete à geração de sentidos de aproximação, destacamos o conteúdo da linha 17, uma vez que a inscrição de “diz, rindo” leva o coenunciário do EJ a gerar empatia com a situação apresentada frente à descrição de uma emoção que a entrevista apresentou – ao mesmo tempo, essa informação aparece logo depois do uso de aspas, garantindo uma conclusão, por parte do EJ, com relação ao conteúdo que a entrevistada proferiu. Ademais, o EJ retifica que a informação veiculada por ele – quer tenha sido por interpretação ou o próprio enunciado – é verídica. Isso garante maior confiabilidade no que está sendo trazido ao leitor.

No tocante às vozes que aparecem no texto para tratar do tema do refúgio, há “Lara”, “Uma bisneta que não conseguia pronunciar a palavra”, “a avó Dahrer Rassi”, Aline Khoury (“neta de sírios”) e uma das autoras da notícia, Juliana Kalil Gragnani, que é “bisneta de libaneses”, trazendo à tona vozes relacionadas à família; a avó também é “dona de bufê em Goiânia” e junto de “Janaina Elias (...), artista plástica” e “Marcelo Haydu, fundador da ONG Adus” trazem vozes ligadas à área do trabalho; estudiosos são também elencados, sob a luz de “Samira Osman, professora de história da Ásia da Unifesp, “socióloga, Aline Khoury” e a outra pessoa que assina a notícia, “Fernanda Perrin (...), formada em Relações Internacionais.”

Cabe, ainda, destacar que, na notícia 3, a autoria²⁶ aparentemente é atribuída a uma instância acadêmica (22), que entra em contato com a questão do refúgio de pessoas oriundas de culturas árabes institucionalizando os saberes que efluem desse contanto, enquanto que a outra instância, de parentesco com um dos componentes da cultura árabe (23), permite a manifestação de vozes discursivas por um movimento de retomada de tradições e elementos cultural e historicamente compartilhados entre gerações.

Vê-se, com isso, preferência em trazer vozes relacionadas com a temática do refúgio por laços familiares, laborais ou de estudo – é a partir desses lugares que é válido enunciar sobre o dito tema. Apesar de o título da notícia tangenciar a questão do refúgio de pessoas de origem árabe em São Paulo, nenhuma pessoa refugiada foi trazida. O governo aparece apenas uma vez para embasar a voz do jornal acerca dos números do refúgio no Brasil.

A partir do que comentamos acima, é possível identificar algumas imagens relativas ao indivíduo refugiado na notícia 3. Elencamos, abaixo, as vozes que aparecem na notícia.

Quadro 17 – Vozes e recursos de modalização na notícia 3

<i>Vozes citadas</i>	<i>Recurso de modalização</i>
Lara	Diz
Não é possível identificar se é do enunciador-jornalista ou outro.	Aspas

²⁶ Neste trabalho, toma-se autor como o sujeito incumbido da elaboração e organização textuais.

Uma bisneta que não conseguia pronunciar a palavra	chamava
a avó Angel Daher Rassi, 78, dona de bufê em Goiânia.	Diz
a avó Angel Daher Rassi, 78, dona de bufê em Goiânia.	Aspas
Cecilia Baeza, especialista em migrações árabes para a América Latina e professora de relações internacionais da PUC-SP e da FGV-SP.	Diz
Baeza.	Diz
a rua	Definiu
Não é possível identificar se é do enunciador-jornalista ou outro.	Definiu
Comitê Nacional para os Refugiados (Ministério da Justiça).	Segundo
Baeza	Afirma
Marcelo Haydu, fundador da ONG Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado), em São Paulo,	Diz
Haydu	Conta
Samira Osman, professora de história da Ásia da Unifesp	Para
Socióloga Aline Khoury, 26,	Diz
Khoury, neta de sírios que chegaram ao Brasil na década de 1950.	diz, rindo

Aline Khoury, 26,	Diz
Aline Khoury, 26,	Aspas
Osman, da Unifesp,	Para
Osman, da Unifesp,	Aspas
enunciador-jornalista	Assinatura
enunciador-jornalista	Assinatura

Fonte: A autora, 2018.

As relações entre as vozes presentes nesta notícia foram amplamente debatidas nas páginas anteriores. Cabe, neste momento, relacionar os grupos semânticos aos quais pertencem as ações elencadas. Nessa esfera, encontramos cinco grandes grupos que autorizam as vozes presentes, os quais descreveremos mais profundamente nas próximas linhas.

A maior concentração de vozes é encontrada sobre o grupo de enunciados que compõem parentesco familiar. As ações relacionadas para quem se relaciona ao refúgio a partir dessa característica são *dizer, chamar; dizer, rindo* e a atribuição de DD ou DIL introduzido por aspas. Entre *dizer* e *chamar* há uma particularidade própria das relações afetivas: chama-se aquele de que se quer aproximar, chama-se com o objetivo de que seu coenunciador volte sua atenção ao enunciador; *dizer* não requer necessariamente uma resposta, embora a projete. A performatividade de *dizer* reside em sua própria essência; em resposta a *chamar*, ela se materializa.

É encontrado também efeito de aproximação em *diz, rindo*. Neste caso, a aproximação entre coenunciadores se realiza a partir da atribuição de emoções, por intermédio de verbo caracterizado como advérbio de modo (*rindo*), à ação realizada. Rir é uma ação que transparece descontração, mas também projeta uma expectativa de resposta, que é a própria suavidade na recepção do enunciado por seu coenunciador. A depender do contexto, rir é contagiante, envolve seu outro na mesma emoção. Por isso, *dizer, rindo* tem uma esfera de aproximação emocional, o componente mesmo que une membros de uma família.

Enuncia-se também a partir de um contexto institucional ligado à educação – neste caso, a educação acadêmica, ao campo científico, à pesquisa. Neste caso, são tribuídos os verbos *dizer* e *afirmar*, adequados ao fazer científico no sentido de que reiteram ou atestam as descobertas realizadas; e outros trechos são compostos pela inserção de aspas e discurso segundo, mantendo paralelismo semântico em

relação às formas de citação no meio acadêmico e conservando a autoria do enunciado.

A esfera do trabalho e do empreendedorismo abarca ações como *dizer* e *contar* – este último, imbuído de narratividade. Contar, neste contexto, remete a fazer circular eventos ou elementos daquele espaço de enunciação, reafirmando-o. Neste ambiente também é atribuída a ação de *fazer*, isto é, perpetuar uma ação, tornar possível a existência de um dado contexto – em outras palavras, *fazer* é a materialização linguística do que se projeta por trabalho, seja ele no âmbito artístico ou administrativo.

Por último, há menção à instituição do governo, a qual é referenciada pela introdução de discurso segundo, alocando tal voz no âmbito das referências. Ela é a responsável pelo controle quantitativo do tema do refúgio, por isso se recorre a ela para trazer à tona dados que ofereçam uma melhor visualização do contexto do refúgio no Brasil. Aproxima-se deste enunciator à medida que o enunciator-jornalista re-enuncia o conteúdo da voz do governo. Neste sentido, existe um movimento que parece indicar integração entre outras vozes da sociedade e governo acerca do tema do refúgio. Não obstante, o discurso segundo mantém a atribuição de autoria dos dados, contribuindo para a formação de uma certa distância entre outras vozes e a do governo – ao fazer isso, elaboram-se as fronteiras que separam vozes quantitativas acerca do refúgio e vozes não-refugiadas.

Por fim, vê-se a existência de uma voz que autoriza as demais a partir da sua própria inscrição na cena genérica da notícia de jornal: enunciator-jornalista. Essa voz é introduzida pela própria assinatura da notícia, que considera os discursos científico e acerca da família enquanto os componentes do enquadramento o qual permite compor enunciações sobre o tema do refúgio. O enunciator-jornalista buscará nessas esferas vozes para gerar algum debate na notícia.

REFLEXÕES FINAIS

Esta pesquisa iniciou do interesse em compreender de que maneira o curso de Português oferecido a refugiados(as) na UERJ poderia melhor atender às demandas comunicacionais de alunos e alunas. Em uma tentativa de fazer com que tais necessidades emergissem, o grupo de professores(as) e pesquisadores(as) ligados ao curso de Português com Refugiados decidiu pedir para que uma redação fosse feita em sala de aula. O tema escolhido foi: “De que maneira o curso de Português com Refugiados pode te ajudar?” O exercício poderia ser respondido em português ou na língua de domínio dos discentes. Apenas uma professora aplicou as redações, o que aconteceu em uma turma de alunos cuja língua em comum era o francês. As respostas que recebemos, ao contrário do esperado, evidenciaram a realidade à qual estão submetidas as pessoas refugiadas daquela turma: falta de alimentação adequada, condições precárias de moradia, pouco acesso a remédios ou atendimento hospitalar insuficiente, preconceito em contextos sociais diversos.

As produções já não se configuravam mais em um exercício do idioma. Elas se mostraram um espaço ressignificado: eram pedidos de ajuda, um espaço de promoção de demandas, ambientes onde a fragilidade das políticas conduzidas pelo poder público foi evidenciada. Para aquelas pessoas, ser refugiado era estar submetido a uma série de condições com as quais não concordavam – motivo mesmo que os levou a buscar refúgio originalmente. As redações eram, então, um exercício de vocalização de demandas. Também para aquelas pessoas, o espaço da sala de aula fora ressignificado em um espaço para a integração de indivíduos e para estabelecer uma frente de resistência da população que pleiteia o acesso aos direitos sociais ligados às políticas de integração acerca da situação de refúgio.

Os casos de falta de acesso a direitos básicos vivenciados pela população refugiada descrita acima suscitou-nos diversos questionamentos acerca da condição de refúgio no Brasil. Por esse motivo, buscamos no texto da Lei 9.474/1997, a qual determina as providências acerca da dita condição, vozes que remetessem à integração do sujeito em âmbito nacional. Dentro da perspectiva que adotamos aqui, a lei é um espaço performático em sua essência, delimitando o que é aceito ou refutado dentro da sociedade à qual se volta.

Responsável por estabelecer o conceito de refugiado no Brasil e determinar providências acerca do processo de refúgio neste país, a referida lei é um enunciado que resulta de um processo dialógico. Nasce projeto, que se quer ser aceito, projetando uma resposta de seu coenunciador, aquele que precisa validá-lo. Tal coenunciador, por sua vez, também projeta não apenas um outro coenunciador anterior a ele, que o valida e que é necessário para validar o projeto (Constituição Federal), mas também se refere ao enunciador do projeto de lei, porque é dele que se aproxima ou distancia. Os coenunciadores, ainda, dependem de uma série de outras réguas – memórias às quais recorrer ou projeções que fazem – e uma delas é o momento do pleito eleitoral: quem define o que passa ou não em uma votação para leis é um conjunto de representantes do povo, um conjunto de vozes que, juntas, criam enunciações em uníssono. A criação de uma lei não é, portanto, um momento único, mas a consolidação de diversos enunciados, discursos variados, que precisaram passar por coerções e validações até que o texto final pudesse finalmente ser aceito. Isso nos fez considerar que o espaço da Lei pudesse trazer à tona alguma consideração acerca de representações socialmente compartilhadas acerca do tema do refúgio.

O que se encontrou no âmbito legal, especificamente nos Artigos 43 e 44 (os únicos que remetem à integração de indivíduos refugiados nos Títulos nos quais estão inscritos), é que o solicitante e o refugiado estão integrados segundo orientações institucionais em um duplo dever: num momento, dependem de aceitação; em outro, é projetada uma expectativa de aceitação. A pessoa refugiada parece estar em uma condição flexível entre essas instâncias: aguarda a resolução de uma solicitação feita a partir de uma normativa de Estado enquanto projeta seu aceite; está ao mesmo tempo no *agora* da solicitação e no *depois* que se pretende chegar. Na consolidação dessa figura do *Outro* enquanto um sujeito que transita por essas instâncias enunciativas, o Estado tem papel absoluto, por controlar, a partir de um conjunto de enunciados verbais, como se caracteriza o refúgio e quais são, minimamente, os parâmetros para aceitação das solicitações que chegam diariamente ao Departamento de Polícia Federal.

Os textos da lei são o resultado de diversos debates a nível social, enunciados em um tom único, de caráter arbitrário, já que instaura quem pode ou não realizar determinadas ações e delimita ações em resposta a insubordinações de suas prescrições. Neste caso, pode-se dizer que o texto da lei não apenas coloca

em funcionamento um sistema de coerções por meio da linguagem, mas, ao fazê-lo, cria também fronteiras. Por outro lado, há também que se considerar que as vozes discursivas são sustentadas por uma comunidade discursiva que as reconhece como válidas para serem enunciadas. Sendo assim, a lei é o resultado de diversas vozes, validadas por uma dada comunidade. Analogamente, é possível que outras vozes acerca da imagem do refúgio no Brasil tenham voz em outros ambientes.

Isto nos motivou a olhar para espaços que permitam debates entre vozes diferentes, espaços dos quais talvez possam emanar demandas que serão abarcadas pelos textos legais em algum momento. Por isso, voltamos nossos olhos às representações do refúgio na esfera midiática, por ser um ambiente de construções de sentidos voltados a um certo conjunto de enunciadores e que faz reverberar tais sentidos. Buscamos, então, por notícias que versassem sobre a integração de indivíduos refugiados. No que compete aos enunciados oriundos da mídia, a proposta dialógica trouxe elementos preciosos à superfície.

Inicialmente, pensamos que encontraríamos uma maior concentração de notícias referentes à integração de refugiados e refugiadas no Brasil no Editorial Cotidiano, tendo em vista ser ele que trata de temas não apenas do estado de São Paulo, como também de todo o Brasil, e, além disso, pelo tema pesquisado ser de relevância nacional. Essa expectativa não se concretizou. A maioria das reportagens encontradas dentro do período em que focamos (2015 a 2018) está no Editorial Mundo – as demais estão espalhadas em diversas outras seções, sendo Cotidiano a segunda delas em quantidade de notícias. Isso incita um movimento “para fora”, alocando o tema do refúgio em um ambiente diferente do *aqui* do qual se enuncia.

Ao contrário do que ocorre na Lei 9.474/1997, em que o Estado tem voz absoluta no texto legal, nas notícias analisadas a institucionalização é a voz à qual se recorre apenas para tratar de dados quantitativos acerca de pessoas refugiadas no Brasil. Esse recurso será importante também para a validação das informações que o enunciador-jornalista (EJ) traz. Há, aí, construída a imagem de um Estado que serve para atender à defesa de seu território. Isso remete diretamente à ideia consolidada nos Artigos 43 e 44 da Lei supracitada.

Notou-se, ainda, um movimento de apagamento da figura do Estado no que diz respeito à inscrição de vozes em embates polêmicos. Não se trata apenas de como as diferentes enunciações sobre o refúgio refletem uma imagem sobre ele, mas também de quais outras vozes têm sido colocadas à mostra para conseguir

criar tais imagens. Nesse sentido, é possível verificar que a preferência em manter o Estado cada vez menos influente na sociedade é um reflexo de movimentos bastante presentes na sociedade que os promove, e tem sido, inclusive, uma demanda cada vez mais frequente no contexto brasileiro. Não por acaso essa demanda se reflete inclusive no âmbito da Lei: ela não explicita quem deve flexibilizar a aceitação de documentos nem como a concretização de direitos e deveres de refugiados deve ser conduzida, se isso deve ser uma política de Estado ou se pode ser regulado por instituições da sociedade civil, sem interferência estatal.

Compete ao refugiado o fato de ser ao mesmo tempo semelhante e distante de seu *Outro*: semelhante no que toca ao lugar de enunciação referente a um *aqui*; distante em decorrência da anterioridade em que reside esse mesmo lugar, sempre em referência a um *lá* ou a um tempo *não-agora* que o molda como sujeito. Enquanto enunciador, o refugiado coloca-se inscrito em uma dada comunidade discursiva, aquela mesma em que está seu coenunciador. Não fosse o compartilhamento de algum traço enunciativo que os une, não seria possível que as vozes entrassem em embate. Porém essa inscrição é apenas momentânea, aloca-se no momento da enunciação e, dado o caráter responsivo dialógico desse momento, rapidamente pode se modificar. O que une e simultaneamente distancia ambas enunciações parece ser uma interseção: alocados em dois contextos distintos, em algum ponto suas produções são aproximadas. Em decorrência dos efeitos produzidos desse encontro, respostas de aproximação ou distanciamento faíscam. Assim, o refugiado está e não está *aqui*, porque, apesar de não ser *daqui*, inscreve-se *aqui*; ao mesmo tempo, pode não se inscrever mais, quando sua resposta ou a resposta de seu coenunciador ao contexto de enunciação (essa dêixis espacial) exigir mudança.

As vozes que autorizam tais imagens incluem sociedade civil, instituições de acolhimento, instituições privadas, religião e o próprio mérito do enunciador guarnecido de um caráter empreendedor. Elas operam através das modalizações em discursos direto, indireto e seus híbridos; introduzidos por aspas ou pelo uso de discurso segundo e narrativizado. Em alguns momentos, as vozes revestiam-se de um certo discurso para falar de outro, como o que foi encontrado na notícia 6, em que um enunciador empresarial baseou-se em um discurso do âmbito religioso para colocar em funcionamento sua proposta de gerar empregos a refugiados(as). De um lado, reforça a ideia de que refugiados não têm emprego, o que abriria frente para

polêmicas diversas; no entanto, quando a religião aparece à frente dos sujeitos com vias de proporcionar a melhora na vida de alguém, há a construção de um espaço com características desfavoráveis do qual apenas é possível se distanciar a partir de interferência divina.

A religião também se mostrou eficiente enquanto espaço enunciativo acolhedor e promotor de integração no âmbito da notícia 1, tomando, inclusive, a frente do Estado no que diz respeito ao conhecimento e à confirmação dos dados quantitativos acerca do refúgio.

Os dois momentos em que a religião demonstrou fundamental peso coincidem com uma proposta difundida atualmente no contexto brasileiro: reduzir o poder do Estado, atribuindo à sociedade civil a incumbência de realizar as ações que ela julgar importantes. Isso é percebido nas notícias 1 e 6, em que a figura da religião recebeu a responsabilidade do controle de fronteiras e da redução do desemprego.

No que compete à importância do governo, ela se resume à organização quantitativa da sociedade (notícias 2 e 3). Isso sustenta a observação elencada acima, segundo a qual há certa descentralização da figura do Estado enquanto instituição capaz de integrar indivíduos, cabendo à sociedade civil organizar-se para autorizar ou não enunciações acerca do refúgio. Isto aloca a integração em um movimento a ser conduzido pela própria sociedade, independente de ditames legais em vista da ausência à menção à lei enquanto autoridade que valide políticas de assistência a refugiados.

Outras instâncias que aparecem como importantes para autorizar as vozes sobre refúgio são ligadas à proximidade que se tenha com o tema. Fala-se do trabalho que desempenham ou que desempenhavam antes de virem para o Brasil (notícias 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7), as vozes de estudiosos acadêmicos sobre refúgio são trazida para embasar as – e dar fé às – enunciações de EJ (notícia 3) e a relação afetiva que se tem com relação a refugiados ou a pessoas que tenham alguma conexão direta com os lugares de onde os refugiados vêm também apareceram como fatores decisivos na composição da autoridade para enunciar (notícia 1 e 3, embora em 1 a afetividade esteja no próprio narrador da notícia).

É sabido que, desde a década de 1980, dissemina-se socialmente a ideia de que o plano de governo ideal seria o um Estado mínimo. As inscrições de vozes de diversas instituições e da sociedade civil, com menor ou maior proximidade em relação ao tema discutido, estão coesas em relação a esse discurso, de caráter

neoliberal, reforçado atualmente pelas crises econômicas, que diminuíram a credibilidade do governo centralizado, e pelo fomento cada vez maior ao empreendedorismo de si. Em moda nos últimos tempos, a expressão “empreendedorismo” parece ter ganhado mais força após o fomento de uma nova categoria de tributação de trabalhadores autônomos (que tenham rendimentos menores do que aqueles previstos para o teto dos profissionais autônomos) e o estímulo ao cadastro de trabalhadores informais na classificação de Microempreendedor Individual – MEI. Empreender passou a significar ter um negócio próprio e sugere independência financeira, ou pelo menos a promessa de que ela aconteça. Tanto a nova forma de cobrança de imposto quanto o que ela projeta estão ancorados em uma ideia de que é pela força do trabalho que mudanças serão conquistadas, e isso tem engendrado uma série de demandas, por uma parcela da população, rumo a uma nova política econômica. O trabalho também foi uma das principais formas de socialização encontradas nas análises das notícias, e também apareceu com o sentido de integrar, socializar e promover ambientes saudáveis e positivos. Os discursos que refletem a força laboral como motor para a construção de relações sociais e obtenção de vida digna colocam em funcionamento características do discurso do empresariado, que sustenta os sentidos descritos. É importante notar que a Lei 9.474/1997 não aborda o trabalho como componente imprescindível à integração social, apesar do conteúdo supracitado sugerir que qualquer outra integração dependerá, em alguma medida, da força laboral desenvolvida no seio social.

Das marcas de modalização que podem surgir para inscrição de vozes, uma chamou especial atenção: colchetes. Eles foram adotados na notícia 1, cuja cena enunciativa aponta para uma narração em primeira pessoa, apesar da cena genérica ser uma notícia. A inscrição de vozes de enunciadores diferentes ocorre por colchetes, tendo este recurso pelo menos duas atribuições: em uma, tornar uma informação de conhecimento universal; em outra, promover a aproximação entre coenunciadores. Em determinadas inscrições por colchetes, notou-se a figura de um enunciator-onisciente, que explica conteúdos de um *aqui* do qual seu coenunciador não participa e projeta, com isso, um *não-eu*, um coenunciador que se diferencia do enunciator em questão pela falta de conhecimento acerca daquele espaço. Não se trata de um enunciator do jornal, que assume para si outra enunciação. O enunciator-onisciente assume o conhecimento de uma variedade de temas, que

torna explícitos ao seu coenunciador com o objetivo de projetar nele determinadas respostas ao contexto de enunciação. A onisciência é destacada ao longo do texto em breves momentos para inferir sentidos ao próprio texto sem alterá-lo em demasia e atribuindo o mínimo de diferença na voz principal da narração. Isto pode conceder ao texto jornalístico um aparente rigor informacional, retirando do enunciador-jornalista o ônus pela verdade ali presente; no entanto, esse mecanismo parece inscrever orientações à compreensão do coenunciador camuflados de uma breve explicação sobre o tema.

A descrição acerca do enunciador-onisciente é sobretudo inicial, haja vista que apenas uma notícia abarcada pelo *corpus* inclui essa categoria. Por este motivo, reconhecemos que são necessárias investigações mais minuciosas ao redor do conceito para compreender seu mecanismo de geração de sentidos de maneira mais ampla.

Em diversos momentos, notou-se que a origem de indivíduos refugiados foi alocada conforme sua origem geográfica sob a forma de adjetivo pátrio. Essa forma de denominação traz à tona coerções diversas que caracterizam um determinado Estado e que, por sua vez, dão o tom da nacionalidade que lhe é atribuída. O adjetivo pátrio reforça o espaço de domínio do *Outro* do qual o refugiado enuncia: oriundo de um *lá*, um espaço que ele carrega desde o nascimento, uma memória que remete a concepções diversas (linguística, pelo idioma; passional, pelo psicológico; espacial, pelos recursos geográficos; dentre outras) e que o adjetivo pátrio insiste em lembrar. Pela indissociabilidade entre língua e o sistema de símbolos que ela sustenta, é possível que, ao atribuir adjetivos pátrios para designar o espaço de enunciação “original” de um indivíduo, esteja se colocando em operação toda uma gama de sentidos socialmente compartilhados sobre o contexto de origem daquele indivíduo. Assim, o componente racial que aparece como pano de fundo no contexto da notícia 3, por exemplo, explora os sentidos compartilhados no Brasil de que pessoas negras são geralmente pobres ou têm pouco acesso a recursos básicos. Similarmente, a notícia 7 traz uma construção de refugiado baseada na analogia de que estar em uma sociedade cuja religião é muçulmana pode atrelar a imagem deste indivíduo a leituras radicais dos textos sagrados dessa religião, conjuntura que pode ocasionar a associação do dito indivíduo a grupos terroristas. Não há, nestes casos, reflexão crítica acerca do processo que culminou nessas acepções. Quando estereótipos deste tipo são colocados em operação em uma

dada comunidade discursiva, geram sentidos pejorativos à imagem do refugiado, suscitando a necessidade de uma resposta que demonstre o contrário: refugia-se aquele que, apesar de inscrito em um ambiente de desvantagens, em um tempo específico, não compartilha da imagem socialmente atribuída ao grupo étnico do qual descende (fato que a notícia 5 buscou elaborar).

Por fim, percebe-se que tanto as notícias de jornal quanto o texto da Lei 9.474/1997 constroem a imagem do indivíduo refugiado a partir da atualização da categoria dêitica de tempo, ao instaurarem uma anterioridade (*antes*) que autoriza a condição de refugiado (*agora*). Aproximam-se, também, na apresentação de um pequeno resumo acerca do que será dito adiante no texto. Esse resumo, na lei, apresenta-se enquanto explicação do objetivo ao qual o texto legal se preza, instaurando ações determinadas pelo âmbito legal. Já o resumo encontrado nas notícias de jornal inscrevem a figura de um enunciador-oráculo, aquele que, detendo o conhecimento acerca do conteúdo a ser veiculado, re-enuncia-o previamente. Isso autoriza o próprio enunciador a fazer tal enunciação, já que o conteúdo antecipado será relatado a seguir, promovendo credibilidade ao texto da notícia.

Apesar da lei ser um texto de caráter coercivo, não deixa claro se é atribuição do Estado conduzir determinadas políticas públicas que visem à integração de indivíduos solicitantes de refúgio em âmbito nacional. Esse silenciamento é respondido pelos discursos reverberados pelas notícias analisadas (a saber: discursos religioso, laboral, científico e familiar), que tendem a mostrar esforços da sociedade civil para a concessão de direitos sociais, cujos atores não são explícitos no texto da Lei 9.474/1997. Aloca-se o Estado como expectador do processo que ele determina que aconteça, cabendo-lhe apenas os elementos imprescindíveis para que a pessoa se integre à sociedade de acolhida: protocolo de condição de refugiado, carteira de trabalho e CPF.

Ao longo das análises, foi possível identificar que muitas das vozes do governo trazidas à notícia buscavam mostrar a dimensão do refúgio no Brasil. Já vimos que, neste contexto, elas representam formas de demonstrar controle sobre a entrada e estadia de refugiados(as) no solo brasileiro. O caráter conservador desse efeito de sentido encontra seu par nas atribuições do governo do Estado: **passaporte** é um documento que facilita o deslocamento entre países ou territórios, imprescindível para se deslocar para algumas regiões (embora algumas medidas menos *liberais* possam cobrar também a apresentação de uma permissão para

adentrar aquele território – visto consular); **CPF** é um número individual para cada pessoa e identifica contribuintes da Receita Federal (controle fiscal); o **protocolo de condição de refugiado** é o documento que atesta a legalidade jurídica da permanência de uma pessoa no local de acolhida. Estes são os mecanismos para identificação de pessoas que o Estado adota: a) para todos os residentes: atuação laboral na sociedade e contribuição fiscal; b) não sendo brasileiro ou não sendo naturalizado: condição jurídica.

Finalizando, as políticas de integração às quais refugiados(as) estão submetidos são definidas pelo Estado, em uma lei que parece se basear no Estado de Bem-Estar Social europeu, modelo que sugere a concessão de direitos básicos por parte do Estado aos cidadãos daquele local. Nesta estrutura, cada governo determina quais serviços devem ser concedidos gratuitamente e quais devem ter seu uso taxado, bem como há algumas diferenças entre a maior ou menor atuação do Estado na economia. No caso brasileiro, o governo concede ao indivíduo refugiado, de maneira análoga a qualquer nativo brasileiro, amplo acesso a serviços essenciais: educação, segurança, saúde... O empecilho decorrente dessa situação é que o acesso não se efetiva de maneira adequada devido às intensas desigualdades social e econômica próprias do modo de produção capitalista e agravadas ao longo dos anos no contexto brasileiro. Ao sugerir que as políticas devem ser conduzidas, a lei não deixa claros os atores para a condução dessas ações.

Dada a grande institucionalização da condição de refúgio, haja vista seu diálogo constante com diversas esferas institucionais (autorizadas pelo poder público através dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Educação, dos Esportes e das Relações Exteriores), entendemos que os direitos sociais garantidos aos refugiados no Brasil deveriam ser conduzidos objetivamente enquanto políticas de Estado, planejadas e conduzidas pelo governo. Corrobora com isso o fato de que não apenas a própria condição de refugiado, mas também as demandas colocadas pelos discentes, remetem a esferas distintas da atuação do poder público.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P.; DEUSDARÁ, B. Português para refugiados: aliando pragmática e discurso em resposta a uma demanda concreta. *Letrônica – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 45-59, jan/jun, 2015.
- ARANTES, P.; DEUSDARÁ, B.; BRENNER, A. K. Língua e alteridade na acolhida a refugiados: por uma micropolítica da linguagem. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 1196-1207, abr/jun, 2016.
- ARANTES, P.; DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. Ensino de línguas com refugiados: implicações éticas, políticas e conceituais em tempos de biopoder. *Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato*, n. 53, p. 167-185, 2017.
- BAALBAKI, Angela; DEUSDARÁ, Bruno. A citação em notícia de jornal: tensões entre o sintático e o discursivo. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v.10, dez. 2011 Disponível em: <<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. SP: HUCITEC, 2006. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- BARRETO, L. P. T. *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. 1. ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugueses/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil>. Acesso em: 10 out. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988, 140p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- BRASIL. *Lei Nº 9.474/97*, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- BRASIL. *Lei complementar número 95*, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BOTELHO, Alexandre. O lugar da fala de Hans Kelsen em Teoria Pura do Direito. *Revista Dat@venia* v.8, n.2, maio/ago. 2016, p.86-131. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/download/3685-11122-1/2097>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BRITO, M. R. de. Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada. *Alegrear*, n. 09, jun. 2012.

CAVALCANTE FILHO, Urbano; TORGA, Vânia Lúcia Menezes. Língua, discurso, texto, dialogismo e sujeito: compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem). In: I Congresso Nacional de Estudos Linguísticos, 1., 2011, Vitória-ES. *Anais do I Congresso Nacional de Estudos Linguísticos*. Vitória-ES. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/conel/article/view/2014>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DEUSDARÁ, Bruno; ARANTES, Poliana Coeli Costa; ROCHA, Décio. Cruzando fronteiras: a promoção de direitos com refugiados nas práticas de ensino de línguas. *Gragoatá*, Niterói, v.22, n. 42, p. 268-288, jan-abr 2017. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/viewFile/885/642>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Poder e subjetividade: imagens da soberania e da liderança empresarial em um decreto presidencial. *Calidoscópico*. v. 11, n. 2, p. 124-134, maio-ago 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2013.112.03/1920>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

DEUSDARÁ, Bruno. Vozes em embate na mídia de informação e produção da subjetividade: polêmicas em torno da precarização do trabalho na escola. *D.E.L.T.A.*, n. 27, p. 121-145, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v27n1/a07v27n1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

DORES, Kelly. Ipsos e IVC analisam a nova Métrica Única de Audiência para jornais. *Propmark, o jornal do mercado da comunicação*. Online, 13 out. 2015. Disponível em: <<http://propmark.com.br/midia/ipsos-e-ivc-analisam-a-nova-metrica-unica-de-audiencia-para-jornais>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 5. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

JORNAL NACIONAL. Refugiados que chegam ao Brasil enfrentam muitas dificuldades. *Jornal Nacional*. Online, 12 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/refugiados-que-chegam-ao-brasil-enfrentam-muitas-dificuldades.html>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. De Souza-e-Silva, Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAREGA, Larissa Minuesa Pontes. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 11/1, p. 151-165, jul. 2008 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/3088/2621>>. Acesso em: 27 maio 2018.

MARQUEZAN, R. O discurso da legislação sobre o sujeito deficiente. *Rev. Bras. Educação Especial*. Marília, SP, v.14, n.3, p.463-478, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382008000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 jan. 2018.

MEIO&MENSAGEM. Entenda como funciona a métrica única. Publicado em 8 dez. 2015. *MEIO&MENSAGEM*, online, 08 dez. 2015. Seção Mídia. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/12/08/entenda-como-funciona-a-metrica-unica.html>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 6 Jun. 1996. Disponível em: <<http://www.penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguisticos/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PACHECO, Luciana Botelho. Como se fazem as leis. *Centro de Informação e Documentação*, 3. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013.

Publicidade. *Folha de São Paulo*, online, [20--?]. Acesso em: 10 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.publicidade.folha.com.br/folha/cadernos/cotidiano/>>.

PROGRAMA INTERLEGIS (Brasil). *Conheça detalhadamente as Casas Legislativas brasileiras*, 2013. Disponível em: <http://www.interlegis.leg.br/comunidade/casas_legislativas>. Acesso em: 25 mar. 2018.

RAMIRO, Caio Henrique Lopes, HERRERA, Luiz Henrique Martim. Hans Kelsen: filosofia jurídica e democracia. *Revista de Informação Legislativa*, ano 52, n. 205, jan/mar. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p235.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p.213-230.

RIBEIRO, Rodrigo. ANJ descontinua Métrica Única. *MEIO&MENSAGEM*, online, 8 ago. 2016. Seção Mídia. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/08/08/anj-descontinua-metrica-unica.html>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p.619-632, set/dez. 2014.

ROCHA, Décio. Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia. *D.E.L.T.A.*, 29:1, 2013, p.135-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v29n1/07.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. Discurso relatado como estratégia organizadora da notícia. *The ESPecialist*, v. 24, n. especial (167-184), 2003. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/9492>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SILVA, Heber de Oliveira Costa e. Tradução e dialogismo: um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido. *Coleção Teses Dissertações 66*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SILVA, Heber de Oliveira Costa e. *Tradução e dialogismo: um estudo do papel do tradutor na construção de sentido*. Online, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/5581626/Tradu%C3%A7%C3%A3o_e_dialogismo_um_estudo_do_papel_do_tradutor_na_constru%C3%A7%C3%A3o_do_sentido_2013_>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SOARES, Morgana Maria Pessôa. Língua e refúgio: o ensino de português para refugiados e o efeito identitário como desafio para a composição dos materiais didáticos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN – UFF, 10., 2017. *Anais do X Congresso Internacional da ABRALIN – UFF*, p.1225-1231. Disponível em: <<http://www.anaisabralin.uff.br/index.php/revista/issue/view/3/Parte%203>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOBRAL, Adail Ubirajara. *Dizer o mesmo aos outros: ensaios sobre tradução*. São Paulo: Special Book Service Livraria, 2008, 143p.

SOBREIRA, Fernanda Martinelli. Refugiados LGBTI no Brasil. *Travessia – revista do migrante*, n.77, p.49-66, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/maxeditora1/docs/miolo_travessia_77__completo_ed85c0d4e44612>. Acesso em: 1 jun. 2016.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília; ROCHA, Décio. Resenha de “Gênese dos discursos”, de Dominique Mainueneau. *ReVEL*, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/resenhas/resenha.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

UN GENERAL ASSEMBLY. Convention Related to the Status of Refugees, 28 jul. 1951, United Nations, *Treaty Series*, v. 189, p. 137. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3be01b964.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNHCR. *Global trends: Forced displacement in 2017*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5b27be547/unhcr-global-trends-2017.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

WOLF, Paulo José Whitaker; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. *Os Estados de bem-estar social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 3 (58), p. 661-694, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n3/1982-3533-ecos-25-03-00661.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ANEXO A - Notícia 1

04/05/2018 Crispim Calonge, 41: Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em SP - 03/01/2016 - Cotidiano - Fo...



Login
Assine a Folha
Atendimento
Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R\$
NO PRIMEI
ASSINE J

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2018 16:38

Opinião Poder Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura F5 Sobre Tudo

Últimas notícias Novo comandante da PM toma posse em SP e pede refl

Buscar...

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$ 1,90 no primeiro mês. ASSINE JÁ!

cotidiano

febre amarela massacre em presídios carna

minha história

CRISPIM CALONGE, 41

Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em SP

(...)Depoimento a
SABINE RIGHETTI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

03/01/2016 02h00 - Atualizado em 15/02/2016 às 11h03

Erramos: esse conteúdo foi alterado

Compartilhar

< 7,4 mil

Mais opções

RESUMO Aos 16 anos, o angolano Crispim Calonge entrou sozinho em um avião sem saber o destino. Ele fugia da guerra civil que assolava seu país praticamente desde que tinha nascido. Parou na Itália e percorreu quase 20 países até chegar ao Brasil. Viveu nas ruas de São Paulo por nove meses, inclusive já aluno da USP. Hoje, empresário na área de idiomas, dá aula aos refugiados.

COMPARTILHE

Até hoje esse episódio causava um certo desconforto na minha família. Tinha 16 anos e fui com meu irmão mais novo e minha mãe vender cerveja em Dundo, Angola.

Avistei um avião de resgate de estrangeiros e decidi entrar. Era 1990, no meio da guerra civil. Tudo o que a gente queria era fugir. Perdi meu irmão de vista e avisei a minha mãe que iria embora.

Entre na aeronave falando inglês para fingir que era estrangeiro. Pediram meu passaporte. Mas respondi que estávamos na guerra e que não tinha

PUBLICIDADE

leia também

Taxistas agridem equipe da Globo em protesto em frente à Prefeitura de SP

Criança é salva de deslizamento por abraço de avó

Edição impressa



A FOLHA PÔE O BLOG NA RUA

ALALÃO

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE A
Tire as d
principa

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar



COMPARTILHE ESTE LINK

< 7,4 mil

http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1725318-angolano-foge-da-guerra-mora-na-rua-estuda-e-agora-ajuda-refugiados-em-sp.shtml

1

04/05/2018 Crispim Calonge, 41: Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em SP - 03/01/2016 - Cotidiano - Fo... documentos.

Entrei sem saber para onde estava indo. O avião parou em Malta, na Itália, onde vivi como refugiado.

Angolano refugiado

1 de 4

Diego Padgurachi / Folhapress



Sou das tribos Luba [Congo, de onde vieram meus pais] e Tchokwé [Angola, onde nasci]. Lá, falávamos tchiluba, kimbuldo, umbundo e outras línguas africanas, além do francês e do português. Hoje falo 12 idiomas.

O inglês que me tirou de Angola aprendi na igreja. Minha mãe é católica, os padres me ensinaram inglês. Hoje sou ateu, mas respeito todas as religiões. Na "Terra Nova" [centro de acolhida para refugiados], dou aula para budista, católico, muçulmano. Respeito a todos e peço que façam o mesmo. Foi o desrespeito que fez com que eles deixassem o país deles, não podemos repetir o erro.

Depois da Itália, voltei para Angola, mas a guerra continuava e sai de novo com o pretexto de fazer direito em uma universidade da Rússia.

Como as aulas eram em russo, tive que me virar. Em uns quatro meses estava conseguindo falar. Em uns 15 dias tinha uma namorada russa [risos]. Eu era diferente por ser negro, mas não soufri preconceito. Alguns até me tocavam de curiosidade.

Cheguei ao Brasil em 1995, depois de morar em países do Leste Europeu e nos Estados Unidos, trabalhando como professor e garçom. Vim para a Bahia, depois me mudei para São Paulo, com R\$ 150 no bolso. O dinheiro acabou e aí conheci a pobreza.

Morei na rua por nove meses, embaixo da ponte Eusébio Matoso [zona oeste da cidade]. Vivi lá mesmo depois de entrar em letras na USP. Tomava banho no CPUSP [Centro de Práticas Esportivas da USP] e ia para aula. Depois voltava e dormia na rua.

Com uma namorada brasileira, mãe do meu filho mais velho, Oluwasheun ["obrigada Deus", em tchiluba; ele também tem uma filha bebê chamada Ayodele, que significa "alegria que chegou em casa"], passei a morar no Crusp [moradia estudantil].

Quando entrei na USP, a gente era barrado na porta com um "pois não?" Eu respondia que estava indo para a aula. Preconceito racial mesmo eu conheci no Brasil.



Por R\$ 49,90

Comprar

TRANSPARÊNCIA

Folha usa ferramenta on-line para acompanhar 118 promessas feitas por Doria em campanha

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Digite seu email...

enviar

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

PUBLICIDADE



EM COTIDIANO

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Vazio por anos, prédio é reformado por sem-teto e agora vira exemplo em SP		
2	Doria posou com líder de invasão que, segundo ele, foi financiada por facção		
3	Corpo é localizado em escombros de prédio; 5 seguem desaparecidos		
4	Mulher perde voo, invade pista do aeroporto de Guarulhos e é detida		
5	Plano para bombeiro ampliar fiscalização de prédios adormece em SP		

folhash

Compare preços:



CMA Series 4



O melhor sistema para inv... na bolsa!



+ livraria

Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores

Sociologia do século XXI: transformação do século XXI

Livro de fad...

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar

7,4 mil

04/05/2018 Crispim Calonge, 41: Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em SP - 03/01/2016 - Cotidiano - Fo...

É aqui que entro em um restaurante com a minha mulher e o garçom me pergunta se eu sei o preço dos pratos. Minha empresa de idiomas oferece aulas para 370 alunos. São executivos e chefes. Nenhum deles é negro.

Minha família se espalhou pela Europa na guerra, mas quase todos voltaram para Angola [o conflito acabou em 2002]. Não sinto vontade de voltar. Sou "do mundo".

Ganho dinheiro com a empresa, mas duas vezes por semana dou aula de português aos refugiados. Faço por obrigação moral. Se viver no Brasil é difícil, imagina para quem larga tudo e chega aqui sem falar português?

Existem mais lugares em paz do que em guerra. Acredito na bondade das pessoas.

ERRAMOS: O conteúdo desta página foi alterado para refletir o abaixo

15/02/2016 11h03 Malta não pertence à Itália.

Compartilhar < 7,4 mil Mais opções

temas relacionados

usp

recomendado

 <p>Ator Fábio Assunção é preso após bater contra carros em São Paulo</p>	 <p>Luísa Sonza pede que mulheres se unam após ser criticada por...</p>	 <p>3 Ações que podem até triplicar seu capital!</p> <p>(Empiricus Research)</p>	 <p>Novo clareador dental caseiro vira febre no Brasil</p> <p>(Bem Estar)</p>
 <p>Fábio Assunção afirma não ter dinheiro para pagar fiança de R\$ 30 mil</p>	 <p>Fatia do bolo do casamento do príncipe Charles com Diana pode...</p>	 <p>Ganhe dinheiro hospedando viajantes! A procura está alta na sua...</p> <p>(Booking.com)</p>	 <p>Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress</p> <p>(Méliuz)</p>

	<p>A Lei da Atração - Peça, Acredite e Receba</p> <p>Michael J. Losler</p> <p>De: R\$ 24,90</p> <p>Por: R\$ 20,90</p> <p>Comprar</p>
	<p>Racismos - Das Cruzadas ao Século XX</p> <p>Francisco Bethencourt</p> <p>Por: R\$ 74,90</p> <p>Comprar</p>
	<p>Cinema Faroeste - Digistack (Vol. 6) (DVD)</p> <p>Vários</p> <p>Por: R\$ 79,90</p> <p>Comprar</p>
	<p>Achados e Perdidos da História - Escravos</p> <p>Leandro Fabiano Narloch</p> <p>De: R\$ 39,90</p> <p>Por: R\$ 38,90</p> <p>Comprar</p>
	<p>Cartola - Todo o Tempo Que Eu Viver 1967 - 1976 (Box 3 CDs) (CD)</p> <p>Cartola</p> <p>Por: R\$ 69,90</p> <p>Comprar</p>

 <p>O Que os Donos do Poder Não Querem Que Você Saiba</p> <p>Eduardo Moreira</p> <p>De: R\$ 24,00</p> <p>Por: R\$ 20,90</p> <p>Comprar</p>	 <p>Box - Batman - A Série Completa da Televisão (DVD)</p> <p>Vários</p> <p>Por: R\$ 199,90</p> <p>Comprar</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Box de DVD reúne dupla de clássicos de Andrei Tarkóvski
 Como atingir alta performance por meio da autorresponsabilidade
 'Fluxos em Cadeia' analisa funcionamento e cotidiano do sistema penitenciário
 Livro analisa comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola
 Livro traz mais de cem receitas de saladas que promovem saciedade

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar < 7,4 mil

04/05/2018 Crispim Calonge, 41: Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em SP - 03/01/2016 - Cotidiano - Fo...

comentários

Ver todos os comentários (8)

Caro leitor,

Termos e condições

para comentar, é preciso ser assinante da **Folha**. Caso já seja um, por favor entre em sua conta cadastrada. Se já é assinante mas não possui senha de acesso, cadastre-se.

Faça seu login

Cadastre-se

Assine

MT 03/01/2016 06h20 3 0 Denunciar COMPARTILHAR

Um bom exemplo de como a imigração nos favorece com a riqueza cultural e de vida dos que acho chegam. A frase que impacta: ele esteve em muitos países mas conheceu o preconceito racial no Brasil. A hipocrisia com que lidamos com a questão no Brasil. Não resolvemos a questão da sombra da escravidão. Não resolvemos a questão das torturas e da ditadura. O preço por essas omissões é alto.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Responder

Neli Faria 03/01/2016 10h29 2 0 Denunciar COMPARTILHAR

Parabéns!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Responder

Amauri 03/01/2016 15h46 2 0 Denunciar COMPARTILHAR

E enquanto isso nossa high society brasileira fica com seus "aihn...que desesperança, vou morar em new york...aihn Brasil não dá mais sabe." Não estão interessados em empreender um país, uma nação, mas sim continuarem a viver como sinhozinhos e sinhazinhas como o fazem a 500 anos.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Responder

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

<p>FOLHA DE S. PAULO</p> <ul style="list-style-type: none"> Acervo Folha Sobre a Folha Expediente Fale com a Folha Feeds da Folha Folha Eventos E-mail Folha Ombudsman Atendimento ao Assinante ClubeFolha PubliFolha Banco de Dados Datafolha Folhapress Treinamento Trabalhe na Folha Publicidade Política de Privacidade 	<p>Login</p> <p>Assine a Folha</p> <p>Atendimento</p> <p>Versão Impressa</p> <p>PROJETO EDITORIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Princípios editoriais Conheça o Projeto Editorial In English Folha's Editorial Principles Read the Editorial Project En Español Princípios Editoriais Lea el Proyecto Editorial en Français Principes Editoriaux Lisez le Projet Editorial <p>POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> Poder Lava Jato 	<p>PAINEL DO LEITOR</p> <ul style="list-style-type: none"> Painel do Leitor A Cidade é Sua Envie sua Notícia <p>COTIDIANO</p> <ul style="list-style-type: none"> Cotidiano Aedes aegypti Aeroportos Educação Loterias Praias Ranking Universitário Revista sãopaulo Rio de Janeiro Simulados Trânsito <p>MUNDO</p> <ul style="list-style-type: none"> Mundo Governo Trump BBC Brasil Deutsche Welle Financial Times 	<p>ESPORTE</p> <ul style="list-style-type: none"> Esporte Basquete Seleção brasileira Surfe Tênis Turfe Velocidade Vôlei <p>CIÊNCIA</p> <ul style="list-style-type: none"> Ciência Ambiente <p>SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> Equilíbrio e Saúde 	<p>TEC</p> <ul style="list-style-type: none"> Tec <p>F5</p> <ul style="list-style-type: none"> Bichos Celebridades Colunistas Fofocas Televisão <p>+ SEÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> Agência Lupa As Mais Dias Melhores Empreendedor Social Erramos Fothaleaks
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar 7,4 mil

04/05/2018 Crispim Calonge, 41: Angolano foge da guerra, mora na rua, estuda e agora ajuda refugiados em SP - 03/01/2016 - Cotidiano - Fo...

OPINIÃO

Editoriais
Blogs
Colunistas
Colunistas convidados
Ex-colunistas
Tendências/Debates

ECONOMIA

Mercado
Folhainvest
Indicadores
MPME

Folha Internacional
Radio France Internationale
The New York Times

Ilustríssima
Serafina

Infográficos
piauí
Turismo
Minha História

[ACESSE A VERSÃO PARA TABLETS E SMARTPHONES](#)

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita d
(pesquisa@folhapress.com.br).

COMPARTILHE ESTE LINK ✕

Compartilhar ↳ 7,4 mil

ANEXO B - Notícia 2

04/05/2018 Festival no MIS reúne bandas formadas por refugiados em SP; conheça - 21/01/2016 - Cotidiano - TV Folha - Folha de S.Paulo





FOLHA DIG
APENAS R\$
NO PRIMEI
ASSINE JÁ

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2018 18:03

Opinião
Poder
Mundo
Economia
Cotidiano
Esporte
Cultura
F5
Sobre Tudo

Últimas notícias [Livraria: Professor de Harvard analisa mensagens e sucesso de 'Star Wars'](#) Buscar...

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas **R\$1⁹⁰** no primeiro mês. **ASSINE JÁ!**

tvfolha cotidiano

EDITORIA [CAPA](#)

ASSISTA TAMBÉM

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Digite seu email...

enviar

Festival no MIS reúne bandas formadas por refugiados em SP; conheça

CAROLINA CAFFÉ
HELENA WOLFENSON
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

21/01/2016 12h32

Compartilhar

1,1 mil

Mais opções

No Brasil há um ano, o congolês Dei Justino, 43, conta que a vida de refugiado começou a engrenar depois que conseguiu emprego em uma marcenaria.

O haitiano Louides Charles, 37, trabalha como pedreiro. Veio para o Brasil com a mulher, as filhas ficaram. "Agora estou vendo como trazer elas."

"Não conheço meu filho, nem ele me conhece", diz por sua vez o togolês, Sassou Espoir, 29, dançarino que lembra de conhecer capoeira e samba antes de chegar por aqui.

Mais do que a tentativa de uma nova vida no Brasil, a música e a dança unem refugiados que vivem em São Paulo - no caso de Charles e Sassou, também o teto, já que vivem em ocupações de moradia popular na região central. A arte

<http://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2016/01/1731924-festival-no-mis-reune-bandas-formadas-por-refugiados-em-sp-conheca.shtml>

PUBLICIDADE



Realização:
FOLHA

EM MULTIMÍDIA

+ VISTOS

+ COMENTADOS

ÚLTIMOS

1

Confira os bastidores da reportagem que revelou fraude no Enem

2

Flávio Miyamura combina atum e algas sobre tostada de milho, no Extásia

3

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar

1,1 mil

Com qu
de todo

Amar se Aprende

Amando

Poeta de Convívio e de Humor

Por R\$ 49,90

04/05/2018 Festival no MIS reúne bandas formadas por refugiados em SP; conheça - 21/01/2016 - Cotidiano - TV Folha - Folha de S.Paulo

foi a forma que encontraram de integrar-se ao país e amenizar a falta que sentem da terra natal.

Nos últimos quatro anos e meio, o número de refugiados no Brasil quase dobrou, passando de 4.218 em 2011 para 8.400 até agosto de 2015, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça.

"Me sinto no Haiti quando estou tocando. Sinto que estou lá de verdade", afirma Charles, tecladista da banda Sattelite Musique, que em dezembro participou do 1º Festival de Refugiados, no Largo da Batata, em São Paulo. Na próxima segunda-feira (25), aniversário da cidade, o MIS recebe a 2ª edição do evento.

A apresentação das bandas integra a programação do São Paulo Sem Fronteiras. Composta por artistas refugiados de diversos países árabes, Congo, Haiti e Senegal, a agenda tem ainda, das 12h às 20h e com entrada gratuita, exposição, feira de artesanato, oficinas, exibição de filmes, música e gastronomia.

O evento é sendo organizado em parceria do MIS e Conexão Cultural com os coletivos Grist (Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto); BibliASPA (Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes); MSTC (Movimento dos Sem Tetos do Centro de São Paulo) e Associação Raso da Catarina.

temas relacionados

música

recomendado



Príncipe Harry e Meghan Markle escolhem carruagem para...



Noivos pedem réplica do muro das lamentações no Fábrica de...



Alerta: Esta ação pode ter lucro superior a 1.000%
(Inversa Publicações)



Invista em Tesouro Direto a partir de 30 reais!
(XP Investimentos)



Ivete Sangalo diz que filhas 'jamais serão chamadas de gêmeas'



Globo inverte ordem das novelas das sete por causa das eleições



Dentes brancos? Novo clareador choca o Brasil
(Bem Estar)



Panela que não gruda nem ovo chega ao Brasil
(tecnologiahoje)

comentários

Caro leitor,

[Termos e condições](#)

a área de comentários é exclusiva para assinantes da **Folha**. Queremos que você continue conosco e o convidamos a assinar o jornal – os valores começam em apenas R\$ 1,90 no primeiro mês na versão digital.

Assine

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

5

Um 360º dentro da Fábrica do Samba paulista

folhash

Compare preços:



CMA Series 4

**7Dias
Grátis**

O melhor sistema para invrt na bolsa!

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar

< 1,1 mil

04/05/2018

Festival no MIS reúne bandas formadas por refugiados em SP; conheça - 21/01/2016 - Cotidiano - TV Folha - Folha de S.Paulo

FOLHA DE S.PAULO

- Acervo Folha
- Sobre a Folha
- Expediente
- Fale com a Folha
- Feeds da Folha
- Folha Eventos
- E-mail Folha
- Ombudsman
- Atendimento ao Assinante
- ClubeFolha
- PublFolha
- Banco de Dados
- Datafolha
- Folhapress
- Treinamento
- Trabalhe na Folha
- Publicidade
- Política de Privacidade

OPINIÃO

- Editoriais
- Blogs
- Colunistas
- Colunistas convidados
- Ex-colunistas
- Tendências/Debates

Logout

Assine a Folha

Atendimento

Versão Impressa

PROJETO EDITORIAL

- Princípios editoriais
- Conheça o Projeto Editorial
- In English
- Folha's Editorial Principles
- Read the Editorial Project
- En Español
- Principios Editoriales
- Lea el Proyecto Editorial
- en Français
- Principes Éditoriaux
- Lisez le Projet Éditorial

POLÍTICA

- Poder
- Lava Jato

ECONOMIA

- Mercado
- Folhainvest
- Indicadores
- MPME

PAINEL DO LEITOR

- Painel do Leitor
- A Cidade é Sua
- Envie sua Notícia

COTIDIANO

- Cotidiano
- Aedes aegypti
- Aeroportos
- Educação
- Loterias
- Praias
- Ranking Universitário
- Revista são paulo
- Rio de Janeiro
- Simulados
- Trânsito

MUNDO

- Mundo
- Governo Trump
- BBC Brasil
- Deutsche Welle
- Financial Times
- Folha Internacional
- Radio France Internationale
- The New York Times

ESPORTE

- Esporte
- Basquete
- Seleção brasileira
- Surfe
- Tênis
- Turfe
- Velocidade
- Vôlei

CIÊNCIA

- Ciência
- Ambiente

SAÚDE

- Equilíbrio e Saúde

CULTURA

- Ilustrada
- Cartuns
- Comida
- Melhor de são paulo
- Banco de receitas
- Guia
- Ilustríssima
- Serafina

TEC

- Tec

F5

- Bichos
- Celebridades
- Colunistas
- Fofocas
- Televisão

+ SEÇÕES

- Agência Lupa
- As Mais
- Dias Melhores
- Empreendedor Social
- Erramos
- Folhaleaks
- Folha en Español
- Folha in English
- Folha Tópicos
- Folha Transparência
- Folhinha
- Fotografia
- Horóscopo
- Infográficos
- plau!
- Turismo
- Minha História

ACESSE A VERSÃO PARA TABLETS E SMARTPHONES

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S.Paulo (pesquisa@folhapress.com.br).

COMPARTILHE ESTE LINK ✕

Compartilhar ↩ 1,1 mil

ANEXO C - Notícia 3

04/05/2018

Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe - 25/03/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo



Login

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R\$
NO PRIMEI
ASSINE J

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2018 16:38

Opinião Poder Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura F5 Sobre Tudo

Últimas notícias Agrishow cresce 22% e vendas chegam a R\$ 2,7 bilhões

Buscar...

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$1⁹⁰ no primeiro mês. ASSINE JÁ!

cotidiano

febre amarela massacre em presídios carna

dia da imigração árabe

Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe

PUBLICIDADE



Karime Xavier/Folhapress

A palestina vinda da Síria Mona Hammad, 54, com o neto brasileiro de dois meses, em São Paulo

FERNANDA PERRIN
JULIANA KALIL GRAGNANI
DE SÃO PAULO

25/03/2016 02h00

Compartilhar

< 1,0 mil

Mais opções

Cercados por comida, música e dança árabe no Brasil, jovens dessa comunidade têm renovado seu interesse pela cultura dos ancestrais. Contribui para o aumento da curiosidade o fluxo recente de sírios para cá, fugidos do conflito no país.

As irmãs Lara, 27, e Angel Daher Rassi, 25, ambas formadas em administração, fizeram da cultura que corre nas veias um negócio. Com uma terceira sócia,

leia também

Apesar dos laços com o português, árabe é pouco ensinado no Brasil

Novas gerações de árabes estudam a dança do ventre sem o estereótipo

Quibe e esfíha são o emblema da integração de sírios e libaneses ao país

Mostra reúne filmes árabes e relatos de imigrantes que 'tomaram' a rua 25 de Março

Edição impressa



ALALAÓ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE AMARELA

Tire as dúvidas sobre formas de contaminação, principais sintomas e o processo de imunização



Amar se Aprende

Amando

Poesia de Convívio e de Humor

Por R\$ 49,90

Comprar

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1753319-fluxo-de-refugiados-estimula-interesse-de-jovens-pela-identidade-arabe.shtml>

1/5

04/05/2018

Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe - 25/03/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

abriram a Mici, serviço de entrega de esfihas em São Paulo, Brasília, Palmas e Goiânia.

Regina Daher Rassi, a "bisa", diz Lara, é autora da receita original das esfihas folhadas. "Minha bisavó", em árabe, é "m'ceti". Uma bisneta que não conseguia pronunciar a palavra chamava Regina de "mici", e o nome pegou na família.

As esfihas são produzidas pela herdeira da receita, a avó Angel Daher Rassi, 78, dona de bufê em Goiânia. Fazer comida libanesa, diz, é tradição familiar, agora transmitida às netas.

"Aprendi aos dez anos, na cozinha com minha mãe." Seus pais, primos de primeiro grau, saíram do interior do Líbano e se instalaram no interior do Goiás em 1910.

Eles vieram na primeira onda de imigração árabe para o Brasil, que começou na segunda parte do século 19 e se intensificou entre 1870 e 1930. Os imigrantes desse período saíram do antigo Império Otomano (da região onde hoje é principalmente Síria e Líbano), e, em menor medida, da Palestina.

As motivações para deixar a terra natal eram sobretudo econômicas, na esteira dos grandes fluxos migratórios europeus para as Américas, diz Cecília Baeza, especialista em migrações árabes para a América Latina e professora de relações internacionais da PUC-SP e da FGV-SP.

Cristãos de classe média, em sua maioria, esses imigrantes vieram em navios e se fixaram em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

"Os primeiros imigrantes árabes se especializaram no comércio porque vinham com essa experiência, já que o Oriente Médio sempre foi um ponto comercial importante. E o Brasil, nessa época, era uma economia agroindustrial, então havia uma lacuna econômica que eles preencheram", diz Baeza.

Daí a abertura de lojas de tecidos e alimentos na rua 25 de Março, em São Paulo, onde até a metade do século falava-se quase só árabe.



Foto antiga da rua 25 de Março, exibida na edição de 2013 do Festival Sul-Americano da Cultura Árabe



TRANSPARÊNCIA

Folha usa ferramenta on-line para acompanhar 118 promessas feitas por Doria em campanha

[siga a folha](#)

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

[envie sua notícia](#)

Fotos Vídeos Relatos

PUBLICIDADE

folhash

Compare preços:

CMA Series 4

**7Dias
Grátis**

O melhor sistema para invrt na bolsa!

EM COTIDIANO

+ LIDAS + COMENTADAS + ENVIADAS ÚLTIMAS

- 1 Vazio por anos, prédio é reformado por sem-teto e agora vira exemplo em SP
- 2 Doria posou com líder de invasão que, segundo ele, foi financiada por facção
- 3 Corpo é localizado em escombros de prédio; 5 seguem desaparecidos
- 4 Mulher perde voo, invade pista do aeroporto de Guarulhos e é detida
- 5 Plano para bombeiro ampliar fiscalização de prédios adormece em SP

PUBLICIDADE

Livraria de Folha **CARNAVAL DE OFERTAS** Seleção especial de produtos por até R\$ 19,90

[+ livraria](#)

Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores

Sociólogo discute transformações do século 21 em "A Era do Imprevisto"

Livro de escritora russa compila contos de fada assustadores; leia trecho

04/05/2018

Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe - 25/03/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

De tão simbólica, a rua definiu a data do dia nacional da cultura árabe no Brasil, celebrado nesta sexta-feira (25), que marca 136 anos da imigração desse povo.

Em São Paulo e em outras cidades do país, o **Festival Sul-Americano de Cultura Árabe**, que começou dia 18 e vai até dia 31, comemora a data promovendo contação de histórias, dança, oficinas de caligrafia e exposições, entre outras atividades.

Uma das expositoras é Janaina Elias, 30, artista plástica que, com um cálam, instrumento de junco usado na caligrafia árabe, faz "retratos caligráficos", inserindo a escrita em gravuras das pessoas que retrata.

Interessada pela cultura desde pequena, a artista começou a estudar o alfabeto árabe sozinha, aos 13, embora nunca tivesse certeza da origem do seu sobrenome, que é comum na comunidade, mas um mistério em sua família. Hoje, ela consegue se comunicar na língua.

REFUGIADOS

Também participam do festival grupos de refugiados que se instalaram no Brasil, vindos da Síria, principalmente. Até setembro de 2015, viviam aqui nessa condição 2.097 sírios, segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (Ministério da Justiça).

Diferentemente dos primeiros imigrantes árabes, eles são, em sua maioria, muçulmanos sunitas, e venderam tudo para chegar ao país.

"As migrações mais antigas beneficiam os novos no sentido de que passam uma imagem positiva do árabe. Eles são vistos como empreendedores, trabalhadores. É uma grande sorte para os refugiados atuais, porque chegam em um contexto em que não há um estereótipo negativo, diferentemente do que acontece na Europa", afirma Baeza.

Marcelo Haydu, fundador da ONG Adus (Instituto de Reintegração do Refugiado), em São Paulo, diz observar um interesse regular da comunidade árabe local em ajudar os refugiados – há voluntários em mesquitas, por exemplo, ou grupos como o Movimento de Ajuda aos Irmãos Sírios, que inclui 15 entidades de origem sírio-libanesa, como o Hospital Sírio-Libanês. O grupo reúne doações para distribuir aos recém-chegados.

Haydu conta que houve um "boom" de ligações e doações quando circulou a **imagem do menino curdo da Síria Alan Kurdi, 3**, que morreu afogado tentando chegar à Europa com a família.

Para Samira Osman, professora de história da Ásia da Unifesp, há uma curva identitária da comunidade árabe no Brasil, em que a identidade declina em alguns momentos e sobe em outros, quando um acontecimento intensifica esse laço. Isso acontece hoje, com o conflito sírio e os refugiados, e em outras ocasiões, como quando Israel invadiu o Líbano em 2006 e jovens da comunidade libanesa protestaram em São Paulo.

A identidade árabe da socióloga Aline Khoury, 26, despertou quando ela fez mestrado na França, onde era vista pelos colegas mais como árabe do que como brasileira. Até então, diz, nunca tinha se identificado como árabe, embora tivesse crescido comendo charuto, tabule e quibe no Natal. "Só descobri que as pessoas não faziam isso quando passei o feriado na casa do meu namorado, com mais de 20 anos" diz, rindo, Khoury, neta de sírios que chegaram ao Brasil na década de 1950.

Aos 23 anos, quando voltou ao Brasil, ela buscou entender melhor a cultura: fez aula de árabe e de dança do ventre e leu mais sobre o islã. Viajou para a Palestina, onde trabalhou como voluntária em uma ONG. Na volta, deu continuidade a esse trabalho na Cáritas, em São Paulo, instituição ligada à Igreja Católica que acolhe refugiados. Hoje, faz doutorado na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, onde pesquisa refugiados e imigrantes no Brasil.

Durante o trabalho voluntário, ela diz que sentia um laço maior com os refugiados sírios, porque lembrava do avô falando sobre Síria. "Me sensibilizava mais pela memória de meus avós. Não que me identificasse com refugiados: via neles um lugar que eu queria que estivesse como meu avô o deixou."



A Lei da Atração - Peça, Acredite e Receba

Michael J. Losler

De: R\$ 24,90

Por: R\$ 20,90

Comprar



Racismos - Das Cruzadas ao Século XX

Francisco Bethencourt

Por: R\$ 74,90

Comprar



Cinema Faroeste - Digistack (Vol. 6) (DVD)

Vários

Por: R\$ 79,90

Comprar



Achados e Perdidos da História - Escravos

Leandro Fabiano Narloch

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 38,90

Comprar



Cartola - Todo o Tempo Que Eu Viver 1967 - 1976 (Box 3 CDs) (CD)

Cartola

Por: R\$ 69,90

Comprar

04/05/2018

Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe - 25/03/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

Para Osman, da Unifesp, a identidade árabe dos descendentes brasileiros nunca se rompe, apesar das oscilações. "É difícil um descendente árabe que não se identifique com a cultura. Pode não ter conhecido o avô, mas sabe que era libanês. Há sempre essa memória ancestral."

FERNANDA PERRIN, 24, é formada em Relações Internacionais

JULIANA KALIL GRAGNANI, 24, é bisneta de libaneses e estudante de árabe

Compartilhar

1,0 mil

Mais opções

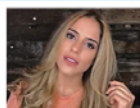
temas relacionados

[refugiados](#)

recomendado



Fábio Assunção afirma não ter dinheiro para pagar fiança de R\$ 30 mil



Saiba o que Camilla Camargo pensa sobre política, religião e...



3 Ações que podem até triplicar seu capital!

(Empiricus Research)



Novo clareador dental caseiro vira febre no Brasil

(Bem Estar)



Luísa Sonza pede que mulheres se unam após ser criticada por...



Fatia do bolo do casamento do príncipe Charles com Diana pode...



Ganhe dinheiro hospedando viajantes! A procura está alta na sua...

(Booking.com)



Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress

(Méliuz)



O Que os Donos do Poder Não Querem Que Você Saiba

Eduardo Moreira
De: R\$ 24,00
Por: R\$ 20,90

[Comprar](#)



Box - Batman - A Série Completa da Televisão (DVD)

Vários
Por: R\$ 199,90

[Comprar](#)

Box de DVD reúne dupla de clássicos de Andrei Tarkóvski
Como atingir alta performance por meio da autorresponsabilidade
'Fluxos em Cadeia' analisa funcionamento e cotidiano do sistema penitenciário
Livro analisa comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola
Livro traz mais de cem receitas de saladas que promovem saciedade

comentários

[Ver todos os comentários \(2\)](#)

Caro leitor,

[Termos e condições](#)

para comentar, é preciso ser assinante da **Folha**. Caso já seja um, por favor entre em sua conta cadastrada. Se já é assinante mas não possui senha de acesso, cadastre-se.

[Faça seu login](#)
[Cadastre-se](#)
[Assine](#)

dauner 25/03/2016 09h52 0 0 [Denunciar](#)

COMPARTILHAR

04/05/2018

Fluxo de refugiados estimula interesse de jovens pela identidade árabe - 25/03/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

Mesmo aqui em Joinville-SC, a colônia árabe é representativa e respeitada. Zattar, Daher, Farah, Amin, são sobrenomes importantes em Joinville.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

WBELONE 25/03/2016 11h49 1 2 [Denunciar](#)

COMPARTILHAR

Isso é preocupante, na Bélgica também começou assim.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE



<p>FOLHA DE S. PAULO</p> <ul style="list-style-type: none"> Acervo Folha Sobre a Folha Expediente Fale com a Folha Feeds da Folha Folha Eventos E-mail Folha Ombudsman Atendimento ao Assinante ClubeFolha PubliFolha Banco de Dados Datafolha Folhapress Treinamento Trabalhe na Folha Publicidade Política de Privacidade <p>OPINIÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> Editoriais Blogs Colunistas Colunistas convidados Ex-colunistas Tendências/Debates 	<input type="button" value="Login"/> <input type="button" value="Assine a Folha"/> <input type="button" value="Atendimento"/> <input type="button" value="Versão Impressa"/>	<p>PROJETO EDITORIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> Princípios editoriais Conheça o Projeto Editorial In English Folha's Editorial Principles Read the Editorial Project En Español Principios Editoriales Lea el Proyecto Editorial en Français Principes Éditoriaux Lisez le Projet Editorial <p>POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> Poder Lava Jato <p>ECONOMIA</p> <ul style="list-style-type: none"> MPME 	<p>PAINEL DO LEITOR</p> <ul style="list-style-type: none"> Painel do Leitor A Cidade é Sua Envie sua Notícia <p>COTIDIANO</p> <ul style="list-style-type: none"> Cotidiano Aedes aegypti Aeroportos Educação Loterias Praias Ranking Universitário Revista são paulo Rio de Janeiro Simulados Trânsito <p>MUNDO</p> <ul style="list-style-type: none"> Mundo Governo Trump BBC Brasil Deutsche Welle Financial Times Folha Internacional Radio France Internationale The New York Times 	<p>ESPORTE</p> <ul style="list-style-type: none"> Esporte Basquete Seleção brasileira Surfe Tênis Turfe Velocidade Vôlei <p>CIÊNCIA</p> <ul style="list-style-type: none"> Ciência Ambiente <p>SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> Equilíbrio e Saúde <p>CULTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> Ilustrada Cartuns Comida Melhor de são paulo Banco de receitas Guia Ilustríssima Serafina 	<p>TEC</p> <ul style="list-style-type: none"> Tec <p>F5</p> <ul style="list-style-type: none"> Bichos Celebridades Colunistas Fofocas Televisão <p>+ SEÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> Agência Lupa As Mais Dias Melhores Empreendedor Social Erramos Folhaleaks Folha en Español Folha in English Folha Tópicos Folha Transparência Folhinha Fotografia Horóscopo Infográficos plaiú Turismo Minha História
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

[ACESSE A VERSÃO PARA TABLETS E SMARTPHONES](#)

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita de pesquisa@folhapress.com.br.

ANEXO D - Notícia 4

04/05/2018

Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP - 25/06/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo



FOLHA DE S. PAULO



Logout

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R\$
NO PRIMEI
ASSINE JÁ

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2018 18:01

Opinião
Poder
Mundo
Economia
Cotidiano
Esporte
Cultura
F5
Sobre Tudo

Últimas notícias Prerrogativa de foro e casos fronteiriços Buscar...

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$1⁹⁰ no primeiro mês. ASSINE JÁ!

cotidiano

Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP

FABIO PAGOTTO
DO "AGORA"

25/06/2016 02h00

Compartilhar

< 28 mil

Mais opções

Engenheiros de diversas áreas, professores universitários e até um médico e um psicólogo estão varrendo as ruas de São Paulo. Ao menos 50 dos 311 estrangeiros contratados pela Inova, empresa responsável pela limpeza pública de parte da cidade, têm diploma de ensino superior.

Fugindo do caos político de Angola, do Congo e da Nigéria, na África, esses estrangeiros têm vindo ao Brasil em busca de uma vida mais estável e sonham em trazer para cá suas famílias. No caso dos congoleses, muitos não conseguem contato com parentes desde que estão no Brasil, alguns há dois anos.

Refugiados com nível universitário trabalham nas ruas de SP

1 de 3

GRAFIA DO AGORA



<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1785591-engenheiros-e-professores-refugiados-estao-entre-varredores-das-ruas-de-sp.shtml?loggedpaywall>

febre amarela massacre em presídios carna

PUBLICIDADE

leia também

Forte neblina prejudica visibilidade em aeroportos de SP

Brasil vai exigir vacina contra febre amarela a turistas da Angola e Congo

Forte neblina fez aeroportos de SP operarem por instrumentos

Edição impressa



ALALAÔ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE AMARELA

Tire as dúvidas sobre formas de contaminação, principais sintomas e o processo de imunização



Balanço das Promessas de Doria



Amar se Aprende Amando

Poesia de Convívio e de Humor

Por R\$ 49,90

Comprar

04/05/2018

Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP - 25/06/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo



O Congo está imerso em uma violenta guerra civil há 20 anos, com saldo de mais de seis milhões de mortos. Uma recente reviravolta política provocou uma onda de imigração rumo ao Brasil. Foi assim que o engenheiro agrônomo Reagan Mukimalio, 24, desembarcou no país. Ele está aqui há nove meses e há quatro trabalha para a Inova.

Em seu país, Mukimalio trabalhava para a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), no comando de uma equipe que produzia adubo a partir de compostagem. Em São Paulo, o engenheiro passou a pegar no pesado, no programa de compostagem da Inova na Lapa (zona oeste), produzindo adubo a partir dos restos das 26 feiras do bairro.

"No meu país sou perseguido político. Prefiro ser trabalhador braçal vivo aqui do que um intelectual morto na África", diz Mukimalio. Ele diz que está mais feliz aqui. "Amo o Brasil, terra abençoada, aqui há paz. Aqui o Estado funciona, há garantias para o cidadão que não existem em meu país. Quero trazer minha família", contou o engenheiro.

Ele tem mulher e um filho de 10 meses em Kinshasa, capital do Congo. "Preciso juntar 6.000 dólares para isso", falou Mukimalio, que ganha R\$ 1.059 por mês. A Inova, empresa responsável pela limpeza urbana da região noroeste da cidade, abriu em maio de 2015 um programa para possibilitar a integração e recolocação de imigrantes e refugiados.

Segundo a empresa, o projeto é uma parceria com o CATE (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo) e do CRAI (Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes). Ela garante apoio jurídico, informações sobre regularização migratória, documentação, cursos de qualificação, atendimento gratuito com profissionais de psicologia e acesso aos serviços públicos municipais.

Segundo o presidente da Inova, Reginaldo Bezerra, com a entrada dos estrangeiros houve aumento na produtividade das equipes operacionais e diminuição na rotatividade. "São profissionais comprometidos, dedicados, disciplinados e que motivam os outros colaboradores a partir do exemplo de conduta profissional."

O psicólogo Pedro dos Santos Fula, 38, tinha um consultório na capital de Angola, Luanda. Depois de uma disputa familiar por herança, diz que foi ameaçado por parentes e teve que fugir para o Brasil com o filho de seis anos, deixando a mulher e um filho de dois anos. Atualmente, trabalha na varrição das ruas como gari.

"A situação política é caótica no meu país, a Justiça é precária e a polícia não garante a segurança dos cidadãos. Por isso tive que fugir para o Brasil", diz Fula. Formado na Universidade de Kinshasa, na capital da vizinha República Democrática do Congo, e fluente em quatro línguas, o psicólogo está no Brasil há quatro meses.

"Já arrumei emprego, meu filho está na escola. Aqui tem segurança e estabilidade", afirma Fula. Agora, ele pretende revalidar seu diploma, para voltar a trabalhar como psicólogo.

Há ainda 102 pessoas com formação técnica trabalhando na varrição. É o caso dos congoleses Eric Mulaza Kakodi, 30, topógrafo, Ton Ton Madeko, 29, mecânico, e Mfumu Kausokwa, 34, mecânico. Perseguidos políticos, eles sonham voltar a exercer suas funções originais.

"Vocês não sabem a benção que é não ter guerra e ter democracia. Aqui, a presidente está saindo e ninguém morreu. No Congo, quando muda o governo logo matam a oposição", diz Kakodi.

Compartilhar 28 mil Mais opções

TRANSPARÊNCIA

Folha usa ferramenta on-line para acompanhar 118 promessas feitas por Doria em campanha

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

PUBLICIDADE

EM COTIDIANO

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Vazio por anos, prédio é reformado por sem-leto e agora vira exemplo em SP		
2	Doria posou com líder de invasão que, segundo ele, foi financiada por facção		
3	Corpo é localizado em escombros de prédio; 5 seguem desaparecidos		
4	Incêndio deixa dois feridos em Botafogo, na zona sul do Rio		
5	Novo comandante da PM toma posse em SP e pede reflexão sobre mortes		

PUBLICIDADE



+ livraria

Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores

Sociólogo discute transformações do século 21 em "A Era do Imprevisto"

Livro de escritora russa compila contos de fada assustadores; leia trecho

A Lei da Atração -
Peça, acredite e
Receba

Michael J. Losler

folhash

Compare preços:



CMA Series 4

7Dias
GrátisO melhor sistema para invrt
na bolsa!

04/05/2018

Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP - 25/06/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

temas relacionados

refugiados

recomendado



Curto-circuito provocou incêndio em prédio que ruíu em SP, diz...



Luisa Sonza pede que mulheres se unam após ser criticada por...



3 Ações que podem até triplicar seu capital!

(Empiricus Research)



Novo clareador dental caseiro vira febre no Brasil

(Bem Estar)



Alice Milagres, filha da intérprete da Filó, do bordão 'Ô coitado', fol...



Português Felipe Oliveira Baptista deixa direção artística da Lacoste



Ganhe dinheiro hospedando viajantes! A procura está alta na sua...

(Booking.com)



Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress

(Méliuz)



O que os Donos do Poder Não Querem Que Você Saiba

Eduardo Moreira

De: R\$ 24,00

Por: R\$ 20,90

Comprar



Box - Batman - A Série Completa da Televisão (DVD)

Vários

Por: R\$ 199,90

Comprar

Box de DVD reúne dupla de clássicos de Andrei Tarkóvski
Como atingir alta performance por meio da autorresponsabilidade
'Fluxos em Cadeia' analisa funcionamento e cotidiano do sistema penitenciário
Livro analisa comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola
Livro traz mais de cem receitas de saladas que promovem saciedade

comentários

Ver todos os comentários (21)

Caro leitor,

Termos e condições

a área de comentários é exclusiva para assinantes da **Folha**. Queremos que você continue conosco e o convidamos a assinar o jornal – os valores começam em apenas R\$ 1,90 no primeiro mês na versão digital.

Assine

Grace 25/06/2016 10h57 4 0 Denunciar

COMPARTILHAR

É comovente o relato desses imigrantes sobre sua situação no Brasil: falam com amor e admiração de um país onde o próprio povo brasileiro não valoriza. Nós nunca vivemos as mazelas de a guerra civil, ou regimes de extermínio (mesmo em tempo de ditadura, com as devidas proporções). Precisamos resgatar nossa esperança no país - que esses imigrantes nos sirvam de inspiração!

O comentário não representa a opinião do jornal; e responsabilidade é do autor da mensagem

Responder

jeluca 25/06/2016 14h01 4 0 Denunciar

COMPARTILHAR

Sejam bem-vindos, sejam felizes. Há lugar para todos. A propósito, os garis precisam de todo respeito, sem eles haveria o caos. Trata-se de serviço braçal, mas de natureza essencial ao

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1785591-engenheiros-e-professores-refugiados-estao-entre-varredores-das-ruas-de-sp.shtml?loggedpaywall>



De: R\$ 24,90

Por: R\$ 20,90

Comprar



Racismos - Das Cruzadas ao Século XX

Francisco Bethencourt

Por: R\$ 74,90

Comprar



Cinema Faroeste - Digistack (Vol. 6) (DVD)

Vários

Por: R\$ 79,90

Comprar



Achados e Perdidos da História - Escravos

Leandro Fabiano Nartoch

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 38,90

Comprar



Cartola - Todo o Tempo Que Eu Viver 1967 - 1976 (Box 3 CDs) (CD)

Cartola

Por: R\$ 69,90

Comprar

04/05/2018 **Engenheiros e professores refugiados estão entre varredores das ruas de SP - 25/06/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo**

bem-estar coletivo. Que a sociedade os valorize, os trate com carinho.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Responder

Neli Faria 25/06/2016 12h02 1 0 Denunciar

COMPARTILHAR

Que Deus abençoe a todos.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

Responder

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE



Logout

Assine a Folha

Atendimento

Versão Impressa

FOLHA DE S.PAULO

Acervo Folha
Sobre a Folha
Expediente
Fale com a Folha
Feeds da Folha
Folha Eventos
E-mail Folha
Ombudsman
Atendimento ao Assinante
ClubeFolha
PubliFolha
Banco de Dados
Datafolha
Folhapress
Treinamento
Trabalhe na Folha
Publicidade
Política de Privacidade

OPINIÃO

Editoriais
Blogs
Colunistas
Colunistas convidados
Ex-colunistas
Tendências/Debates

PROJETO EDITORIAL

Princípios editoriais
Conheça o Projeto Editorial
In English
Folha's Editorial Principles
Read the Editorial Project
En Español
Principios Editoriales
Lea el Proyecto Editorial
en Français
Principes Éditoriaux
Lisez le Projet Éditorial

POLÍTICA

Poder
Lava Jato

ECONOMIA

Mercado
Folhainvest
Indicadores
MPME

PAINEL DO LEITOR

Painel do Leitor
A Cidade é Sua
Envie sua Notícia

COTIDIANO

Cotidiano
Aedes aegypti
Aeroportos
Educação
Loterias
Praias
Ranking Universitário
Revista são paulo
Rio de Janeiro
Simulados
Trânsito

MUNDO

Mundo
Governo Trump
BBC Brasil
Deutsche Welle
Financial Times
Folha Internacional
Radio France Internationale
The New York Times

ESPORTE

Esporte
Basquete
Seleção brasileira
Surfe
Tênis
Turfe
Velocidade
Vôlei

CIÊNCIA

Ciência
Ambiente

SAÚDE

Equilíbrio e Saúde

CULTURA

Ilustrada
Cartuns
Comida
Melhor de são paulo
Banco de receitas
Guia
Ilustríssima
Serafina

TEC

Tec

F5

Bichos
Celebridades
Colunistas
Folices
Televisão

+ SEÇÕES

Agência Lupa
As Mais
Dias Melhores
Empreendedor Social
Erramos
Folhaleaks
Folha en Español
Folha in English
Folha Tópicos
Folha Transparência
Folhinha
Fotografia
Horóscopo
Infográficos
piái
Turismo
Minha História

ACESSE A VERSÃO PARA TABLETS E SMARTPHONES

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da pesquisa@folhapress.com.br.

ANEXO E - Notícia 5

04/05/2018

Projeto une refugiado e empregador usando 'máquina de currículos' em SP - 06/05/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo



Login

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R
NO PRIMEI
ASSINE J

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2018 17:56

Opinião Poder Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura F5 Sobre Tudo

Últimas notícias Prerrogativa de foro e ca

Buscar...

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$1⁹⁰ no primeiro mês. ASSINE JÁ!

cotidiano

febre amarela massacre em presídios carna

Projeto une refugiado e empregador usando 'máquina de currículos' em SP

Estou Refugiado

1 de 6

Rafa Yamamoto/Divulgação



JÚLIA BARBON
DE SÃO PAULO

06/05/2017 16h03



leia também

Senado aprova nova lei de migração, que segue para sanção de Temer

Sem-teto 'renasce' com novo emprego, faz compras e já mira um apartamento

Ação de Doria para moradores de rua tem de demissão a autoestima em alta

> dias melhores

alalá
A FOLHA PÔE O BLOG NA RUA

ALALÁO

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE AMARELA



Amar se Aprende
Amando

Poesia de Convívio e
de Humor

04/05/2018

Projeto une refugiado e empregador usando 'máquina de currículos' em SP - 06/05/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

Compartilhar

816

Mais opções

"Você acredita em destino?", diz a grande placa branca. Logo abaixo, um botão verde. Quem o aperta participa de uma espécie de sorteio, só que o prêmio é um pouco mais complexo: achar emprego para um refugiado.

A "máquina" é uma ação do projeto Estou Refugiado em parceria com a ONG Human Rights Watch. Ficará instalada até este domingo (7) no MIS (Museu da Imagem e do Som), no Jardim Europa, zona oeste de São Paulo, das 12h às 20h.

Funciona assim: o computador embaralha os nomes de 38 estrangeiros e escolhe um deles, que aparece na tela. Essa pessoa então conta sua história em um vídeo, enquanto seu currículo é impresso. É aí que entra a parte do destino. O participante é convidado a indicar ou oferecer um trabalho para aquele que "o acaso" lhe apontou.

O congolês Jeef Bobolibanda, 45, que veio para o Brasil há dois anos, é um dos que procuram trabalho. Após sua irmã ser assassinada durante uma manifestação, passou a trabalhar numa ONG para denunciar violências contra os direitos humanos.

Começou a ser perseguido e chegou a ser torturado durante uma semana. Enquanto se recuperava dos ferimentos, um militar o deixou fugir do hospital. Foi quando ele resolveu sair do país.

Lá, era professor e complementava a renda como agente de segurança e operador. "Combinava muitos serviços, porque o pagamento é pouco." Aqui, já trabalhou como ajudante geral em indústrias e num restaurante francês.

"No momento não tenho escolha, todo trabalho vou fazer, porque tenho que mandar dinheiro para a minha família. Aqui escola é grátis. Lá, se você não tem dinheiro, sua criança não vai na escola." Ele já conseguiu alugar uma casa em Santana (zona norte) e tenta trazer a esposa e seus cinco filhos do Congo.

Desde segunda (1º), Jeef está fazendo um "bico", como ele mesmo diz, no museu. Ele apresenta a "máquina de currículos" aos visitantes.

A ação acompanha a exposição "Farida, um conto sírio", do fotógrafo Maurício Lima, que mostra a saga de milhões de refugiados por meio da [jornada de uma família](#). Diferentemente da exposição, porém, a máquina só vai ficar ali por uma semana.

O plano é que ela seja itinerante, conta Luciana Capobianco, publicitária e diretora-executiva do Estou Refugiado. "A partir da semana que vem continuamos. A ideia é coletar mais 50 histórias agora, mas isso não para."

Segundo ela, o objetivo é "rodar" em locais mais próximos do empresariado, como o Conjunto Nacional e o shopping Iguatemi. O Estou Refugiado trabalha há quase dois anos com a conscientização sobre os refugiados e a recolocação deles no mercado. Por enquanto, os projetos são financiados pela própria Luciana.

"A proposta desta ação é fazer uma provocação aos empresários. Existem muitos refugiados qualificados, que tiveram que largar o que faziam. Não é só a questão da vaga, é preciso ajudá-los a se inserir nas empresas", diz ela.

Os últimos dados do Ministério da Justiça apontam que havia 8.863 refugiados no Brasil em abril de 2016 – um aumento de 127% com relação a 2010. Os sírios têm a maior comunidade (2.298), seguidos pelos angolanos (1.420), colombianos (1.100), congolezes (968) – como Jeef – e palestinos (376). Ao todo há 79 nacionalidades no país.

SERVIÇO

Totem Interativo Estou Refugiado
Onde: MIS (Museu da Imagem e do Som)

Tire as dúvidas sobre formas de contaminação, principais sintomas e o processo de imunização

Por R\$ 49,90

Comprar



TRANSPARENCIA

Folha usa ferramenta on-line para acompanhar 118 promessas feitas por Doria em campanha

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

 Digite seu email...

 enviar

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

PUBLICIDADE



EM COTIDIANO

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Vazio por anos, prédio é reformado por sem-teto e agora vira exemplo em SP		
2	Doria posou com líder de invasão que, segundo ele, foi financiada por facção		
3	Corpo é localizado em escombros de prédio; 5 seguem desaparecidos		
4	Incêndio deixa dois feridos em Botafogo, na zona sul do Rio		
5	Novo comandante da PM toma posse em SP e pede reflexão sobre mortes		

PUBLICIDADE



+ livreria

Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores

Sociólogo discute transformações do século 21 em "A Era do Imprevisto"

folhash

Compare preços:



CMA Series 4

7Dias Grátis

O melhor sistema para invrt na bolsa!

04/05/2018

Projeto une refugiado e empregador usando 'máquina de currículos' em SP - 06/05/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

Endereço: Av. Europa, 158, Jardim Europa - São Paulo**Quando:** Até este domingo (7), das 12h às 20h**Mais informações:** www.estourefugiado.com.br

Livro de escritora russa compila contos de fada assustadores; leia trecho

Compartilhar

816

Mais opções

temas relacionados

refugiados

recomendado

**Ator Fábio Assunção é preso após bater contra carros em São Paulo****Jojo Todynho assume namoro de sete meses com MC Renan Pitbull****3 Ações que podem até triplicar seu capital!**

(Empiricus Research)

**Novo clareador dental caseiro vira febre no Brasil**

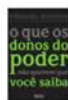
(Bem Estar)

**Jovem ganha triciclo adaptado de Whindersson, mas caso vai parar na...****Globo quer Selton Mello como vilão de novela escrita pela autora de 'Justiça'****Ganhe dinheiro hospedando viajantes! A procura está alta na sua...**

(Booking.com)

**Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress**

(Méliuz)

**O que os Donos do Poder Não Querem Que Você Saiba**

Eduardo Moreira

De: R\$ 24,00

Por: R\$ 20,90

Comprar

**Box - Batman - A Série Completa da Televisão (DVD)**

Vários

Por: R\$ 199,90

Comprar

Box de DVD reúne dupla de clássicos de Andrei Tarkóvski

Como atingir alta performance por meio da autorresponsabilidade

'Fluxos em Cadeia' analisa funcionamento e cotidiano do sistema penitenciário

Livro analisa comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola

Livro traz mais de cem receitas de saladas que promovem saciedade

comentários

Caro leitor,

Termos e condições

para comentar, é preciso ser assinante da **Folha**. Caso já seja um, por favor entre em sua conta cadastrada. Se já é assinante mas não possui senha de acesso, cadastre-se.

Faça seu login

Cadastre-se

Assine

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

04/05/2018

Projeto une refugiado e empregador usando 'máquina de currículos' em SP - 06/05/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

FOLHA DE S.PAULO

- Acervo Folha
- Sobre a Folha
- Expediente
- Fale com a Folha
- Feeds da Folha
- Folha Eventos
- E-mail Folha
- Ombudsman
- Atendimento ao Assinante
- ClubeFolha
- PubliFolha
- Banco de Dados
- Datafolha
- Folhapress
- Treinamento
- Trabalhe na Folha
- Publicidade
- Política de Privacidade

OPINIÃO

- Editoriais
- Blogs
- Colunistas
- Colunistas convidados
- Ex-colunistas
- Tendências/Debates

PROJETO EDITORIAL

- Princípios editoriais
- Conheça o Projeto Editorial
- In English
- Folha's Editorial Principles
- Read the Editorial Project
- En Español
- Principios Editoriales
- Lea el Proyecto Editorial en Francés
- Principes Editoriaux
- Lisez le Projet Editorial

POLÍTICA

- Poder
- Lava Jato

ECONOMIA

- Mercado
- Folhaiinvest
- Indicadores
- MPME

PAINEL DO LEITOR

Painel do Leitor

A Cidade é Sua

Envie sua Notícia

COTIDIANO

- Cotidiano
- Aedes aegypti
- Aeroportos
- Educação
- Loterias
- Praias
- Ranking Universitário
- Revista sãopaulo
- Rio de Janeiro
- Simulados
- Trânsito

MUNDO

- Mundo
- Governo Trump
- BBC Brasil
- Deutsche Welle
- Financial Times
- Folha Internacional
- Radio France Internationale
- The New York Times

ESPORTE

- Esporte
- Basquete
- Seleção brasileira
- Surfe
- Tênis
- Turfe
- Velocidade
- Vôlei

CIÊNCIA

- Ciência
- Ambiente

SAÚDE

- Equilíbrio e Saúde

CULTURA

- Ilustrada
- Cartuns
- Comida
- Melhor de sãopaulo
- Banco de receitas
- Guia
- Ilustríssima
- Serafina

TEC

- Tec

F5

- Bichos
- Celebridades
- Colunistas
- Fofocas
- Televisão

+ SEÇÕES

- Agência Lupa
- As Mais
- Dias Melhores
- Empreendedor Social
- Erramos
- Folhaleaks
- Folha en Español
- Folha in English
- Folha Tópicos
- Folha Transparência
- Folhinha
- Fotografia
- Horóscopo
- Infográficos
- piauí
- Turismo
- Minha História

ACESSE A VERSÃO PARA TABLETS E SMARTPHONES

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S.Paulo (pesquisa@folhapress.com.br).

ANEXO F - Notícia 6

04/05/2018

Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio; veja vídeo - 04/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo



Login

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R\$
NO PRIMEI
ASSINE J

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2018 17:58

Opinião

Poder

Mundo

Economia

Cotidiano

Esporte

Cultura

F5

Sobre Tudo

Últimas notícias Caixa pode operar em 2018 sem capitalização do FGTS

Buscar...

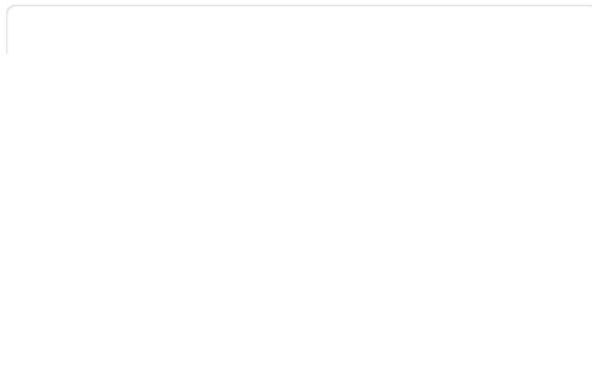
FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$1⁹⁰ no primeiro mês. ASSINE JÁ!

cotidiano

febre amarela massacre em presídios carna

rio de janeiro

Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio; veja vídeo



DO UOL, EM SÃO PAULO

04/08/2017 11h18

Compartilhar

4,3 mil

Mais opções

Um vídeo foi publicado nas redes sociais para denunciar a agressão a um refugiado sírio em Copacabana, na zona sul do Rio. As imagens mostram um homem armado com dois pedaços de madeira agredindo verbalmente Mohamed Ali, que vende esfirras e doces sírios no bairro. O caso



PUBLICIDADE

leia também

Governo diz que dobrará Bolsa Família em áreas de violência do Rio de Janeiro

Procuradoria denuncia 16 suspeitos de tráfico internacional de armas no Rio

Com aumento de mortes, Rio tem 1º semestre mais violento desde 2009



ALALAÔ

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



COMPARTILHE ESTE LINK

FEBRE AL
Tire as d
principa

Compartilhar

4,3 mil

http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1907136-refugiado-sirio-e-agredido-enquanto-vendia-esfirras-no-rio-veja-video.shtml

1/4

04/05/2018 Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio; veja vídeo - 04/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

aconteceu no dia 28 de julho, mas ganhou repercussão nesta sexta-feira (4).

Nas imagens, o homem não-identificado grita "Saia do meu país!". "Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bomba miseráveis que mataram crianças, adolescentes. São miseráveis", diz o homem. "Vamos expulsar ele!".



Refugiado sírio preparando esfirras em Copacabana, no Rio de Janeiro

No começo do vídeo, Ali aparece recolhendo sua mercadoria, que tinha sido jogada não chão antes de as imagens registrarem a agressão. O jovem aparece envergonhado por toda a situação ocorrida.

Em um comentário no vídeo publicado no Facebook, Ali diz que está no Brasil há três anos. "Vim pro Brasil porque abriram as portas para todos os refugiados. Todos os meus amigos estão trabalhando. Estamos trabalhando arduamente. Estou muito sentido porque nunca pensei que isso pudesse acontecer comigo", diz o vendedor.

"Não me coloquei nessa situação porque a guerra me fez vir para cá. Vim com amor, porque os amigos sempre diziam que o Brasil aceita outras culturas e religiões e as pessoas são amáveis, e todos os refugiados procuram paz. Não sou terrorista", defende-se o refugiado. "Moro no Brasil e aqui já é minha pátria. Espero que não aconteça com mais ninguém, de nenhuma nacionalidade."

Ali trabalha na esquina da avenida Nossa Senhora de Copacabana com a rua Santa Clara. Muitos brasileiros se comoveram com o relato de Ali e pediram desculpas em nome do agressor e chegaram a oferecer ajuda ao rapaz.

Compartilhar < 4,3 mil Mais opções

recomendado



Luísa Sonza pede que mulheres se unam após ser criticada por...



Fábio Assunção afirma não ter dinheiro para pagar fiança de R\$ 30 mil



3 Ações que podem até triplicar seu capital!
(Empiricus Research)



Novo clareador dental caseiro vira febre no Brasil
(Bem Estar)



Por R\$ 49,90

Comprar

TRANSPARÊNCIA

Folha usa ferramenta on-line para acompanhar 118 promessas feitas por Doria em campanha

[siga a folha](#)

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Digite seu email...

enviar

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

PUBLICIDADE

INGLÊS COM CLÁSSICOS DA LITERATURA

Garanta já a sua

EM COTIDIANO

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Vazio por anos, prédio é reformado por sem-leto e agora vira exemplo em SP		
2	Doria posou com líder de invasão que, segundo ele, foi financiada por facção		
3	Corpo é localizado em escombros de prédio; 5 seguem desaparecidos		
4	Incêndio deixa dois feridos em Botafogo, na zona sul do Rio		
5	Novo comandante da PM toma posse em SP e pede reflexão sobre mortes		

folhash

Compare preços:



CMA Series 4

7Dias Grátis

O melhor sistema para inv na bolsa!

PUBLICIDADE

Livraria de Folha CARNAVAL DE OFERTAS

Seleção especial de produtos por até R\$ 19,90

+ livraria

Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores

Soció século Livro de fat

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar

< 4,3 mil

04/05/2018

Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio; veja vídeo - 04/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo



Médium Luiz Gasparetto morre aos 68 anos



Globo quer Selton Mello como vilão de novela escrita pela autora de 'Justiça'



Ganhe dinheiro hospedando viajantes! A procura está alta na sua...

(Booking.com)



Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress

(Méliuz)

O Que os Donos do Poder Não Querem Que Você Saiba
Eduardo Moreira
De: R\$ 24,00
Por: R\$ 20,90
[Comprar](#)

Box - Batman - A Série Completa da Televisão (DVD)
Vários
Por: R\$ 199,90
[Comprar](#)

Box de DVD reúne dupla de clássicos de Andrei Tarkóvski
Como atingir alta performance por meio da autorresponsabilidade
'Fluxos em Cadeia' analisa funcionamento e cotidiano do sistema penitenciário
Livro analisa comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola
Livro traz mais de cem receitas de saladas que promovem saciedade

A Lei da Atração - Peça, Acredite e Receba
Michael J. Losler
De: R\$ 24,90
Por: R\$ 20,90
[Comprar](#)

Racismos - Das Cruzadas ao Século XX
Francisco Bethencourt
Por: R\$ 74,90
[Comprar](#)

Cinema Faroeste - Digistack (Vol. 6) (DVD)
Vários
Por: R\$ 79,90
[Comprar](#)

Achados e Perdidos da História - Escravos
Leandro Fabiano Narloch
De: R\$ 39,90
Por: R\$ 38,90
[Comprar](#)

Cartola - Todo o Tempo Que Eu Viver 1967 - 1976 (Box 3 CDs) (CD)
Cartola
Por: R\$ 69,90
[Comprar](#)

comentários

[Ver todos os comentários \(18\)](#)

Caro leitor,

[Termos e condições](#)

para comentar, é preciso ser assinante da **Folha**. Caso já seja um, por favor entre em sua conta cadastrada. Se já é assinante mas não possui senha de acesso, cadastre-se.

[Faça seu login](#)

[Cadastre-se](#)

[Assine](#)

Celso de Oliveira Santana 04/08/2017 13h12 5 0 [Denunciar](#) [COMPARTILHAR](#)

Espero que o refugiado consiga superar isso. Boa sorte e que seus dias sejam melhores!

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

[Responder](#)

Marcos A. T. Garcia 04/08/2017 12h12 5 2 [Denunciar](#) [COMPARTILHAR](#)

Que brasileiro mais o t a r i o! Teve um arrombo de i d i o t i c e e desceu o sarrafo no nosso irmão sírio, que esta sendo bombardeado por interesses comerciais entre Rússia e EUA. O povo sírio esta levando bomba na cabeça e nao tem nada a ver com o que esta acontecendo, pelo contrario, via de regra sao vítimas. Quanto ao patriotismo, louvavel, mas fez papel de bobo da corte: patria e democracia sem dinheiro no bolso e a mesma coisa que nada.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

[Responder](#)

Nelson Franco Jobim 04/08/2017 13h58 3 0 [Denunciar](#) [COMPARTILHAR](#)

É o fascismo religioso. Outro dia houve uma manifestação de fundamentalistas cristãos ignorantes contra muçulmanos na entrada do metrô em Copacabana.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

[Responder](#)

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

COMPARTILHE ESTE LINK ✕

Compartilhar ↔ 4,3 mil

04/05/2018

Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio; veja vídeo - 04/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

FOLHA DE S.PAULO

Acervo Folha
Sobre a Folha
Expediente
Fale com a Folha
Feeds da Folha
Folha Eventos
E-mail Folha
Ombudsman
Atendimento ao Assinante
ClubeFolha
PublFolha
Banco de Dados
Datafolha
Folhapress
Treinamento
Trabalhe na Folha
Publicidade
Política de Privacidade

OPINIÃO

Editoriais
Blogs
Colunistas
Colunistas convidados
Ex-colunistas
Tendências/Debates

Login

Assine a Folha

Atendimento

Versão Impressa

PAINEL DO LEITOR

Painel do Leitor
A Cidade é Sua
Envie sua Notícia

COTIDIANO

Cotidiano
Aedes aegypti
Aeroportos
Educação
Loterias
Praias
Ranking Universitário
Revista são paulo
Rio de Janeiro
Simulados
Trânsito

MUNDO

Mundo
Governo Trump
BBC Brasil
Deutsche Welle
Financial Times
Folha Internacional
Radio France Internationale
The New York Times

ESPORTE

Esporte
Basquete
Seleção brasileira
Surfe
Tênis
Turfe
Velocidade
Vôlei

CIÊNCIA

Ciência
Ambiente

SAÚDE

Equilíbrio e Saúde

CULTURA

Ilustrada
Cartuns
Comida
Melhor de são paulo
Banco de receitas
Guia
Ilustríssima
Serafina

TEC

Tec

F5

Bichos
Celebidades
Colunistas
Fofocas
Televisão

+ SEÇÕES

Agência Lupa
As Mais
Dias Melhores
Empreendedor Social
Erramos
Folhaleaks
Folha em Español
Folha in English
Folha Tópicos
Folha Transparência
Folhinha
Fotografia
Horóscopo
Infográficos
piauí
Turismo
Minha História

ACESSE A VERSÃO PARA TABLETS E SMARTPHONES

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S.Paulo. (pesquisa@folhapress.com.br).

COMPARTILHE ESTE LINK ✕

Compartilhar ◀ 4,3 mil

ANEXO G - Notícia 7

04/05/2018

Cariocas formam fila em "esfirraço" em homenagem a refugiado agredido - 12/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo



Login

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DIG
APENAS R\$
NO PRIMEI
ASSINE J

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2018 16:38

Opinião Poder Mundo Economia Cotidiano Esporte Cultura F5 Sobre Tudo

Últimas notícias Livraria: Para sociólogo, mundo está passando por metamorfoses e não mudanças

Buscar...

FOLHA DIGITAL *** Acesso ilimitado por apenas R\$1⁹⁰ no primeiro mês. ASSINE JÁ!

cotidiano

febre amarela massacre em presídios carna

Cariocas formam fila em "esfirraço" em homenagem a refugiado agredido



Reprodução/Facebook

O ambulante egípcio Mohamed Ali tira foto com cliente em Copacabana, na zona sul do RJ

DO UOL

12/08/2017 20h54

Compartilhar

140

Mais opções

Os cariocas formaram muita fila neste sábado no 'esfirraço' organizado em homenagem a Mohamed Ali, egípcio que foi [hostilizado no Rio de Janeiro no início do mês](#). O evento foi organizado pelo empresário Guilherme Benedictis, que se sensibilizou ao ver o vídeo sobre o que Ali sofreu e resolveu ajudá-lo.

O convite para o evento, "Comer esfirra na barraca do Mohamed", foi feito no Facebook. Mais de 11 mil pessoas haviam confirmado presença, e mais de 33 mil pessoas haviam manifestado interesse em comparecer.

Segundo o empresário, foram vendidas três mil esfirras. "Graças a Deus o evento foi um sucesso e o Mohamed está a pessoa mais feliz do mundo", disse Benedictis. Todo mundo veio aqui dar um abraço nele. Foi uma coisa que ninguém imaginava que ia ser tão boa. Só tenho a agradecer todo mundo que

leia também

Morte da mulher eletrocutada no Rio leva viúvo a via-crúcis de 4 anos

Criminosos roubam van com duas crianças dentro no Rio de Janeiro

Crise afeta empresas, e Rio não consegue patrocínio para o Réveillon



ALALAO

Acompanhe toda a cobertura dos blocos, festas e desfiles do Carnaval 2018, desde os preparativos



FEBRE AMARELA

Tire as dúvidas sobre formas de contaminação, principais sintomas e o processo de imunização

TRANSPA
Folha u
118 pro

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar

Amar se Aprende
AmandoPoesia de Convívio e
de Humor

Por R\$ 49,90

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909497-cariocas-formam-fila-em-esfirraço-em-homenagem-a-refugiado-agredido.shtml>

1/4

04/05/2018 Cariocas formam fila em "esfirraço" em homenagem a refugiado agredido - 12/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

veio dar um abraço, comprar uma esfirra. Todo mundo está ajudando na vaquinha, o que mostra que o brasileiro tem um coração muito bom", disse ao UOL.

Mohamed Ali compareceu ao evento vestindo uma camisa "I Love Rio" (eu amo o Rio) e se mostrou emocionado com o apoio. "Agora meu coração está muito feliz com o Brasil. Muito obrigado a todo mundo", afirmou o refugiado. Ele fez até uma transmissão ao vivo do evento nas redes sociais.

A 'vaquinha' foi outra ajuda que Benedictis organizou para Ali. O egípcio que veio ao Brasil para fugir da guerra na Síria confessou que tem um sonho de montar um food truck. A campanha "Food Truck para o Mohamed Ali" planeja arrecadar R\$ 20 mil. Até o momento da publicação desta reportagem, foram arrecadados R\$ 4.615,00, ou 23% do total.



Cariocas formam fila em frente à barraca de esfirras de Mohamed Ali em Copacabana

Compartilhar 140 Mais opções

recomendado



Bailarina do Faustão se casa com namorada em cerimônia...



Ator Fábio Assunção é preso após bater contra carros em São Paulo



3 Ações que podem até triplicar seu capital!
(Empiricus Research)



Novo clareador dental caseiro vira febre no Brasil
(Bem Estar)



Alice Milagres, filha da intérprete da Filó, do bordão 'Ô coitado', foi...



Fábio Assunção afirma não ter dinheiro para pagar fiança de R\$ 30 mil



Ganhe dinheiro hospedando viajantes! A procura está alta na sua...
(Booking.com)



Jovens descobriram uma forma de ganhar dinheiro no Aliexpress
(Méliuz)

O Que os Donos do Poder Não Querem Que Você Saiba
Eduardo Moreira
De: R\$ 24,00
Por: R\$ 20,90
[Comprar](#)

Box - Batman - A Série Completa da Televisão (DVD)
Vários
Por: R\$ 199,90
[Comprar](#)

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

PUBLICIDADE

- EM COTIDIANO
- 1** Vazio por anos, prédio é reformado por sem-teto e agora vira exemplo em SP
 - 2** Doria posou com líder de invasão que, segundo ele, foi financiada por facção
 - 3** Corpo é localizado em escombros de prédio; 5 seguem desaparecidos
 - 4** Mulher perde voo, invade pista do aeroporto de Guarulhos e é detida
 - 5** Plano para bombeiro ampliar fiscalização de prédios adorcece em SP

PUBLICIDADE

Livraria de Folha **CARNIVAL DE OFERTAS** Seleção especial de produtos por até R\$ 19,90

folhash

Compare preços:

+ livraria

Coleção "Cinema Policial" reúne quatro filmes de grandes diretores

Sociólogo discute transformações do século 21 em "A Era do Imprevisto"

Livro de escritora russa compila contos de fada assustadores; leia trecho

A Lei da Atração - Peça, acredite e

COMPARTILHE ESTE LINK

Compartilhar < 140

04/05/2018 Cariocas formam fila em "esfiraço" em homenagem a refugiado agredido - 12/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

Box de DVD reúne dupla de clássicos de Andrei Tarkóvski
 Como atingir alta performance por meio da autorresponsabilidade
 'Fluxos em Cadeia' analisa funcionamento e cotidiano do sistema penitenciário
 Livro analisa comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola
 Livro traz mais de cem receitas de saladas que promovem saciedade

comentários

[Ver todos os comentários \(2\)](#)

Caro leitor,

[Termos e condições](#)

para comentar, é preciso ser assinante da **Folha**. Caso já seja um, por favor entre em sua conta cadastrada. Se já é assinante mas não possui senha de acesso, cadastre-se.

[Faça seu login](#)

[Cadastre-se](#)

[Assine](#)

JADER MATIAS 12/08/2017 22h07 [1](#) [1](#) [Denunciar](#) [COMPARTILHAR](#)

É de se esperar que tenham tomado as devidas cautelas para que ele não seja roubado... É que o Rio é rico em diversidade (que dá orgulho) e muito mais rico ainda em uma coisa que não dá orgulho nenhum.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

[Responder](#)

jose luiz ribas 12/08/2017 22h13 [0](#) [0](#) [Denunciar](#) [COMPARTILHAR](#)

Imagino q problema maior seria em BSB perto do Congresso. Certamente o arrecadado seria apropriado pelos nobres congressistas, quem sabe até o Jaburu tiraria uma lasquinha, afinal o déficit aumentou depois do troca troca

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem

[Responder](#)

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE



Racismos - Das Cruzadas ao Século XX

Francisco Bethencourt

Por: R\$ 74,90

[Comprar](#)



Cinema Faroeste - Digistack (Vol. 6) (DVD)

Vários

Por: R\$ 79,90

[Comprar](#)



Achados e Perdidos da História - Escravos

Leandro Fabiano Narloch

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 38,90

[Comprar](#)



Cartola - Todo o Tempo Que Eu Viver 1967 - 1976 (Box 3 CDs) (CD)

Cartola

Por: R\$ 69,90

[Comprar](#)

[Login](#)
[Assine a Folha](#)
[Atendimento](#)
[Versão Impressa](#)

FOLHA DE S.PAULO

Acervo Folha
 Sobre a Folha
 Expediente
 Fale com a Folha
 Feeds da Folha
 Folha Eventos
 E-mail Folha
 Ombudsman
 Atendimento ao Assinante
 ClubeFolha
 PublFolha
 Banco de Dados
 Datafolha
 Folhapress
 Treinamento
 Trabalhe na Folha
 Publicidade
 Política de Privacidade

OPINIÃO

Editoriais

PROJETO EDITORIAL

Princípios editoriais
 Conheça o Projeto Editorial
 In English
 Folha's Editorial Principles
 Read the Editorial Project
 En Español
 Principios Editoriales
 Lea el Proyecto Editorial
 en Français
 Principes Éditoriaux
 Lisez le Projet Editorial

POLÍTICA

Poder
 Lava Jato

ECONOMIA

Mercado
 Folhainvest

PAINEL DO LEITOR

Painel do Leitor
 A Cidade é Sua
 Envie sua Notícia

COTIDIANO

Cotidiano
 Aedes aegypti
 Aeroportos
 Educação
 Loterias
 Praias
 Ranking Universitário
 Revista são paulo
 Rio de Janeiro
 Simulados
 Trânsito

MUNDO

Mundo
 Governo Trump
 BBC Brasil
 Deutsche Welle
 Financial Times
 Folha Internacional
 Radio France Internationale
 The New York Times

ESPORTE

Esporte
 Basquete
 Seleção brasileira
 Surfe
 Tênis
 Turfe
 Velocidade
 Vôlei

CIÊNCIA

Ciência
 Ambiente

SAÚDE

Equilíbrio e Saúde

CULTURA

Ilustrada
 Cartuns
 Comida
 Melhores
 Bancos
 Guia
 Ilustrada
 Serais

TEC

Tec

F5

Bichos
 Celebidades
 Colonistas
 Fofocas
 Televisão

+ SEÇÕES

Agência Lupa
 As Mais
 Dias Melhores
 Empreendedor Social
 Erramos
 Folhaleaks
 Folha en Español
 Folha in English
 Folha Tópicos
 Folha Transparência

COMPARTILHE ESTE LINK [×](#)

Compartilhar [← 140](#)

04/05/2018

Cariocas formam fila em "esfirraço" em homenagem a refugiado agredido - 12/08/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

Blogs
Colunistas
Colunistas convidados
Ex-colunistas
Tendências/Debates

Indicadores
MPME

[ACESSE A VERSÃO PARA TABLETS E SMARTPHONES](#)

Copyright Folha de S.Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S.Paulo. pesquisa@folhapress.com.br

